

# POLÍTICAS PÚBLICAS

## Introdução às Políticas Públicas



Livro Eletrônico

**Presidente:** Gabriel Granjeiro

**Vice-Presidente:** Rodrigo Calado

**Diretor Pedagógico:** Erico Teixeira

**Diretora de Produção Educacional:** Vivian Higashi

**Gerência de Produção de Conteúdo:** Magno Coimbra

**Coordenadora Pedagógica:** Élica Lopes

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

**CÓDIGO:**

240111109424



**ADRIEL SÁ**

Professor de Direito Administrativo, Administração Geral e Administração Pública em diversos cursos presenciais e telepresenciais. Servidor público federal da área administrativa desde 1999 e, atualmente, atuando no Ministério Público Federal. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especialização em Gestão Pública. Foi militar das Forças Armadas por 11 anos, sempre atuando nas áreas administrativas. É coautor da obra "Direito Administrativo Facilitado" e autor da obra "Administração Geral e Pública - Teoria Contextualizada em Questões", ambas publicadas pela Editora Juspodivm.

**GRAN**  
CONCURSOS

O conteúdo deste livro eletrônico é licenciado para gi soares - , vedada, por quaisquer meios e a qualquer título, a sua reprodução, cópia, divulgação ou distribuição, sujeitando-se aos infratores à responsabilização civil e criminal.

# SUMÁRIO

Apresentação .....	4
<b>Introdução às Políticas Públicas .....</b>	<b>5</b>
1. Introdução às Políticas Públicas: Conceitos e Tipologias .....	5
1.1. Conceito de Política Pública .....	5
2. Tipologia de Políticas Públicas de Theodore Lowi .....	9
3. O Ciclo de Políticas Públicas .....	13
3.1. Agenda .....	19
3.2. Modelos de Processo de Decisão .....	24
3.3. Modelos de Implementação .....	25
3.4. Avaliação .....	26
4. Institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado .....	38
4.1. Comissão de Anistia como colegiado de Estado .....	39
4.2. Painel de dados .....	39
4.3. Caravana dos Direitos Humanos: Dignidade nos Presídios Brasileiros .....	40
4.4. Medidas de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo .....	40
4.5. Programa de inclusão de pessoas com deficiência .....	40
4.6. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ .....	41
5. Federalismo e Descentralização de Políticas Públicas no Brasil: Organização e Funcionamento dos Sistemas de Programas Nacionais .....	42
5.1. Federalismo e Descentralização .....	42
5.2. Organização e Funcionamento dos Sistemas de Programas Nacionais .....	43
<b>Resumo .....</b>	<b>45</b>
<b>Questões de Concurso .....</b>	<b>50</b>
<b>Gabarito .....</b>	<b>69</b>
<b>Gabarito Comentado .....</b>	<b>70</b>

## APRESENTAÇÃO

Olá, tudo bem com você? Espero que sim! Receba as minhas boas-vindas à nossa aula sobre o tema “**Políticas Públicas**”, contemplando o seguinte conteúdo de **Conhecimentos Gerais para todos os Blocos (Exceto Bloco 8)**:

1.1 Introdução às políticas públicas: conceitos e tipologias. 1.2 Ciclos de políticas públicas: agenda e formulação; processos de decisão; implementação, seus planos, projetos e programas; monitoramento e avaliação. 1.3 Institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado. 1.4 Federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil: organização e funcionamento dos sistemas de programas nacionais.

Primeiramente, segue lá o meu perfil no Instagram @profadrielsa (<https://www.instagram.com/profadrielsa/>), onde compartilho **dicas super legais e incríveis mapas mentais** para desmistificar a disciplina de Administração e transformá-la num conteúdo leve para a sua prova 😊📚

As provas de concursos que cobram o assunto “Políticas Públicas” tendem a avaliar o conhecimento dos candidatos em **diversos aspectos e disciplinas** relacionadas ao processo de formulação, implementação, avaliação e análise das políticas públicas.

### Como assim, Adriel? Diversas disciplinas?

A resposta pra essa pergunta envolve assumir que a banca considera diversos temas esparsos por diversos outros tópicos do edital. Por isso, não se estresse se não seguirmos exatamente os tópicos do edital. *O nosso trabalho quando montamos essa aula foi bem grande, considerando uma visita a centenas de questões da banca para termos um direcionamento preciso do que pode vir a ser cobrado em sua prova, ok?*

Vale destacar que a banca CESGRANRIO não possui muitas questões sobre Políticas Públicas. Aliás, quase nada! Por isso, vamos utilizar muitas questões de outras bancas!

Mais uma vez, fique tranquilo(a)! Temos certeza de que você estará pronto pra resolver as questões da sua prova! *Qualquer dúvida, não hesite em me chamar no fórum dessa aula, beleza?*

# INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

## 1. INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E TIPOLOGIAS

### 1.1. CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA

Conceituar política pública exige, primeiramente, entendermos o termo **POLÍTICA**. De maneira bem simples e direta, podemos conceituar uma política como **uma regra básica que orienta uma tomada de decisão**.

Anote aí alguns termos usuais que se vinculam ao conceito de política: **guia, orientação, parâmetros**.

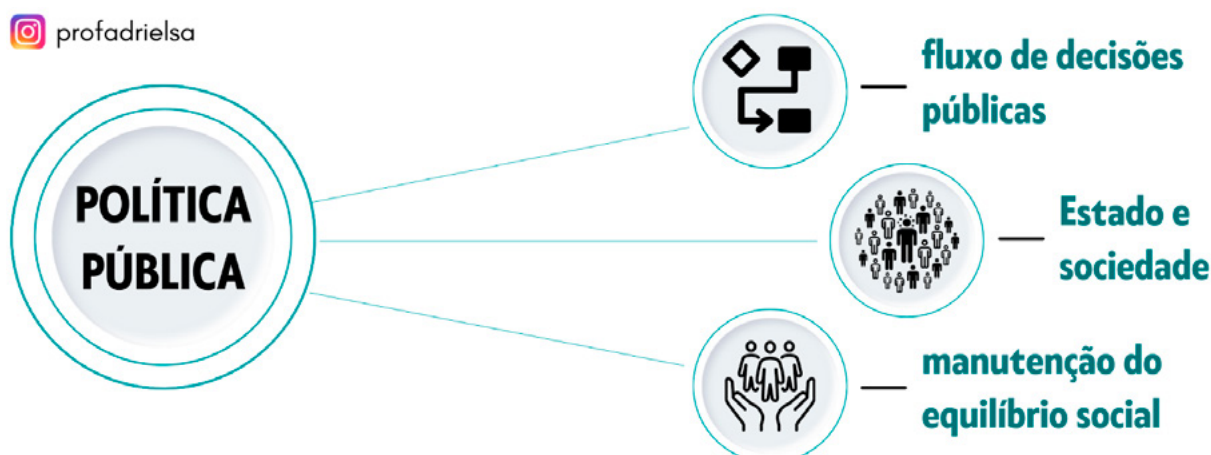
Agora, adentrando ao conceito de **POLÍTICA PÚBLICA**, é importante destacarmos que o termo “pública” não caracteriza uma ação exclusiva do Estado, mas envolve um conjunto de atores, ou seja, **Estado e sociedade**. Assim, política pública é um **fluxo de decisões públicas, com ações do Estado e sociedade, a fim de prover a manutenção do equilíbrio social**.

No entanto, e é muito importante que se destaque isso, sabemos que o Estado possui responsabilidades que se encontram dentro de limites, sejam eles humanos, financeiros ou físicos. Nesse sentido, ainda que as políticas públicas envolvam atores da sociedade, o governo é que possui a “última palavra”.

Política	Uma <b>regra básica (guia, orientação, parâmetro)</b> que orienta uma tomada de decisão.
Pública	Conjunto de atores, ou seja, <b>Estado e sociedade</b> . No entanto, o governo é que possui a <b>última palavra</b> .
Política pública	<b>Fluxo de decisões públicas</b> , com ações do Estado e sociedade, a fim de prover a manutenção do equilíbrio social. É o que o governo escolhe <b>fazer</b> ou <b>não fazer</b> .

É dizer, ainda que haja delegação de decisões, as políticas públicas são somas das atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos. Anote aí: **política pública, em seu sentido mais estrito, é o que o governo escolhe fazer ou não fazer**.

 profadrielsa



Mas, Professor, as políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais, ou também por atores não estatais?

Nesse sentido, o autor Secchi (2013)<sup>1</sup> apresenta duas abordagens para responder essa questão: a abordagem **ESTATISTA (OU ESTADOCÊNTRICA)** e a abordagem **MULTICÊNTRICA (OU POLICÊNTRICA)**.

Estatista (ou Estadocêntrica)	A política pública é emanada <b>apenas pelo ator estatal</b> . Ou seja, é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante. O poder imperativo do Estado é a característica básica dessa perspectiva.
Multicêntrica (ou Policêntrica)	Admite-se a <b>participação de organizações privadas</b> , não governamentais, na constituição das políticas públicas. É reconhecida a existência de vários centros de decisão no processo de formulação da política, sendo tal abordagem ancorada em teorias como a da governança pública, da coprodução do bem público e das redes de políticas públicas.

Ainda, em relação à participação da sociedade nas políticas públicas, temos a **TIPOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO DE PRETTY2**:

Participação manipulativa	O cidadão está <b>representado</b> por um membro da sociedade indicado pelo Estado, mas <b>sem poder de veto</b> .
Participação passiva	O cidadão <b>recebe a informação</b> da decisão tomada.
Participação por consulta	Os cidadãos são <b>consultados</b> , mas <b>não têm voz nem voto</b> .
Participação por incentivo	O cidadão participa porque lhe são oferecidos incentivos materiais. Ao <b>terminar o incentivo</b> , <b>cessa a participação</b> .

<sup>1</sup> SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

<sup>2</sup> PRETTY, J. N. *Regeneration agriculture*. London: Earthscan, 1995.

Participação funcional	A participação do cidadão é direcionada para <b>diminuir custos</b> . A participação ocorre por meio de grupos que compartilham as decisões quase sempre a serviço de projetos específicos. A participação nos grupos ocorre, quase sempre, por meio de cooptação.
Participação interativa	Nesse tipo de participação o cidadão se sente <b>no dever e no direito</b> de tomar decisões sobre um projeto e/ou serviço.
Automobilização	O cidadão <b>toma iniciativas de participar, independentemente de ser ou não solicitado ou convocado</b> . Neste tipo de participação, a comunidade toma as iniciativas e se articula, permanentemente, como microcosmo que age em prol do bem comum.

## DIRETO DO CONCURSO

**001.** (FGV/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPOG RO)/2017) Com relação à distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

I – Uma política pública geralmente envolve mais de uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

II – A decisão política corresponde a uma escolha dentre as opções de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

III – Embora uma política pública implique uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.



Segundo Maria das Graças Rua<sup>3</sup>, as políticas públicas são outputs, resultantes da atividades política, compreendendo o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido, é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma **política pública** geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

<sup>3</sup> RUA, M. das G. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2009.

Já uma **decisão política** corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

**Letra e.**

---

**002.** (FGV/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE AL)/GESTÃO PÚBLICA/2018) Concernente à definição de política pública, a execução de políticas públicas exclusivamente por atores governamentais é uma abordagem

- a) policêntrica.
- b) estado-cêntrica.
- c) político-cêntrica.
- d) tecnocêntrica.
- e) endocêntrica.



Como vimos, a abordagem **estadocêntrica** considera a criação e atuação nas políticas públicas como monopólio estatal. A política é desenvolvida ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito de sua competência.

Já na abordagem multicêntrica, admite-se o protagonismo de organizações privadas, não governamentais, na constituição das políticas públicas.

**Letra b.**

---

**003.** (FGV/2023/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (TCE ES)/AUDITORIA GOVERNAMENTAL)

No desenvolvimento de uma política pública podem existir diferentes formas de coprodução com o cidadão. Essa diferenciação ocorre em função do tipo de participação e envolvimento do cidadão ao longo do processo. Por exemplo, há políticas em que a comunidade toma as iniciativas e se articula, permanentemente, como microcosmo que age em prol do bem comum, independentemente de o cidadão ser ou não solicitado ou convocado pelo poder público.

Essa modalidade de coprodução envolve a participação do tipo:

- a) por consulta;
- b) passiva;
- c) funcional;
- d) interativa;
- e) automobilização.





O gabarito é a letra E. Como vimos, a **automobilização** ocorre quando os cidadãos se unem de forma voluntária e autônoma para realizar ações de interesse público, sem depender diretamente do poder público. Nesse caso, a comunidade toma iniciativas por conta própria, se articula e atua de forma contínua em prol do bem comum.

Os cidadãos se engajam e se organizam para resolver problemas e melhorar a qualidade de vida em seu local de moradia, por exemplo, através de ações de limpeza, manutenção de áreas públicas, segurança, entre outros.

**Agora, vamos analisar as demais alternativas:**

a) participação por consulta: esse tipo de participação envolve a solicitação de opinião dos cidadãos em relação a decisões ou projetos, por meio de consultas públicas, pesquisas de opinião ou audiências. No entanto, a decisão final é tomada exclusivamente pelo poder público, sem que haja um engajamento contínuo dos cidadãos.

b) participação passiva: nesse tipo de participação, os cidadãos são apenas informados sobre decisões já tomadas pelo poder público, sem terem a oportunidade de contribuir ativamente ou influenciar nas escolhas. É uma forma de comunicação unilateral, em que os cidadãos recebem informações, mas não têm espaço para participação efetiva.

c) participação funcional: é um tipo de participação em que representantes da comunidade são selecionados para integrar grupos de discussão ou comitês sobre determinados temas, como por exemplo, a implementação de projetos de infraestrutura. Esses representantes têm a oportunidade de expressar suas opiniões e contribuir com ideias, mas suas decisões são condicionadas aos objetivos e diretrizes estabelecidas previamente pelo poder público.

d) participação interativa: esse tipo de participação envolve a criação de mecanismos de tomada de decisão participativa, em que os cidadãos têm a oportunidade de votar e decidir sobre questões específicas. Por exemplo, através de orçamentos participativos, os cidadãos podem participar ativamente na alocação de recursos e na definição de prioridades de investimentos em suas comunidades.

**Letra e.**

## 2. TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE THEODORE LOWI<sup>4</sup>

Quando falamos em tipologias, precisamos entender um universo de literaturas e autores. E o problema se agrava no sentido de que, geralmente, as bancas não fornecem as literaturas que serão cobradas em provas.

<sup>4</sup> LOWI, T. J. *Four Systems of Policy, Politics, and Choice*. Public Administration Review, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul/ago. 1972.

Sendo assim, vamos considerar a **abordagem mais comuns**, desenvolvida por Theodore J. Lowi. Esta tipologia distingue quatro tipos de políticas públicas:

Tipo	Descrição	Exemplo
Distributivas	Alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade, utilizando recursos provenientes da coletividade como um todo (de regra, baixo nível de conflito existente).	Implementação de hospitais e escolas, construção de pontes e estradas, revitalização de áreas urbanas, salário-desemprego, benefícios de prestação continuada, programas de renda mínima, subsídios a empreendimentos econômicos etc.
Redistributivas	Distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população, utilizando recursos oriundos de outros grupos específicos (a depender, baixo ou alto nível de conflito existente).	Reforma agrária, distribuição de royalties do petróleo, política de transferência de recursos inter-regionais, política tributária etc.
Regulatórias	Estabelecem imperativos, interdições e condições para a realização de determinadas atividades ou comportamentos.	Código de Trânsito, Lei de Eficiência Energética, Código Florestal, Legislação Trabalhista etc.
Constitutivas ou estruturadoras	Consolidam as regras do jogo político, estabelecendo normas e procedimentos para a formulação e implementação de outras políticas públicas.	Regras constitucionais diversas, regimentos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional etc.



## DIRETO DO CONCURSO

**004.** (FGV/ANALISTA LEGISLATIVO (ALERO)/2018) Conforme a tipologia de políticas públicas, apresentada no modelo de Lowi, assinale a opção que indica um exemplo de Política pública redistributiva.

a) Política de emergência para vítimas de enchente.

- b) Campanha de vacinação contra febre amarela.
- c) Programa de reforma agrária.
- d) Distribuição de cestas básicas.
- e) Elaboração do código do consumidor.



**Políticas redistributivas** são aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos. São conflituosas e nem sempre virtuosas. Ex.: reforma agrária, distribuição de royalties do petróleo, política de transferência de recursos inter-regionais, política tributária, etc.

Note que a letra C é um exemplo que apresentamos em aula para esse tipo de política pública! Considerando a tipologia de Lowi, temos nas demais alternativas:

- a) *Política de emergência para vítimas de enchente.* **DISTRIBUTIVA.**
- b) *Campanha de vacinação contra febre amarela.* **DISTRIBUTIVA.**
- d) *Distribuição de cestas básicas.* **DISTRIBUTIVA.**
- e) *Elaboração do código do consumidor.* **REGULATÓRIA.**

**Letra c.**

---

**005.** (FGV/CONSULTOR LEGISLATIVO (SEN)/ASSESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS)/2008) Os objetivos de uma política reguladora de Estado tradicionalmente, são:

- a) defesa da concorrência e dos usuários de serviços públicos.
- b) defesa da concorrência e manutenção da responsabilidade fiscal.
- c) defesa dos usuários de serviços públicos e da responsabilidade fiscal.
- d) defesa das empresas prestadoras de serviços públicos e responsabilidade fiscal.
- e) defesa dos princípios da privatização de estatais e da concorrência.



Políticas regulatórias são aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos.

Segundo leciona Alketa Peci (2007)<sup>5</sup>, tradicionalmente, **os objetivos de uma política reguladora são a defesa da concorrência e a defesa do usuário dos serviços públicos.** A regulação visa manter o chamado equilíbrio econômico-financeiro, sem permitir que os consumidores sejam lesados ou mesmo negligenciados pelos prestadores dos serviços. Embora muitas vezes esses objetivos sejam apresentados como não conflitantes entre

---

<sup>5</sup> PECCI, A. Regulação comparativa: uma (des)construção dos modelos regulatórios. Regulação no Brasil: desenho, governança, avaliação. São Paulo: Atlas, 2007.

si, sob o argumento de que a defesa da concorrência cria condições favoráveis ao usuário do serviço público, na prática nem sempre isso ocorre. Uma política forte de defesa da concorrência não abre espaço para o uso de subsídios a tarifas voltadas para as camadas desfavorecidas da população.

**Letra a.**

---

**006.** (FGV/ANALISTA ADMINISTRATIVO (FUNSAÚDE CE)/ADMINISTRAÇÃO/2021) Caso o poder público tenha o intuito de conceder benefícios sociais, mas sem criar uma situação conflituosa entre os diversos atores e grupos de interesse da sociedade, é recomendada a elaboração de uma política do tipo

- a) regulatória.
- b) constitutiva.
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) processual.



A questão toma por base a classificação apresentada por Chrispino (2016)<sup>6</sup>, publicada, claro, pela Editora FGV:

- Política pública **REGULATÓRIA (letra A)**: relacionada à legislação, as políticas regulatórias incidem sobre a criação e a fiscalização de leis que assegurem o bem comum. Podem instituir princípios de conduta para comercialização de produtos, regulações de trânsito, entre outras. É responsável, inclusive, pela normatização das políticas distributivas e redistributivas.
- Política pública **CONSTITUTIVA (letra B)**: são políticas que estabelecem e distribuem a responsabilidade entre municípios, estados e o Governo Federal e estipulam competências e formas de participação social nestas ações. Basicamente, regulamentam a própria criação das políticas públicas.
- Política pública **REDISTRIBUTIVA (letra C)**: são políticas públicas cujo objetivo é alocar bens ou serviços para reduzir a disparidade social. As políticas redistributivas visam o benefício de cidadão de baixa renda e trazem como exemplos a isenção de impostos para famílias de classes sociais mais baixas e o financiamento educacional.
- Política pública **DISTRIBUTIVA (letra D)**: são financiadas pelo orçamento público, sendo, em tal contexto, **relacionadas ao fornecimento de serviços e equipamentos**

---

<sup>6</sup> CHRISPINO, A. Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

**por parte do Estado a uma parcela da população, beneficiando alguns grupos sociais ou regiões.**

- As políticas distributivas raramente despertam rejeição e conflito, primeiramente porque alocam bens e serviços: hospitais, escolas, estradas, pontes, casas, cestas básicas, vacinas aplicadas, medicamentos distribuídos, livros didáticos etc.
- Em segundo lugar, as políticas distributivas raramente sofrem repúdio por parte de qualquer ator porque é praticamente impossível desagregar o seu custo.
- São comumente conhecidas como “políticas sociais”.

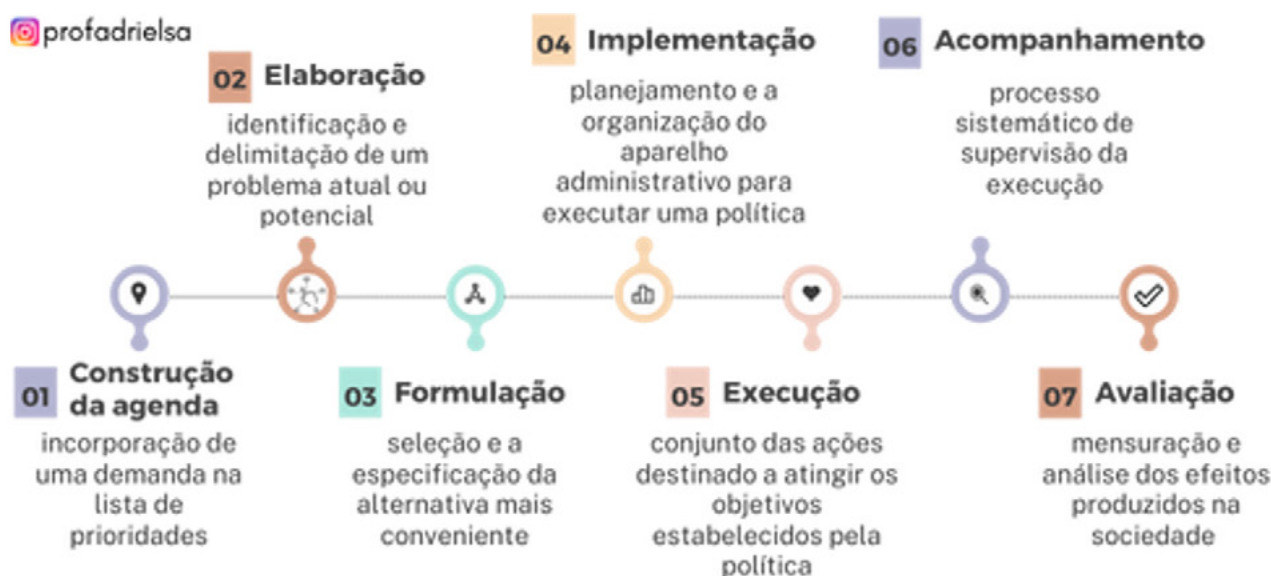
**Letra d.**

### 3. O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O **CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** é um conceito que descreve as etapas envolvidas na elaboração, implementação e avaliação de políticas governamentais. Essas etapas são interconectadas e geralmente seguem uma sequência lógica, mas também podem ser revisadas e ajustadas ao longo do processo.

O ciclo de políticas públicas consiste basicamente em três estágios (**formulação, implementação e avaliação**) e de fases, que podem variar a depender da referência bibliográfica ou autor que a banca utilizar.

Comumente, as bancas adotam uma dessas **duas possibilidades de ciclo de políticas públicas**:





No entanto, as fases do ciclo de políticas públicas podem variar, a depender do autor considerado. Observe:

Secchi <sup>7</sup>	Saravia e Ferrarezi <sup>8</sup>	Rua <sup>9</sup>	Procopiuck <sup>10</sup>	Souza <sup>11</sup>	Howlett, Ramesh e Perl <sup>12</sup>
(1) Identificação do problema	(1) Formação da Agenda	(1) Formação da agenda	(1) Iniciação	(1) Definição de agenda	(1) Construção da agenda
(2) Formação da agenda					
	(2) Elaboração				

<sup>7</sup> SECCHI, L. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage, 2016.

<sup>8</sup> SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas: coletânea. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42.

<sup>9</sup> RUA, M.G. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas, Brasília 1998, pp. 731-752.

<sup>10</sup> PROCOPIUCK, M. Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.

<sup>11</sup> SOUZA, C. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. Caderno CRH 39: 11-24, 2003.

<sup>12</sup> HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems. Oxford: Oxford University Press, 2009.



Secchi <sup>7</sup>	Saravia e Ferrarezi <sup>8</sup>	Rua <sup>9</sup>	Procopiuck <sup>10</sup>	Souza <sup>11</sup>	Howlett, Ramesh e Perl <sup>12</sup>
(3) Formulação de alternativas	(3) Formulação (Tomada de Decisão)	(2) Formação das alternativas e tomada de decisão	(2) Estimação	(2) Identificação de alternativas	(2) Formulação da política
(4) Tomada de decisão			(3) Seleção	(3) Avaliação das opções	(3) Tomada de decisão
				(4) Seleção das opções	
(5) Implementação	(4) Implementação	(3) Implementação	(4) Implementação	(5) Implementação	(4) Implementação
	(5) Execução	(4) Monitoramento			
	(6) Acompanhamento				
(6) Avaliação	(7) Avaliação	(5) Avaliação	(5) Avaliação	(6) Avaliação	(5) Avaliação
(7) Extinção			(6) Conclusão		

O **edital** destaca as seguintes etapas do ciclos de políticas públicas: agenda e formulação; processos de decisão; implementação, seus planos, projetos e programas; monitoramento e avaliação.

A chance dessa sequência aparecer na prova é grande. *Então, vamos analisar a descrição de cada uma dessas etapas e depois nos aprofundar em algumas delas, de acordo com o que as bancas têm cobrado em suas provas, ok?*

<b>Agenda</b>	Nessa etapa, ocorre a <b>identificação e seleção dos problemas ou temas</b> que serão tratados como políticas públicas. É a fase em que determinadas questões são colocadas na pauta do governo, podendo ser resultado de demandas da sociedade, pressões políticas ou necessidades identificadas pelos governantes.
<b>Formulação</b>	Nessa etapa, são <b>elaboradas propostas concretas</b> para lidar com os problemas ou temas identificados na etapa anterior. A formulação das políticas públicas envolve a definição dos objetivos, estratégias, instrumentos e recursos que serão utilizados para solucionar ou mitigar as questões em questão.
<b>Processos de decisão</b>	<b>É o momento em que as propostas formuladas passam pelo processo de tomada de decisão.</b> Envolve a análise dos diferentes pontos de vista, a discussão entre os atores envolvidos, a negociação de interesses e a definição das alternativas que serão adotadas.

<b>Implementação</b>	<p>Após a decisão, a <b>política pública entra em fase de implementação</b>. Nesse estágio, são desenvolvidos os planos, projetos e programas para colocar em prática as ações previstas na política pública. São definidos os responsáveis pela implementação, os prazos, os recursos necessários e os mecanismos de acompanhamento.</p> <p><b>Planos são documentos</b> (geralmente de longo prazo) que definem os objetivos gerais da política e as estratégias para alcançá-los. Eles são geralmente elaborados por órgãos governamentais de alto nível, como o Ministério da Fazenda ou o Ministério do Planejamento.</p> <p><b>Projetos são documentos</b> (geralmente de <b>médio prazo</b>) que definem ações específicas para alcançar os objetivos da política. Eles são geralmente elaborados por órgãos governamentais de nível intermediário, como secretarias estaduais ou municipais.</p> <p><b>Programas são documentos</b> (geralmente de <b>curto prazo</b>) que definem as ações e os recursos necessários para implementar um projeto. Eles são geralmente elaborados por órgãos governamentais de nível operacional, como unidades de execução de programas.</p>
<b>Monitoramento e avaliação</b>	<p>Durante e após a implementação da política pública, é necessário <b>acompanhar e avaliar seus resultados e impactos</b>. O monitoramento busca verificar se as ações estão sendo realizadas conforme o planejado, enquanto a avaliação avalia o alcance dos objetivos propostos e os efeitos da política na sociedade. Essas informações são fundamentais para o aprimoramento das políticas públicas e a tomada de decisões futuras.</p>

## DIRETO DO CONCURSO

**007.** (CESGRANRIO/2007/ADMINISTRADOR/TCE-RO) No ciclo de política, que compreende as fases de estruturação de políticas públicas, encontram-se as etapas de implementação e de avaliação. Tais etapas, de acordo com o conceito de redes de implementação, caracterizam-se por:

- ação de múltiplos agentes em campo interorganizacional e valoração que resulta em aprendizado.
- estabelecimento de contatos por rede digital, no sentido de ampliar as ações colaborativas na implementação de políticas.
- diagnóstico prévio que define atividades com vistas à obtenção de metas, recursos e horizonte temporal.
- monitoramento constante tendo em vista correções de rota, com atenção especial à atividade de formulação.
- levantamento prévio de todas as informações necessárias ao desenho das propostas programáticas pelo formulador da política.



O gabarito é a letra A. O conceito de redes de implementação é algo bem simples: refere-se a uma abordagem que reconhece a importância da interação entre diferentes atores na implementação de políticas públicas. Essa interação pode ocorrer entre diferentes níveis



de governo, entre instituições públicas e privadas, ou mesmo entre diferentes setores da sociedade civil.

Assim, as etapas de implementação e avaliação são caracterizadas pela ação de múltiplos agentes em campo interorganizacional e valoração que resulta em aprendizado. Ou seja:

- Implementação: ação de múltiplos agentes em campo interorganizacional.
- Avaliação: valoração que resulta em aprendizado.

Sobre as demais alternativas incorretas:

b) Relaciona-se apenas com a etapa de implementação (o enunciado quer saber sobre as etapas de implementação e de avaliação).

c) O diagnóstico prévio é um passo importante do estágio de formulação, e não implementação e avaliação.

d) O monitoramento constante é uma atividade importante para a avaliação de políticas públicas, mas o enunciado quer saber também sobre a etapa de avaliação.

e) O levantamento prévio de informações é um passo importante do estágio de formulação, e não implementação e avaliação.

**Letra a.**

---

**008.** (CESGRANRIO/2014/ANALISTA (FINEP)/ANÁLISE ESTRATÉGICA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO) As políticas públicas percorrem quatro diferentes etapas: formulação, decisão, implementação e avaliação.

A fase de implementação corresponde à(ao)

- a) escolha de quem define a política, que passará por um processo de trâmite democrático.
- b) execução de atividades, de tal forma que as ações do governo alcancem as metas preestabelecidas.
- c) análise sistemática de questões associadas ao uso da política, que subsidiem o gestor público.
- d) mensuração do impacto sobre o bem-estar do público--alvo, quando da oferta de serviços.
- e) cálculo de um indicador, a fim de escolher a melhor solução, dependendo da capacidade dos gestores da política.



O gabarito é a letra B. A fase de implementação é a etapa em que as políticas públicas são colocadas em prática. É nessa etapa que a política pública se torna real e se confronta com a realidade. É importante que a implementação seja bem planejada e executada para que a política pública seja eficaz e atinja seus objetivos.

**As demais alternativas estão incorretas:**

- a) A escolha de quem define a política ocorre na fase de formulação.

- c) A análise sistemática de questões associadas ao uso da política também ocorre na fase de formulação.
- d) A mensuração do impacto sobre o bem-estar do público-alvo ocorre na fase de avaliação.
- e) O cálculo de um indicador ocorre na fase de avaliação.

**Letra b.**

---

**009.** (FGV/ANALISTA (CM ARACAJU)/ADMINISTRATIVO/2021) O conceito de política pública modificou-se ao longo das últimas décadas. Atualmente considera-se que as políticas públicas têm uma natureza bastante complexa e controversa. O ciclo clássico de políticas públicas que englobava três etapas foi ampliado, no sentido de se compreender melhor seu processo.

Considerando essa nova perspectiva, as fases e a respectiva ordem de desenvolvimento das políticas públicas são:

- a) agenda, formulação, estratégia, execução, implementação e monitoramento;
- b) formação da agenda, decisão de implementação, execução e monitoramento;
- c) agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação;
- d) formulação, execução, implementação, acompanhamento e avaliação;
- e) agenda, formulação, execução, monitoramento e avaliação.



As políticas públicas são resultantes de decisões públicas, ou seja, de agentes democráticos que detêm competência e poder de representação de parcelas de poder do Estado.

O ciclo de políticas públicas pode ser dividido em:

- **Construção da agenda:** é a incorporação de uma demanda na lista de prioridades do poder público.
- **Elaboração:** é a identificação e delimitação de um problema atual ou potencial, o levantamento das possíveis alternativas para sua solução, a avaliação dos custos e benefícios de cada uma delas e a definição das prioridades (predomina a visão técnica).
- **Formulação:** é a seleção e a especificação da alternativa mais conveniente, declarando-se a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro (critérios políticos assumem papel mais importante).
- **Implementação:** é o planejamento e a organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para executar uma política.
- **Execução:** é o conjunto das ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política.
- **Acompanhamento:** é o processo sistemático de supervisão da execução, objetivando assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos.

- **Avaliação:** é a mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas, desejadas e não desejadas.

**Letra c.**

---

**010.** (FGV/SUPERVISOR (IMBEL)/ADMINISTRADOR/2021) Assinale a opção que apresenta fases do ciclo de políticas públicas.

- a) Formulação, execução e reversão.
- b) Elaboração, formulação e avaliação.
- c) Organização, implementação e extinção.
- d) Planejamento, execução e acompanhamento.
- e) Planejamento, elaboração e acompanhamento.



O enunciado pede exemplos de fases do ciclo de políticas públicas. Assim, temos:

- **Elaboração:** é a identificação e delimitação de um problema atual ou potencial, o levantamento das possíveis alternativas para sua solução, a avaliação dos custos e benefícios de cada uma delas e a definição das prioridades (predomina a visão técnica).
- **Formulação:** é a seleção e a especificação da alternativa mais conveniente, declarando-se a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro (critérios políticos assumem papel mais importante).
- **Avaliação:** é a mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas, desejadas e não desejadas.

Sobre as demais alternativas:

- a) Formulação, execução e **reversão**.
- c) **Organização**, implementação e extinção.
- d) **Planejamento**, execução e acompanhamento.
- e) **Planejamento**, elaboração e acompanhamento.

**Letra b.**

---

### 3.1. AGENDA

*A lista de problemas sociais é imensa, concorda?* Assim, ainda que inúmeras necessidades sejam reconhecidas, só serão prioridades do poder público se forem incluídas nas agendas de políticas públicas. Enquanto as políticas públicas são *outputs* (saídas), resultantes da atividade política, na agenda temos as demandas ou *inputs* (entradas).

Assim, a **AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS** lista problemas, assuntos ou demandas que chamam a atenção de atores governamentais e de cidadãos em geral.

A doutrina aponta **três tipos de agenda**:

<b>Agenda FORMAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É a agenda institucional.</li> <li>• Elenca problemas que o governo decidiu enfrentar.</li> </ul>
<b>Agenda POLÍTICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Problemas considerados relevantes pela comunidade política.</li> </ul>
<b>Agenda da MÍDIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agenda dos meios de comunicação.</li> <li>• Influencia as outras duas agendas (formal e política).</li> </ul>

Quando uma **demand**a é incluída na agenda, esse fato social adquiriu status de **problema público**, transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas. Portanto, a etapa de construção de agendas consiste em organizar as demandas sociais.

Os autores Cobb e Elder (1972)<sup>13</sup> destacam **três condições** para que um problema entre na agenda (**mnemônico RAC**):

<b>Resolubilidade</b>	As possíveis ações devem ser consideradas necessárias e factíveis (possível de ser concretizado).
<b>Atenção</b>	Diferentes atores (cidadãos, grupos de interesse, mídia etc.) devem entender a situação como merecedora de intervenção
<b>Competência</b>	O problema deve tocar responsabilidades públicas.

Para explicar como as agendas de políticas públicas são definidas e decididas por governos, o cientista político John Kingdon desenvolveu o **Modelo de Fluxos Múltiplos**.

Segundo o modelo, a agenda de políticas é formada por meio da interação de três fluxos principais, também chamada de **janela de oportunidade**, representando momentos críticos que se abrem por determinados períodos para os grupos defenderem suas propostas e pressionarem o governo para que seus problemas sejam solucionados.

<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Fluxo de problemas</b>	Refere-se à <b>percepção e ao reconhecimento</b> de determinados problemas ou questões que demandam ação governamental. Esses problemas podem surgir de diversas fontes, como crises sociais, demandas de grupos de interesse, mudanças nas condições econômicas, avanços tecnológicos, entre outros.	Um aumento significativo da criminalidade em determinada região pode ser identificado como um problema que demanda ação governamental. A percepção da insegurança e os apelos da comunidade para a adoção de medidas mais rigorosas de combate ao crime podem impulsionar a inclusão dessa questão na agenda política.

<sup>13</sup> COBB, R. W.; ELDER, C. D. Participation in American Politics: The dynamics of agenda building. Allyn and Bancon, Boston, 1972.

Tipo	Descrição	Exemplo
Fluxo de alternativas e soluções	Refere-se às <b>soluções e propostas</b> desenvolvidas para lidar com os problemas identificados. São formuladas alternativas políticas e programas que visam resolver ou mitigar os problemas em questão.	Especialistas em educação podem propor a implementação de um programa de ensino integral nas escolas como uma política para melhorar a qualidade da educação. Essa proposta envolveria a ampliação da carga horária dos alunos, a contratação de professores adicionais e a oferta de atividades extracurriculares. A viabilidade e a aceitabilidade dessa política dependeriam de sua coerência com os valores e objetivos dos tomadores de decisão, bem como de sua capacidade de atender às necessidades da comunidade escolar.
Fluxo político	Engloba os <b>fatores políticos e contextuais</b> que influenciam a inclusão de determinados problemas e soluções na agenda governamental. Isso envolve considerações como o apoio político, a capacidade de mobilização de grupos de interesse, as preferências dos tomadores de decisão, entre outros.	A existência de um lobby organizado de empresas do setor de energias renováveis pode influenciar a inclusão de políticas de incentivo à energia limpa na agenda governamental. A capacidade dessas empresas de mobilizar recursos financeiros e de sensibilizar os tomadores de decisão para a importância da transição para fontes de energia sustentáveis pode desempenhar um papel crucial na definição da agenda política.

Um **exemplo** pode ser visto na aprovação de uma lei de proteção ao meio ambiente em resposta a uma crise ambiental amplamente divulgada.

1. A ocorrência de desastres naturais, como vazamentos de petróleo, poluição da água ou mudanças climáticas, podem levar à percepção de um problema que requer ação governamental - **FLUXO DE PROBLEMAS**.

2. Grupos de interesse, cientistas, ONGs e outros atores podem propor políticas e soluções para lidar com essas questões, como regulamentações ambientais mais rígidas, incentivos para energias renováveis ou medidas de conservação - **FLUXO DE ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES**.

3. A decisão de incluir essas questões na agenda governamental dependerá do nível de atenção e pressão política gerada em torno do problema, da disponibilidade de recursos e do apoio político necessário para sua implementação - **FLUXO POLÍTICO**.

**DIRETO DO CONCURSO**



**011.** (CESGRANRIO/2007/ADMINISTRADOR/TCE-RO) O estabelecimento de uma agenda positiva, tendo em vista o desenvolvimento, supõe:

- a) indicar áreas que precisam de ação continuada, tornando-se foco de interesse suprapartidário e social.
- b) basear ações governamentais no corporativismo estatal, tornando públicos os interesses de matriz privada.
- c) adotar o republicanismo abstrato, fundado na construção de fórmulas institucionais idealistas.
- d) incorporar uma dimensão concentradora nas ações estatais, tendo em vista a eficácia na fiscalização.
- e) formular um pacto social que garanta a defesa dos interesses de grupos economicamente favorecidos.



O gabarito é a letra A. Uma agenda positiva de desenvolvimento é aquela que visa promover o desenvolvimento econômico e social de um país de forma sustentável e inclusiva. Para isso, é necessário que a agenda seja pautada por objetivos que sejam compartilhados por todos os atores sociais, independentemente de sua orientação política.

Ao indicar áreas que precisam de ação continuada, a agenda positiva ajuda a garantir que os esforços de desenvolvimento sejam contínuos e não sejam interrompidos com a troca de governos. Ao tornar essas áreas foco de interesse suprapartidário e social, a agenda positiva ajuda a garantir que os esforços de desenvolvimento sejam apoiados por todos os setores da sociedade.

#### Sobre as demais alternativas incorretas:

- b) O corporativismo estatal é uma forma de organização política em que os interesses de grupos privados são protegidos pelo Estado. O corporativismo estatal não é compatível com uma agenda positiva de desenvolvimento, que deve ser pautada por objetivos que sejam de interesse público.
- c) O republicanismo abstrato é uma forma de organização política idealista, que não se baseia na realidade concreta. O republicanismo abstrato não é compatível com uma agenda positiva de desenvolvimento, que deve ser pautada por objetivos realistas e alcançáveis.
- d) A concentração de poder nas ações estatais pode levar à corrupção e à ineficiência. A concentração de poder não é compatível com uma agenda positiva de desenvolvimento, que deve ser pautada pela transparência e pela participação social.
- e) Uma agenda positiva de desenvolvimento deve ser inclusiva, beneficiando todos os grupos sociais, independentemente de sua condição econômica. A defesa dos interesses de grupos economicamente favorecidos não é compatível com uma agenda positiva de desenvolvimento.

#### Letra a.

---

**012.** (FGV/ANALISTA ADMINISTRATIVO (FUNSAÚDE CE)/ADMINISTRAÇÃO/2021) A agenda governamental diz respeito aos temas que são alvo da atenção das autoridades em determinado momento. Frequentemente, por motivos diversos, a agenda governamental deixa de lado questões relevantes para dar espaço a outras de menor importância.

Uma das teorias que tentam explicar essa situação é a dos fluxos múltiplos, que parte da ideia de que o governo é permeado pelos fluxos

- a) dos problemas, das soluções e das políticas.
- b) das instituições, da sociedade e da mídia.
- c) da lógica, da emoção e do grupo.
- d) das classes, dos meios e do poder.
- e) da força, do relacionamento e do trabalho.



Segundo Capella (2006)<sup>14</sup>, a Teoria do Múltiplos Fluxos ou Modelo Múltiplos Fluxos (Multiple Streams Model) foi desenvolvida pelo norte-americano John Kingdon. Nesse modelo, a mudança da agenda governamental é o resultado da convergência entre três fluxos:

- **FLUXO DOS PROBLEMAS:** depende do reconhecimento do problema pela sociedade.
- **FLUXO DAS SOLUÇÕES:** depende de ideias e alternativas formuladas por especialistas, investigadores.
- **FLUXO DAS POLÍTICAS:** este terceiro fluxo depende do contexto político, administrativo e legislativo favorável.

Logo, nosso gabarito é a letra A.

**Letra a.**

**013.** (FGV/ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ GO)/ESPECIALIZADA/ADMINISTRADOR DE EMPRESAS/2014) O conceito de política pública e seus diversos significados seguem uma tradicional classificação, que divide em ciclos essa atividade estatal e o seu processo. A perspectiva “de cima para baixo” tem suas raízes no modelo de estágios, que devem ser claramente distintos.

Um desses estágios é o da implementação da política pública, que pode ser definido como:

- a) o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública;
- b) o processo de execução e efetuação, que pressupõe um ato anterior e direcionado à consecução de objetivos;
- c) a determinação do caminho definitivo para a solução do problema que a originou;
- d) a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível;
- e) o conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.

<sup>14</sup> CAPELLA, A. C. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, n. 61, pp. 25-52, 1º semestre de 2006.





Como vimos, as fases das políticas públicas podem ser assim resumidas:

- **Construção da agenda:** é a incorporação de uma demanda na lista de prioridades do poder público.
- **Elaboração:** é a identificação e delimitação de um problema atual ou potencial, o levantamento das possíveis alternativas para sua solução, a avaliação dos custos e benefícios de cada uma delas e a definição das prioridades (predomina a visão técnica).
- **Formulação:** é a seleção e a especificação da alternativa mais conveniente, declarando-se a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro (critérios políticos assumem papel mais importante).
- **Implementação:** é o planejamento e a organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para executar uma política.
- **Execução:** é o conjunto das ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política.
- **Acompanhamento:** é o processo sistemático de supervisão da execução, objetivando assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos.
- **Avaliação:** é a mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas, desejadas e não desejadas.

Logo, temos que:

- a) **AVALIAÇÃO**
- b) **IMPLEMENTAÇÃO**
- c) **FORMULAÇÃO**
- d) **PROBLEMA**
- e) **AGENDA**

Letra **b**.

### 3.2. MODELOS DE PROCESSO DE DECISÃO

**MODELOS DE PROCESSO DE DECISÃO** são ferramentas que ajudam a compreender como as decisões são tomadas no contexto do ciclo de políticas públicas.

Eles podem ser usados para descrever as diferentes etapas do ciclo, como a formulação, a implementação e a avaliação, e para identificar os atores envolvidos e as suas influências.

Alguns **modelos** cobrados em provas se destacam:



<b>Modelo de decisão de racionalidade absoluta</b>	É construído sobre o pressuposto de que as consequências de cada opção de política pública alternativa <b>podem ser conhecidas com antecedência</b> . De acordo com esse modelo, os tomadores de decisão devem escolher a opção que maximize o alcance de seus objetivos, valores e metas individuais.
<b>Modelo de decisão de racionalidade limitada</b>	Reconhece que os tomadores de decisão sofrem <b>limitações</b> cognitivas e informativas, e que os atores <b>não conseguem entender</b> a complexidade com que estão lidando. Assim, a tomada de decisão é interpretada como um esforço para escolher <b>opções satisfatórias</b> , mas não necessariamente ótimas.
<b>Modelo de decisão incremental</b>	Analisa a tomada de decisão pública como um processo com <b>restrição de tempo e informação</b> , caracterizado por conflitos, negociações e compromisso entre os tomadores de decisão com interesses próprios.
<b>Modelo de decisão de lata de lixo</b>	Aplica-se quando há um <b>grande número de tomadores de decisão e uma grande dose de incerteza</b> sobre as causas dos problemas e suas soluções.

Observe o **quadro comparativo**<sup>15</sup>:

<b>Modelos</b>	<b>Condições cognitivas</b>	<b>Critério de decisão</b>
Racionalidade absoluta	Certeza	Otimização
Racionalidade limitada	Incerteza	Satisfação
Modelo incremental	Parcialidade (interesses)	Acordo
Modelo “lata de lixo”	Ambiguidade	Casual

### 3.3. MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO

**MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO** são ferramentas que ajudam a compreender como as políticas públicas são implementadas. Eles podem ser usados para descrever as diferentes etapas do processo de implementação, como a definição de objetivos, a alocação de recursos, a coordenação entre os atores envolvidos e o monitoramento e avaliação dos resultados.

Para Rua e Romanini (2013)<sup>16</sup>, a implementação de políticas públicas é analisada por **três modelos**:

<b>Top-down (de cima para baixo, iterativo)</b>	Estabelece que <b>formulação e implementação são etapas rigorosamente separadas e diferenciadas</b> , seja porque envolve atores diferentes, seja porque envolve distintos graus de autoridade e de complexidade. Neste modelo, os <b>políticos formulam e decidem</b> , e comandam os <b>burocratas, que executam as suas decisões</b> , implementando a política. Aqui temos um <b>fluxo formulação - implementação</b> .
---	---

<sup>15</sup> SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2019.

<sup>16</sup> RUA, M. G.; ROMANINI, R. *Para aprender políticas públicas*. Brasília: IGEPP, 2013.

<b>Bottom-up (de baixo para cima, interativo)</b>	Propõe que a política seja concebida <b>a partir da base</b> , das percepções das demandas e das experiências de resolução dos problemas desenvolvidos pelos atores situados nos escalões inferiores da Administração (chamados burocratas no nível de rua). As práticas estabelecidas a partir da base seriam institucionalizadas nos níveis superiores, consolidando-se como política pública. Aqui temos um <b>fluxo implementação - formulação</b> .
<b>Interativo-iterativo</b>	<b>Não há um fluxo único</b> nem da formulação para a implementação (modelo top-down), nem desta em direção à formulação (modelo bottom-up). Em lugar disso, haveria um <b>processo complexo, de idas e vindas</b> , entre as diversas fases do ciclo, dando origem a várias etapas de decisão, que iriam sendo reformuladas conforme as reações dos diversos atores à agenda que se formou, ao curso assumido pelas decisões e aos impactos da implementação.

### 3.4. AVALIAÇÃO

A **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** consiste na mensuração e análise dos efeitos produzidos ou a serem produzidos na sociedade pelas políticas públicas. Ela confronta os resultados alcançados com os objetivos e metas previamente estabelecidos.

Os autores Secchi, Coelho e Pires<sup>17</sup> destacam que a avaliação de uma política pública compreende a **definição** de:

<b>Crítérios</b>	Servem como base para escolhas ou julgamentos. Os principais critérios utilizados para as avaliações das políticas públicas na visão dos autores são: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Eficiência administrativa</b>: corresponde ao nível de conformidade (compliance) da implementação a regras preestabelecidas.</li> <li>• <b>Eficiência econômica</b>: trata da relação entre produtividade (outputs) e recursos utilizados (inputs).</li> <li>• <b>Efetividade</b>: corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.</li> <li>• <b>Economicidade</b>: refere-se ao nível de utilização de recursos (inputs).</li> </ul>
<b>Indicadores</b>	Artifícios (proxies) utilizados para medir os inputs (recursos utilizados), os outputs (produtividade) e os resultados (outcomes).
<b>Padrões</b>	Parâmetros ou performance (standards) que dão uma referência comparativa aos indicadores.

#### 3.4.1. TIPOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SEGUNDO RUA18

As diversas **tipologias** permitem discriminar as avaliações conforme critérios ou pontos de vista. Por ser uma classificação bastante ampla, vamos considerar o magistério de Maria das Graças Rua.

<sup>17</sup> SECCHI, L.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. *Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos*. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

<sup>18</sup> RUA, M.G. *As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas, Brasília 1998, pp. 731-752.*

### 3.4.1.1. CONFORME O FOCO OU OBJETO

<b>Avaliação jurídica ou avaliação de conformidade</b>	Corresponde ao exame da <b>conformidade</b> dos atos do gestor <b>em relação à lei</b> , na condução da política pública, programa ou projeto.
<b>Avaliação de desempenho</b>	Refere-se <b>ao que se faz</b> com relação a uma política, programa ou projeto. Compreende dois subtipos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Institucional:</b> tem como finalidade apreciar em que medida uma instituição realiza a missão que lhe foi atribuída, mediante a consecução dos seus objetivos e o cumprimento de suas metas.</li> <li>• <b>Pessoal:</b> destina-se a averiguar em que medida cada indivíduo em uma instituição cumpre suas atribuições e contribui para o alcance dos objetivos e metas da instituição. Também focaliza a produtividade do desempenho pessoal e a qualidade dos serviços prestados.</li> </ul>
<b>Avaliação de processo</b>	Significa o <b>conjunto de ações</b> destinadas a produzir um bem ou serviço ou a desencadear alguma mudança numa dada realidade.
<b>Avaliação de produto</b>	<b>É toda avaliação cujo foco recai sobre os produtos de uma política, programa ou projeto, em suas várias dimensões. São modalidades dessa classificação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Avaliação de resultados:</b> tem por objeto os resultados, também chamados de <i>outputs</i>, significando bens ou serviços de um programa ou projeto que são necessários para que seus objetivos finais sejam alcançados. Mas, também, pode focalizar os resultados obtidos com uma política, programa ou projeto, indicados como seus objetivos de curto prazo ou intermediários, chamados de “outcomes”.</li> <li>• <b>Avaliação de impactos:</b> trata-se de avaliação de um ou mais resultados de médio ou longo prazo, definidos como impactos, ou seja, consequências dos resultados imediatos.</li> <li>• <b>Avaliação de qualidade:</b> o produto pode ser avaliado, também, quanto à sua qualidade. Ou seja, a capacidade de um bem ou serviço atender às expectativas do seu público-alvo.</li> </ul>

### 3.4.1.2. CONFORME O MOMENTO

<b>Avaliação ex ante</b>	<b>É uma forma de avaliação que ocorre</b> antes da implementação de uma política pública. <b>É realizada durante a fase de formulação da política, com o objetivo de analisar as possíveis consequências e impactos da política proposta.</b> A avaliação ex ante ajuda a identificar as lacunas, riscos e desafios que podem surgir na implementação, permitindo ajustes e melhorias antes do início efetivo da política.
<b>Avaliação meio-termo ou intermediária (itinerário ou formativa)</b>	<b>É uma forma de avaliação que acontece</b> durante o processo de implementação da política pública. <b>É realizada em um ponto intermediário do ciclo de políticas, permitindo analisar o progresso, o alcance dos objetivos intermediários e os desafios encontrados até o momento.</b> A avaliação meio-termo fornece informações valiosas sobre o desempenho e eficácia da política em andamento, permitindo correções de curso e ajustes na implementação.

<b>Avaliação ex post ou somativa</b>	<p>É uma forma de avaliação que ocorre após a implementação de uma política pública. É realizada quando a política já está em vigor e visa avaliar seus resultados, efeitos e impactos alcançados.</p> <p>A avaliação ex post analisa se a política atingiu seus objetivos, se os resultados foram satisfatórios e se houve impactos desejáveis ou indesejáveis. Essa avaliação fornece informações importantes para a prestação de contas, aprendizado e tomada de decisões futuras sobre a continuidade ou reformulação da política.</p>
--------------------------------------	--

### 3.4.1.3. CONFORME A FINALIDADE OU FUNÇÃO

<b>Avaliação de conformidade</b>	Corresponde ao exame da <b>aderência à lei</b> dos atos normativos da política pública, do programa ou do projeto e também dos atos do gestor na condução das suas atividades, inclusive, na gestão da “coisa pública”. Também é conhecida como avaliação de accountability.
<b>Avaliação formativa</b>	Também conhecida como retroalimentadora, tem por função proporcionar informações úteis com o propósito de <b>aperfeiçoamento e atualização contínua</b> dos programas ou projetos (avaliação ex ante ou avaliação intermediária).
<b>Avaliação somativa</b>	Tem por função <b>subsidiar decisões finais</b> sobre a continuidade ou não de um programa ou um projeto associado à determinada política pública, como redimensionamento do público-alvo, mitigação de efeitos colaterais, etc. (avaliação intermediária, desde que em estágios avançados, e avaliação ex post).

### 3.4.1.4. CONFORME A ORIGEM DA EQUIPE

<b>Avaliação interna</b>	É aquela em que a intervenção (política pública, programa ou projeto) é avaliada por uma <b>equipe envolvida com sua implementação</b> .
<b>Avaliação externa</b>	É aquela realizada por uma <b>equipe que não possui envolvimento com a implementação</b> da política pública, do programa ou do projeto.
<b>Avaliação mista</b>	É aquela conduzida por uma <b>equipe interna</b> em parceria com outra <b>externa</b> . As duas formulam o plano de avaliação e constroem os instrumentos avaliativos juntas. Em seguida, separam-se para aplicar os instrumentos e analisar os dados. Depois, unem-se novamente para comparar suas conclusões e chegar a um termo comum, mesmo que existam discrepâncias em seus achados.

### 3.4.2. TIPOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SEGUNDO O GUIA PRÁTICO DE ANÁLISE EX POST<sup>19</sup>

<b>Avaliação de desenho</b>	Engloba a análise da teoria do programa, verificando a sua consistência e lógica, ou coerência interna. Trata-se de um processo analítico para identificar a existência de <b>erros ou falhas no desenho</b> e propor mudanças a fim de superá-los.
<b>Avaliação executiva</b>	Permite, de forma prática e rápida, identificar em qual <b>elemento</b> ou em qual <b>processo</b> da cadeia de valor da política há maior chance de ocorrerem <b>aprimoramentos</b> .

<sup>19</sup> Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post. Volume 1. Casa Civil da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

<b>Avaliação de implementação ou avaliação de processos</b>	Busca identificar se a execução das políticas públicas vem ocorrendo conforme os normativos existentes e o desenho estabelecido (ou seja, identifica se a <b>execução obedece ao desenho formulado</b> e atenta para a <b>transformação de insumos em produtos para a população</b> ).
<b>Avaliação de governança da política pública</b>	Diz respeito à análise das estruturas, das funções, dos processos e das tradições organizacionais para garantir que as ações planejadas (políticas) sejam executadas de tal maneira que atinjam seus objetivos e resultados de forma <b>transparente</b> .
<b>Avaliação de resultados</b>	Ajuda a responder se <b>há variáveis de resultados e de impactos</b> da política definidas, mensuráveis e disponíveis.
<b>Avaliação de impacto</b>	<b>É um tipo de avaliação que busca demarcar, na vida dos beneficiários</b> , a diferença atribuída à política de forma inequívoca.
<b>Abordagem da avaliação econômica apresentada</b>	<b>É uma das formas disponíveis para se responder sobre o retorno econômico e social</b> da política.
<b>Análise de eficiência</b>	<b>É uma abordagem que utiliza metodologias estatísticas e econométricas para mensurar a eficiência técnica dos gastos</b> setoriais e temáticos.

**Resumindo** um pouco mais as principais classificações apresentadas, temos:

<p><b>01 Momento</b></p> <p><b>ex ante:</b> antes de se decidir como será feita uma intervenção</p> <p><b>intermediária:</b> ações implementadas até o momento estão gerando os impactos esperados</p> <p><b>ex post:</b> projeto se encontra consolidado ou em fase final</p>	<p><b>03 Foco ou objeto</b></p> <p><b>desempenho:</b> institucional ou pessoal</p> <p><b>jurídica ou conformidade:</b> em relação à lei</p> <p><b>produto:</b> (1) resultados: intervenção (2) impactos: clientes ou destinatários (3) qualidade: expectativas</p> <p><b>processo:</b> conjunto de ações</p>	<p><b>05 Guia Prático de análise ex post</b></p> <p><b>desenho:</b> análise da teoria do programa</p> <p><b>executiva:</b> onde há mais chances de aprimoramento (elemento ou processo)</p> <p><b>implementação ou processos:</b> conformidade aos normativos e desenho</p> <p><b>governança:</b> análise das estruturas e transparência</p> <p><b>resultados:</b> variáveis da política definida mensuráveis e disponíveis</p> <p><b>impacto:</b> diferença na vida dos beneficiários</p> <p><b>econômica:</b> retorno econômico social</p> <p><b>eficiência:</b> mensurar gastos</p>
<p><b>02 Finalidade ou função</b></p> <p><b>conformidade:</b> aderência à lei</p> <p><b>somativa:</b> subsidiar decisões finais sobre continuidade</p> <p><b>formativa:</b> proporcionar informações úteis</p>	<p><b>04 Origem da equipe</b></p> <p><b>interna:</b> equipe envolvida na implementação</p> <p><b>externa:</b> equipe não possui envolvimento na implementação</p> <p><b>mista:</b> equipe interna em parceria com equipe externa</p>	

### 3.4.3. TIPOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SEGUNDO LEONARDO SECHI<sup>20</sup>

<b>Avaliação ex-ante</b>	Ocorre <b>antes</b> da implementação, normalmente durante o próprio processo de formulação, quando o tomador de decisão faz projeções, predições ou conjecturas das diferentes alternativas propostas.
<b>Avaliação in itinere ou formativa</b>	É o <b>chamado monitoramento, que ocorre durante o próprio processo de implementação.</b>
<b>Avaliação ex-post ou somativa</b>	Ocorre <b>depois</b> do processo de implementação. Nesse momento, normalmente, define-se a continuidade, a reestruturação ou a extinção de uma política pública.

## DIRETO DO CONCURSO

**014.** (FGV/AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE (CGU)/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/GERAL/2022) A análise de políticas públicas pode ser entendida como a atividade orientada para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados à resolução de problemas públicos. Para tanto, se faz necessário compreender as diferentes formas de avaliar e identificar ineficiências antes, durante e depois da implementação de políticas públicas. Essa avaliação, quando feita de forma preliminar à tomada de decisão, é denominada ex ante. Essa metodologia ocorre:

- a) em momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa ao monitoramento da política pública em andamento;
- b) em momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a orientar a decisão para que a política pública formulada seja a mais efetiva, eficaz e eficiente;
- c) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a produzir propostas de melhoria de políticas públicas já instituídas;
- d) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a avaliar os impactos de políticas públicas após sua implementação;
- e) após o momento de elaboração e proposição de políticas públicas e visa a avaliar o custo-benefício da política pública implementada.



A avaliação que ocorre de forma preliminar à tomada de decisão é a avaliação ex ante. Observe que o não é durante a implementação (nesse caso, seria análise concomitante), mas sim no momento de **ELABORAR (propor)** a política pública – por isso, é uma análise prévia (**ex ante**).

<sup>20</sup> SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.



O “Guia prático de análise ex ante”, da Casa Civil (2018)<sup>21</sup> afirma que o fundamento da análise ex ante é orientar a decisão para que ela recaia sobre a alternativa mais **efetiva, eficaz e eficiente**.

Portanto, nosso gabarito é a letra B.

Vejamos as etapas da análise ex ante, segundo o Guia:

1. Diagnóstico do problema;
2. Caracterização da política: objetivos, ações, público-alvo e resultados esperados;
3. Desenho da política;
4. Estratégia de construção de confiabilidade e credibilidade;
5. Estratégia de implementação;
6. Estratégias de monitoramento, de avaliação e de controle;
7. Análise de custo-benefício;
8. Impacto orçamentário e financeiro.

Sobre as demais alternativas:

- a) Trata-se da análise concomitante.
- c) Trata-se da análise ex post ou até concomitante, a depender de já ter ocorrido a implementação ou não.
- d) Trata-se da análise ex post.
- e) Trata-se da análise ex post.

**Letra b.**

-----

**015.** (FGV/AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE (CGU)/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/GERAL/2022) Sobre as análises ex ante e ex post, é correto afirmar que:

- a) a análise ex ante ocorre apenas durante a fase de elaboração da política pública, sendo toda análise posterior considerada ex post;
- b) a análise ex ante não deve avaliar decisões que ocasionem impacto orçamentário após a implementação da política pública, devendo tais considerações ser objeto de análise ex post;
- c) a avaliação de impacto da política pública deve ser objeto de análise ex post, pois é inviável projetar o impacto da política na fase ex ante;
- d) a análise ex ante continua sendo apropriada após a implementação da política pública e inclui a fase de monitoramento;
- e) a análise ex ante pode ser empregada após o resultado de uma análise ex post determinar que a política pública teve desempenho insatisfatório e deve ser reformulada.

---

<sup>21</sup> Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.



Em suma, a análise ex ante faz análises técnicas **ANTES** da implementação das políticas públicas, com o intuito aumentar a probabilidade de êxito e o da eficiência do uso de recursos públicos.

Geralmente, a análise ex ante acontece:

- Na criação da política pública;
- Na expansão de política pública;
- No aperfeiçoamento de política pública.

Segundo o “Guia prático de análise ex ante”, da Casa Civil (2018)<sup>22</sup>, outro caso em que se recomenda a execução de uma análise ex ante ocorre quando a política **já passou por uma avaliação ex post**, e os resultados dessa avaliação mostraram que o desempenho da política foi baixo ou insatisfatório e que há a necessidade de a política ser REFORMULADA em um ou mais dos elementos de seu desenho.

Logo, houve uma avaliação ex post e, a partir disso, vai ocorrer uma reformulação da política pública, demandando uma análise ex ante.

Sobre as demais alternativas:

a) Como vimos, geralmente, a análise ex ante acontece:

- Na criação da política pública;
- Na expansão de política pública;
- No aperfeiçoamento de política pública.

b) Como vimos, a análise ex ante pode avaliar decisões que ocasionem impacto orçamentário (mesmo depois de uma análise ex post).

c) É possível projetar o impacto da política na fase ex ante.

d) Em geral, após implementação = ex post.

**Letra e.**

**016.** (FGV/AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE (CGU)/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/GERAL/2022) As avaliações de desempenho das políticas públicas são peça essencial para o aperfeiçoamento dos programas, com vistas à racionalização do gasto público e à maximização dos benefícios à população. É, portanto, fundamental tanto para gestores quanto para decisores entender como as diferentes formas de avaliação impactam as políticas públicas. Diferentes métodos de análise focam em diferentes componentes da intervenção estatal e produzem insumos que permitem avaliar e aprimorar os programas.

<sup>22</sup> Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.



Sobre as diversas linhas de análise de políticas públicas, é correto afirmar que o método de avaliação:

- a) de resultados consiste no confronto dos pressupostos assumidos na formulação do programa com as evidências mais recentes, enfatizando quais insumos, processos ou produtos são mais eficazes para alcançar as metas pretendidas;
- b) de implementação consiste em uma análise aprofundada que identifica se a execução da política obedece ao desenho formulado e atenta para a transformação de insumos em produtos para a população;
- c) de desenho se debruça sobre os indicadores utilizados para construção das metas do programa para compreender se os efeitos estão alinhados com o planejamento inicial;
- d) econômica lida com o conceito de escassez de recursos públicos e visa encontrar maneiras mais eficientes de aplicá-los por meio de sofisticadas técnicas estatísticas;
- e) de eficiência busca compreender a relação entre os custos e os benefícios das políticas públicas por meio da comparação de programas já em execução.



Mais uma questão baseada no Guia prático de análise ex post<sup>23</sup>, da Casa Civil. O Guia traz algumas linhas de análise de políticas públicas:

- **AVALIAÇÃO DE DESENHO:** engloba a análise da teoria do programa, verificando a sua consistência e lógica, ou coerência interna. Trata-se de um processo analítico para identificar a existência de **erros ou falhas no desenho** e propor mudanças a fim de superá-los;
- **AVALIAÇÃO EXECUTIVA:** permite, de forma prática e rápida, identificar em qual **elemento** ou em qual **processo** da cadeia de valor da política há maior chance de ocorrerem aprimoramentos;
- **AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO OU AVALIAÇÃO DE PROCESSOS:** é por meio dessa abordagem que se identifica se a execução das políticas públicas vem ocorrendo conforme os normativos existentes e o desenho estabelecido (ou seja, **identifica se a execução obedece ao desenho formulado e atenta para a transformação de insumos em produtos para a população (letra B)**);
- **AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA PÚBLICA:** diz respeito à análise das estruturas, das funções, dos processos e das tradições organizacionais para garantir que as ações planejadas (políticas) sejam executadas de tal maneira que atinjam seus objetivos e resultados de forma **transparente**;

<sup>23</sup> Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

- **AVALIAÇÃO DE RESULTADOS:** ajuda a responder se há variáveis de resultados e de impactos da política definidas, **mensuráveis** e disponíveis;
- **AVALIAÇÃO DE IMPACTO:** é um tipo de avaliação que busca demarcar, na vida dos **beneficiários**, a diferença atribuída à política de forma inequívoca;
- **ABORDAGEM DA AVALIAÇÃO ECONÔMICA APRESENTADA:** é uma das formas disponíveis para se responder sobre o **retorno econômico e social** da política;
- **ANÁLISE DE EFICIÊNCIA:** é uma abordagem que utiliza metodologias estatísticas e econométricas para mensurar a **eficiência técnica dos gastos** setoriais e temáticos.

#### Letra b.

**017.** (FGV/AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE (CGU)/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/GERAL/2022) Uma forma de imprimir racionalidade ao processo de formulação e viabilizar a posterior avaliação das políticas públicas é a utilização do modelo lógico, uma importante ferramenta para identificar e descrever os componentes do desenho, da operação e dos resultados esperados de uma política pública durante sua elaboração. O modelo lógico é formado por cinco componentes: insumos, atividades, produtos, resultados e impactos. Sobre os componentes do modelo lógico, é correto afirmar que:

- a) resultados são os efeitos de longo prazo observados nos indivíduos ou instituições em decorrência da intervenção realizada;
- b) produtos são os recursos necessários à realização da intervenção ou implementação da política;
- c) insumos são os frutos diretos e quantificáveis da política pública;
- d) impactos são os efeitos imediatos da intervenção ou política pública, nem sempre mensuráveis;
- e) atividades são as ações e os serviços realizados no escopo da política pública.



O modelo lógico é um modelo amplamente utilizado nos sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas de diversos países. Na verdade, trata-se de um modelo para desenhar uma política pública, que busca responder três perguntas:

- 1) O que acontece se a política for implementada?
- 2) O que é necessário para que a política seja implementada?
- 3) Que fatores internos e externos podem contribuir, atrapalhar ou mesmo inviabilizar a política?

A seguir, vejamos cada um dos componentes do modelo lógico<sup>24</sup>:

<sup>24</sup> Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

**1. INSUMOS:** são os recursos necessários para a sua execução, sejam financeiros, físicos (equipamentos, materiais, instalações), humanos (número, tipo, qualificação) ou outros.

**2. ATIVIDADES:** são as ações e os serviços realizados sob o escopo da política.

**3. PRODUTOS:** são os frutos diretos e quantificáveis das atividades da política, entregues imediatamente pela realização de suas atividades.

**4. RESULTADOS:** são mudanças observadas no curto prazo sobre indivíduos, grupos ou instituições, como resultado da intervenção realizada.

**5. IMPACTOS:** são mudanças de mais longo prazo promovidas sobre o aspecto ou a perspectiva futura de seus beneficiários ou grupo no qual se inserem.

A letra E, portanto, é o nosso gabarito!

A letra A descreve IMPACTOS.

A letra B descreve INSUMOS.

A letra C descreve PRODUTOS.

A letra D pode descrever IMPACTO, se considerarmos a correção para efeito de longo prazo e que eles devem ser SEMPRE mensuráveis.

**Letra e.**

-----

**018.** (FGV/2023/AUDITOR DO ESTADO (CGE SC)/ADMINISTRAÇÃO) A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes.

Com relação à avaliação de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (performance standards).
- ( ) O critério da eficiência administrativa corresponde ao nível de conformidade (compliance) da implementação a regras preestabelecidas.
- ( ) O critério de produtividade corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) V, F e V.



Análise das afirmativas:

(VERDADEIRA) A avaliação de uma política pública envolve a definição de critérios e indicadores para medir o desempenho da política e verificar se está atingindo seus objetivos. Além disso, são estabelecidos padrões ou padrões de desempenho (performance standards) para avaliar se os resultados estão de acordo com o esperado.

(VERDADEIRA) O critério da eficiência administrativa está relacionado ao grau de conformidade da implementação da política com as regras e procedimentos estabelecidos. É avaliado se a política está sendo implementada de maneira eficiente, seguindo os padrões e normas definidos.

(FALSA) A produtividade não está relacionada aos resultados sociais com a redução do problema, mas sim à relação entre os inputs (recursos, esforços) e os outputs (produtos, serviços) gerados pela política pública.

**Letra d.**

#### 3.4.4. ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO E ANÁLISE CUSTO-EFETIVIDADE

Esses dois tipos de avaliação ou análise de uma política são do **tipo ex ante**, ou seja, ocorrem antes de se decidir como será feita uma intervenção.

A **AValiação CUSTO-BENEFÍCIO** corresponde à estimação dos **benefícios tangíveis e intangíveis** de um programa e os **custos de sua realização**.

Por exemplo, num programa de alfabetização, os **benefícios tangíveis** seriam a redução do analfabetismo, o aumento da escolarização global, etc. Os **benefícios intangíveis** seriam o aumento da autoestima, do exercício da cidadania, etc.

Segundo o Guia prático de análise ex ante (2018)<sup>25</sup>, a análise custo-benefício segue os seguintes passos:

<b>1. Identificação dos custos e benefícios envolvidos</b>	Quais são os custos fixos/variáveis e quais são os impactos e melhorias (benefícios).
<b>2. Seleção de programas alternativos</b>	<b>É um processo de comparação com experiências internacionais ou outras experiências nacionais bem-sucedidas, por exemplo.</b>
<b>3. Catalogação e previsão quantitativa dos impactos</b>	Qual o impacto em termos monetários (em real)?
<b>4. Desconto temporal para obtenção do valor presente</b>	Por exemplo, um programa requer um investimento inicial, mas seus benefícios podem ocorrer ao longo de dez anos.
<b>5. Avaliação da posição líquida entre custos e benefícios</b>	Depois de calculados os custos e benefícios em termos de valor presente, a posição líquida nos mostra a diferença entre os custos e os benefícios.

<sup>25</sup> *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante*. Volume 1. Casa Civil da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

#### 6. Análise de sensibilidade

São análises posteriores que incorporam novos dados que impactam na relação custo-benefício, por exemplo algum acontecimento econômico ou político (inflação, mudanças de governo, rupturas políticas etc.).

A **ANÁLISE CUSTO-EFETIVIDADE** foca apenas os **custos**, que são estimados em **unidades monetárias**. Os benefícios são expressos de alguma outra forma quantitativa.

Num programa de distribuição de renda a famílias com crianças carentes, o custo-efetividade pode ser expresso da seguinte forma: *“cada R\$ 1.000,00 dispendidos pelo programa aumentam os níveis de escolaridade, na média, em 1 ano para cada 100 crianças.”*

## DIRETO DO CONCURSO

**019.** (FGV/ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ RO)/ECONOMISTA/2021) Em relação à análise de custo-benefício do gasto público, analise as afirmativas a seguir, assinalando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- ( ) A definição de custos e benefícios relevantes da política pública a ser avaliada faz parte do fluxo de análise.
- ( ) No processo de decisão sobre o gasto, comparam-se as diferentes alternativas à disposição, listando-as, pois um determinado objetivo pode ser atingido a partir de variados desenhos, os quais podem ter distintas implicações com relação a custos e benefícios.
- ( ) A análise de sensibilidade deve expor como as variáveis relevantes para a decisão deveriam mudar de modo a inviabilizar a alternativa em questão.

A sequência correta é:

- a) V – V – V;
- b) V – V – F;
- c) V – F – V;
- d) F – V – V;
- e) F – F – F.



A questão foi retirada do “Guia prático de análise ex ante” (2018)<sup>26</sup>.

O Guia afirma que é de suma importância que o formulador de política pública demonstre que analisou os custos e os benefícios da sua proposta, ou seja, que do ponto de vista econômico e social, **os benefícios superam os custos**.

<sup>26</sup> Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

É importante destacar que não se trata de análise simples ou fácil, porque se trata de uma análise prévia (ex ante), baseada em hipóteses, cenários etc.

Nesse sentido é que o Guia apresenta o método chamado de “análise custo benefício”, que segue os seguintes passos:

1. **Identificação dos custos e benefícios envolvidos:** quais são os custos fixos/variáveis e quais são os impactos e melhorias (benefícios);
2. **Seleção de programas alternativos:** é um processo de comparação com experiências internacionais ou outras experiências nacionais bem-sucedidas, por exemplo;
3. **Catologação e previsão quantitativa dos impactos:** qual o impacto em termos monetários (em real)?
4. **Desconto temporal para obtenção do valor presente:** por exemplo, um programa requer um investimento inicial, mas seus benefícios podem ocorrer ao longo de dez anos;
5. **Avaliação da posição líquida entre custos e benefícios:** depois de calculados os custos e benefícios em termos de valor presente, a posição líquida nos mostra a diferença entre os custos e os benefícios;
6. **Análise de sensibilidade:** são análises posteriores que incorporam novos dados que impactam na relação custo-benefício, por exemplo algum acontecimento econômico ou político (inflação, mudanças de governo, rupturas políticas etc.).

Após essas etapas, o gestor deve ser capaz de decidir entre uma das alternativas analisadas. Assim, temos que:

(V) O fluxo de análise envolve a definição de custos e benefício.

(V) A análise ex ante busca orientar a decisão para que ela recaia sobre a alternativa mais efetiva, eficaz e eficiente (com o melhor custo-benefício).

(V) A análise de sensibilidade expõe como a mudança em certas variáveis impactam a alternativa ao ponto de inviabilizá-la. Por exemplo, determinada política pública é tão sensível a inflação ao ponto de se tornar inviável caso ela (a inflação) aumente.

**Letra a.**

## 4. INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EM DIREITOS HUMANOS COMO POLÍTICAS DE ESTADO

Apesar de ser uma tema inédito em provas, a compreensão é super simples. *Vamos lá?*

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EM DIREITOS HUMANOS COMO POLÍTICAS DE ESTADO** é um processo que visa garantir **a continuidade e a estabilidade** dessas políticas, independentemente das mudanças de governo.

Isso significa que as ações afirmativas políticas de Direitos Humanos devem estar inseridas na estrutura institucional do Estado, de forma que sejam protegidas e promovidas por todos os governos.

As **ações afirmativas** são medidas especiais e temporárias que visam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos socialmente vulneráveis. Alguns exemplos de ações afirmativas que podem ser adotadas no contexto da institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado:

- Cotas para negros e indígenas nas universidades públicas
- Incentivos para a contratação de mulheres em cargos de liderança
- Programas de capacitação para pessoas com deficiência
- Campanhas de conscientização sobre a violência contra a mulher

Atualmente, temos o **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**, é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção dos Direitos Humanos no Brasil.

A Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (Ascom/MDHC) publicou, em 05/01/2024, a revista “*Direitos Humanos pra Quem?*”. A publicação é um dos produtos do projeto de mesmo nome, que tem como objetivo sensibilizar a sociedade brasileira para o resgate do verdadeiro conceito de direitos humanos. Vamos ver alguns pontos importantes da publicação.

#### 4.1. COMISSÃO DE ANISTIA COMO COLEGIADO DE ESTADO

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicou, em janeiro de 2023, uma nova portaria que recompõe a **Comissão de Anistia**, colegiado composto por 17 **conselheiros**, 2 **representantes de pessoas anistiadas**, além de um **representante do Ministério da Defesa**.

Uma das **principais funções** da Comissão de Anistia é **reconhecer as vítimas do regime militar**, concedendo-lhes **anistia política** e fornecendo uma **reparação simbólica, financeira**.

Também é exigido um **pedido de desculpas** em nome do Estado brasileiro em casos de deferimentos de pedidos de anistia. Esse reconhecimento é uma forma de garantir que as vítimas e suas famílias recebam a devida atenção e apoio em seu processo de cura e reconciliação.

#### 4.2. PAINEL DE DADOS

O **PAINEL DE DADOS** da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos é uma importante ferramenta para a construção e o aprimoramento de políticas públicas, além de reforçar ainda mais a transparência do serviço.

O **cidadão pode acessá-lo e pesquisar** dados de denúncias registradas no Disque 100. A interação acontece por meio de filtros, de maneira que, na plataforma, o cidadão pode realizar diversos recortes pelo **perfil da vítima**, do **suspeito** e, ainda, pelas **especificidades da denúncia** (cenário da violação; espécie da violação; elementos circunstanciais; entre outros).



### 4.3. CARAVANA DOS DIREITOS HUMANOS: DIGNIDADE NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

Em agosto de 2023, o Ministério iniciou a **CARAVANA DOS DIREITOS HUMANOS**, uma série de **visitas** pelos estados brasileiros para acompanhar a situação da **população carcerária**.

Dentre os **critérios para as visitas** estão unidades prisionais que foram objeto de **determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos** (Corte IDH). As medidas requeridas pela Corte IDH visam proteger eficazmente a vida, a saúde e a integridade das pessoas privadas de liberdade e de qualquer pessoa que se encontre nos estabelecimentos prisionais, inclusive os agentes penitenciários, os funcionários e os visitantes.

Dentre as **principais violações** de direitos encontradas estão a **superlotação**, **condições precárias** de higiene e saúde, **falta de água potável**, casos de **tortura**, **maus-tratos** e **violência**, e **dificuldade de acesso a serviços básicos** como educação, saúde e assistência jurídica.

### 4.4. MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO DISCURSO DE ÓDIO E AO EXTREMISMO

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania criou um Grupo de Trabalho (GT) com essa temática, formado por membros da sociedade civil e de diversas instituições do governo federal.

O GT produziu um relatório de autoria coletiva, que identificou que há no Brasil **grupos que têm sido vítimas sistemáticas do discurso de ódio**, dentre os quais se destacam: mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBTQIA+, estrangeiros (sobretudo da América Latina, África e Ásia), nacionais das regiões Norte e Nordeste, pessoas pobres, idosas e com deficiência.

No documento, as diversas medidas de enfrentamento propostas foram agrupadas em subtemas que envolvem: **educação e cultura** em direitos humanos; **internet segura**, **educação midiática** e **comunicação popular e comunitária**; **proteção e reparação às vítimas**; **dados e pesquisas** para subsidiar as ações e as políticas públicas; **boas práticas para jornalistas e comunicadores**.

### 4.5. PROGRAMA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lançado em novembro, o programa **NOVO VIVER SEM LIMITE** tem o objetivo de **promover os direitos** civis, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais das **pessoas com deficiência e de suas famílias**.

Ele foi concebido a partir da transversalidade e intersetorialidade entre os mais diversos órgãos do Poder Executivo, **envolvendo 27 ministérios** integrados na elaboração do plano. A participação social durante a construção do programa foi ampla: foram realizados diálogos presenciais em 12 capitais das 5 regiões brasileiras com aproximadamente 700 contribuições para o plano.



#### 4.6. SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

A **SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+** aborda as pautas e necessidades imediatas de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexuais e demais orientações sexuais, diretamente de um setor localizado no **segundo escalão** do governo federal.

Houve a instalação do **Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**. O órgão colegiado é composto por 38 pessoas de forma paritária entre o governo federal e representantes de Organizações da Sociedade Civil. Tem o objetivo de contribuir, de forma consultiva e deliberativa, com a formulação de ações, diretrizes e medidas governamentais referentes às pessoas LGBTQIA+.

Também aconteceu a instituição da **Comissão Nacional Intergestores da Política LGBTQIA+**, cujo objetivo é decidir sobre os aspectos operacionais e de articulação a respeito das políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+, estabelecendo a organização das redes de ações e serviços em direitos humanos. A iniciativa também definirá diretrizes para o enfrentamento à violência.

### DIRETO DO CONCURSO



**020.** (CESGRANRIO/2007/ADMINISTRADOR/TCE-RO) Circunstâncias sociais que oprimem determinados grupos humanos levam à definição de políticas públicas denominadas “ações afirmativas”, que supõem:

- a) criação de meios para que segmentos sociais possam afirmar a sua diferença e reivindicar respeito à diversidade.
- b) garantia de balizamento nas oportunidades para os que têm a sua existência marcada por desigualdades, como as de classe, gênero e etnia.
- c) tratamento igualitário a todos os grupos humanos por parte do Poder Público, garantindo o exercício do equilíbrio e da equanimidade na gestão.
- d) formação de núcleos de proteção que afastam os marginalizados do convívio social, tendo em vista capacitá-los para o exercício da cidadania.
- e) discriminação positiva de grupos sociais que historicamente sempre foram privilegiados por sua posição na hierarquia de classes.



O gabarito é a letra B. Como vimos, as ações afirmativas são uma forma de promover a justiça social e a equidade. Elas são importantes para garantir que todos os grupos humanos tenham as mesmas chances de sucesso, independentemente de sua origem ou condição social.

A alternativa B diz que as ações afirmativas supõem a garantia de balizamento nas oportunidades para os que têm a sua existência marcada por desigualdades. Isso significa que as ações afirmativas visam a promover a igualdade de oportunidades, garantindo que todos os grupos sociais tenham as mesmas chances de sucesso, independentemente de sua origem ou condição social.

**As demais alternativas estão incorretas:**

- a) As ações afirmativas não visam apenas à afirmação da diferença e ao respeito à diversidade. Elas são ações, e não simplesmente “falas”. Portanto, visam à promoção da igualdade de oportunidades e à inclusão de grupos socialmente vulneráveis.
- c) As ações afirmativas não visam ao tratamento igualitário a todos os grupos humanos. Elas visam a corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos socialmente vulneráveis.
- d) As ações afirmativas não afastam os marginalizados do convívio social. Elas visam a promover a inclusão desses grupos no convívio social.
- e) As ações afirmativas não visam à discriminação positiva de grupos sociais que historicamente sempre foram privilegiados. Elas visam à promoção da igualdade de oportunidades e à inclusão de grupos socialmente vulneráveis.

**Letra b.**

## 5. FEDERALISMO E DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PROGRAMAS NACIONAIS

### 5.1. FEDERALISMO E DESCENTRALIZAÇÃO

Antes de falar sobre o tema proposto no edital, precisamos entender os conceitos que envolvem o assunto.

O **FEDERALISMO** é uma forma de organização política em que o poder é dividido entre um **governo central** e **governos locais**. Os governos locais geralmente são chamados de estados, províncias ou municípios. Como sabemos, **o Brasil é um país federal**, e a Constituição Federal de 1988 estabelece uma divisão de competências entre o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais.

Existem diferentes tipos de federalismo, mas todos eles compartilham as seguintes características básicas:

- **Divisão do poder:** o poder é dividido entre o governo central e os governos locais.
- **Autonomia dos governos locais:** os governos locais têm autonomia para governar suas próprias áreas.

- **Cooperação entre os governos:** os governos central e locais devem cooperar para fornecer serviços públicos e resolver problemas comuns.

Por sua vez, a **DESCENTRALIZAÇÃO** é o processo de **transferir poder de um nível de governo para outro**, geralmente de um nível central para níveis locais.

Analisando esses dois conceitos iniciais, você deve ter percebido que Federalismo e Descentralização **são dois conceitos relacionados** que se referem à distribuição de poder entre diferentes níveis de governo.

Em um sistema federal, o poder é dividido entre o governo central e os governos locais de forma constitucional. **O governo central é responsável por questões de interesse nacional**, como defesa, política externa e moeda. Os governos locais são responsáveis por **questões de interesse local**, como educação, saúde e transporte.

O federalismo e a descentralização podem trazer uma série de **vantagens**, como:

<b>Melhor atendimento às necessidades locais</b>	Os governos locais estão mais próximos das comunidades que representam e, portanto, podem estar melhor equipados para atender às suas necessidades específicas.
<b>Maior eficiência</b>	Os governos locais podem se especializar em áreas específicas, o que pode levar a uma maior eficiência na prestação de serviços.
<b>Maior participação da sociedade</b>	Os governos locais podem ser mais abertos à participação da sociedade, o que pode levar a um governo mais democrático.

No entanto, o federalismo e a descentralização também podem trazer alguns **desafios**, como:

<b>Dificuldade de coordenação</b>	Pode ser difícil coordenar as ações de governos diferentes, o que pode levar a ineficiências.
<b>Conflitos entre governos</b>	Pode haver conflitos entre governos diferentes, se eles não concordarem sobre suas responsabilidades.
<b>Desafios financeiros</b>	Os governos locais podem ter dificuldade em arrecadar recursos suficientes para fornecer serviços públicos de qualidade.

## 5.2. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PROGRAMAS NACIONAIS

A **Constituição Federal de 1988** prevê a descentralização de políticas públicas em diversas áreas, como educação, saúde, assistência social e meio ambiente. No Brasil, a descentralização de políticas públicas ocorre por meio de diferentes mecanismos, como:

- **Transferência de recursos:** o governo federal pode transferir recursos financeiros para os governos estaduais e municipais para que eles possam implementar políticas públicas.
- **Transferência de competência:** o governo federal pode transferir a responsabilidade pela execução de políticas públicas para os governos estaduais e municipais.

- **Cooperação intergovernamental:** o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais podem cooperar para implementar políticas públicas.

Você também já deve ter percebido que a organização e o funcionamento dos sistemas de programas nacionais no Brasil **são complexos e variam** de acordo com a área de política pública. No entanto, em geral, os sistemas de programas nacionais são compostos por um conjunto de políticas públicas, programas e projetos que são implementados por diferentes níveis de governo.

Os **sistemas de programas nacionais** são coordenados por órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais. Esses órgãos são responsáveis por definir as diretrizes, os objetivos e as metas dos sistemas de programas nacionais. Eles também são responsáveis por monitorar e avaliar os resultados dos sistemas de programas nacionais.

São exemplos de sistemas de programas nacionais no Brasil:

<b>Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	O SUS é um sistema de saúde universal e gratuito que é implementado pelos governos federal, estaduais e municipais.
<b>Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)</b>	O Fundeb é um fundo que destina recursos financeiros para a educação básica. Os recursos do Fundeb são distribuídos entre os governos federal, estaduais e municipais de acordo com a matrícula de alunos da educação básica.
<b>Programa Bolsa Família</b>	O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O Programa Bolsa Família é implementado pelo governo federal.

## RESUMO

- **Política pública** é um fluxo de decisões públicas, com ações do Estado e sociedade, a fim de prover a manutenção do equilíbrio social. Em seu sentido mais estrito, é o que o governo escolhe fazer ou não fazer.
- **Tipologia de Theodore Lowi**
  - **Políticas distributivas:** aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade (categorias de pessoas, localidades, regiões, grupos sociais, etc.) mediante recursos provenientes da coletividade como um todo.
  - **Políticas redistributivas:** aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos.
  - **Políticas regulatórias:** aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos.
  - **Políticas constitutivas ou estruturadoras:** aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre as quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas.
- **Ciclo de políticas públicas**
  - **Agenda** – ocorre a identificação e seleção dos problemas ou temas que serão tratados como políticas públicas. É a fase em que determinadas questões são colocadas na pauta do governo, podendo ser resultado de demandas da sociedade, pressões políticas ou necessidades identificadas pelos governantes.
  - **Formulação** – são elaboradas propostas concretas para lidar com os problemas ou temas identificados na etapa anterior. A formulação das políticas públicas envolve a definição dos objetivos, estratégias, instrumentos e recursos que serão utilizados para solucionar ou mitigar as questões em questão.
  - **Processos de decisão** – momento em que as propostas formuladas passam pelo processo de tomada de decisão. Envolve a análise dos diferentes pontos de vista, a discussão entre os atores envolvidos, a negociação de interesses e a definição das alternativas que serão adotadas.
  - **Implementação** – após a decisão, a política pública entra em fase de implementação. Nesse estágio, são desenvolvidos os planos, projetos e programas para colocar em prática as ações previstas na política pública. São definidos os responsáveis pela implementação, os prazos, os recursos necessários e os mecanismos de acompanhamento.

- **Planos** são documentos (geralmente de longo prazo) que definem os objetivos gerais da política e as estratégias para alcançá-los. Eles são geralmente elaborados por órgãos governamentais de alto nível, como o Ministério da Fazenda ou o Ministério do Planejamento.
- **Projetos** são documentos (geralmente de médio prazo) que definem ações específicas para alcançar os objetivos da política. Eles são geralmente elaborados por órgãos governamentais de nível intermediário, como secretarias estaduais ou municipais.
- **Programas** são documentos (geralmente de curto prazo) que definem as ações e os recursos necessários para implementar um projeto. Eles são geralmente elaborados por órgãos governamentais de nível operacional, como unidades de execução de programas.
- **Monitoramento e avaliação** - durante e após a implementação da política pública, é necessário acompanhar e avaliar seus resultados e impactos. O monitoramento busca verificar se as ações estão sendo realizadas conforme o planejado, enquanto a avaliação avalia o alcance dos objetivos propostos e os efeitos da política na sociedade. Essas informações são fundamentais para o aprimoramento das políticas públicas e a tomada de decisões futuras.
- **Agenda de políticas públicas:** lista problemas, assuntos ou demandas que chamam a atenção de atores governamentais e de cidadãos em geral.
  - **Agenda formal:** é a agenda institucional. Elenca problemas que o governo decidiu enfrentar.
  - **Agenda política:** problemas considerados relevantes pela comunidade política.
  - **Agenda da mídia:** agenda dos meios de comunicação. Influencia as outras duas agendas (formal e política).
- **Modelos de processo de decisão**

Modelos	Condições cognitivas	Critério de decisão
Racionalidade absoluta	Certeza	Otimização
Racionalidade limitada	Incerteza	Satisfação
Modelo incremental	Parcialidade (interesses)	Acordo
Modelo "lata de lixo"	Ambiguidade	Casual

- **Modelos de implementação**

<b>Top-down (de cima para baixo, iterativo)</b>	Estabelece que <b>formulação e implementação são etapas rigorosamente separadas e diferenciadas</b> , seja porque envolve atores diferentes, seja porque envolve distintos graus de autoridade e de complexidade. Neste modelo, os <b>políticos formulam e decidem</b> , e comandam os <b>burocratas, que executam as suas decisões</b> , implementando a política. Aqui temos um <b>fluxo formulação - implementação</b> .
<b>Bottom-up (de baixo para cima, iterativo)</b>	Propõe que a política seja concebida <b>a partir da base</b> , das percepções das demandas e das experiências de resolução dos problemas desenvolvidos pelos atores situados nos escalões inferiores da Administração (chamados burocratas no nível de rua). As práticas estabelecidas a partir da base seriam institucionalizadas nos níveis superiores, consolidando-se como política pública. Aqui temos um <b>fluxo implementação - formulação</b> .
<b>Interativo-iterativo</b>	<b>Não há um fluxo único</b> nem da formulação para a implementação (modelo top-down), nem desta em direção à formulação (modelo bottom-up). Em lugar disso, haveria um <b>processo complexo, de idas e vindas</b> , entre as diversas fases do ciclo, dando origem a várias etapas de decisão, que iriam sendo reformuladas conforme as reações dos diversos atores à agenda que se formou, ao curso assumido pelas decisões e aos impactos da implementação.

• Principais tipos de avaliação

<p><b>01 Momento</b></p> <p><b>ex ante:</b> antes de se decidir como será feita uma intervenção</p> <p><b>intermediária:</b> ações implementadas até o momento estão gerando os impactos esperados</p> <p><b>ex post:</b> projeto se encontra consolidado ou em fase final</p>	<p><b>03 Foco ou objeto</b></p> <p><b>desempenho:</b> institucional ou pessoal</p> <p><b>jurídica ou conformidade:</b> em relação à lei</p> <p><b>processo:</b> conjunto de ações</p> <p><b>produto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(1) resultados: intervenção</li> <li>(2) impactos: clientes ou destinatários</li> <li>(3) qualidade: expectativas</li> </ul>	<p><b>05 Guia Prático de análise ex post</b></p> <p><b>desenho:</b> análise da teoria do programa</p> <p><b>executiva:</b> onde há mais chances de aprimoramento (elemento ou processo)</p> <p><b>implementação ou processos:</b> conformidade aos normativos e desenho</p> <p><b>governança:</b> análise das estruturas e transparência</p> <p><b>resultados:</b> variáveis da política definida mensuráveis e disponíveis</p> <p><b>impacto:</b> diferença na vida dos beneficiários</p> <p><b>econômica:</b> retorno econômico social</p> <p><b>eficiência:</b> mensurar gastos</p>
<p><b>02 Finalidade ou função</b></p> <p><b>conformidade:</b> aderência à lei</p> <p><b>somativa:</b> subsidiar decisões finais sobre continuidade</p> <p><b>formativa:</b> proporcionar informações úteis</p>	<p><b>04 Origem da equipe</b></p> <p><b>interna:</b> equipe envolvida na implementação</p> <p><b>externa:</b> equipe não possui envolvimento na implementação</p> <p><b>mista:</b> equipe interna em parceria com equipe externa</p>	

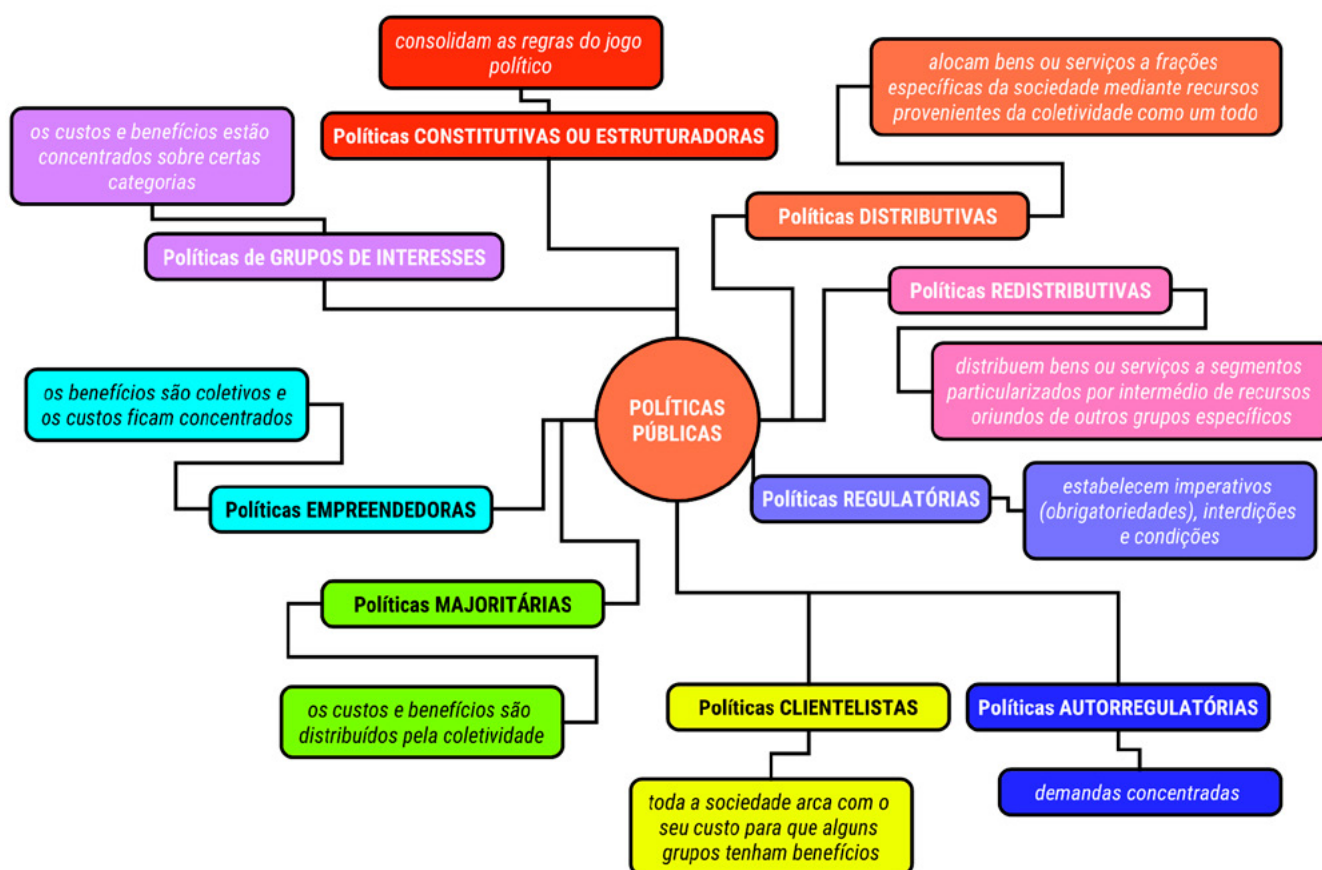
• Tipos de avaliação de políticas públicas segundo Leonardo Sechi

<b>Avaliação ex-ante</b>	Ocorre <b>antes</b> da implementação, normalmente durante o próprio processo de formulação, quando o tomador de decisão faz projeções, predições ou conjecturas das diferentes alternativas propostas.
<b>Avaliação in itinere ou formativa</b>	É o chamado monitoramento, que ocorre <b>durante</b> o próprio processo de implementação.
<b>Avaliação ex-post ou somativa</b>	Ocorre <b>depois</b> do processo de implementação. Nesse momento, normalmente, define-se a continuidade, a reestruturação ou a extinção de uma política pública.



- **Institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado**
  - **Ações afirmativas:** medidas especiais e temporárias que visam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos socialmente vulneráveis.
  - **Comissão de Anistia como colegiado de Estado:** reconhecer as vítimas do regime militar, concedendo-lhes anistia política e fornecendo uma reparação simbólica (financeira) e exigir um pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro em casos de deferimentos de pedidos de anistia.
  - **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos:** ferramenta para a construção e o aprimoramento de políticas públicas, além de reforçar ainda mais a transparência do serviço.
  - **Caravana dos direitos humanos:** série de visitas pelos estados brasileiros para acompanhar a situação da população carcerária.
  - **Medidas de enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo:** educação e cultura em direitos humanos; internet segura, educação midiática e comunicação popular e comunitária; proteção e reparação às vítimas; dados e pesquisas para subsidiar as ações e as políticas públicas; boas práticas para jornalistas e comunicadores.
  - **Programa de inclusão de pessoas com deficiência:** promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias.
  - **Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+:** aborda as pautas e necessidades imediatas de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexuais e demais orientações sexuais, diretamente de um setor localizado no segundo escalão do governo federal.
- **Federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil: organização e funcionamento dos sistemas de programas nacionais**
  - **Federalismo:** forma de organização política em que o poder é dividido entre um governo central e governos locais.
  - **Divisão do poder:** o poder é dividido entre o governo central e os governos locais.
  - **Autonomia dos governos locais:** os governos locais têm autonomia para governar suas próprias áreas.
  - **Cooperação entre os governos:** os governos central e locais devem cooperar para fornecer serviços públicos e resolver problemas comuns.
  - **Descentralização** processo de transferir poder de um nível de governo para outro, geralmente de um nível central para níveis locais.
  - **Organização e funcionamento dos sistemas de programas nacionais:**

- **Transferência de recursos:** o governo federal pode transferir recursos financeiros para os governos estaduais e municipais para que eles possam implementar políticas públicas.
- **Transferência de competência:** o governo federal pode transferir a responsabilidade pela execução de políticas públicas para os governos estaduais e municipais.
- **Cooperação intergovernamental:** o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais podem cooperar para implementar políticas públicas.



## QUESTÕES DE CONCURSO

**001.** (FGV/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE AL)2018) Determinado município decidiu mudar radicalmente sua política de IPTU. Por essa nova política, a partir do ano de 2019, todos os imóveis avaliados em até 200 mil reais terão isenção de IPTU, e aqueles com valores superiores a 1 milhão de reais serão tributados em dobro, garantindo a manutenção do valor arrecadado e o financiamento das políticas urbanas.

O caso apresentado, segundo a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, é um exemplo de política

- a) constitutiva.
- b) regulatória.
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) intervencionista.

**002.** (FGV/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPOG RO)/2017) Correlacione as tipologias listadas a seguir aos seus respectivos conceitos.

1. Consistem na distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.

2. Destinam-se à definição das “regras do jogo” político, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.

3. Tem o intuito de redistribuir renda e direitos, por meio do deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos (ou economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.

4. Normatizam o funcionamento de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As normas produzidas podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos.

- ( ) Políticas Distributivas
- ( ) Políticas Redistributivas
- ( ) Políticas Constitutivas
- ( ) Políticas Regulatórias

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

- a) 1, 2, 3 e 4.
- b) 1, 3, 2 e 4.
- c) 1, 4, 3 e 2.
- d) 1, 2, 4 e 3.
- e) 1, 3, 4 e 2.

**003.** (FGV/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPOG RO)/2017) A literatura aponta as principais etapas ou fases para o processo de formulação de políticas públicas.

1. Identificação do problema
2. Construção da agenda
3. Formulação de alternativas (políticas públicas)
4. Tomada de decisão
5. Implementação
6. Avaliação

Assinale a opção que descreve como ficou conhecida essa dinâmica.

- a) Ciclo de políticas públicas.
- b) Manual de políticas públicas.
- c) Problema público.
- d) Diagnóstico situacional.
- e) Decisão política.

**004.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (SUFRAMA)/2014) Julgue o item subsecutivo, relativo às políticas públicas.

Ao planejar uma política pública, devem estar claros seu objeto e seus mecanismos de planejamento e de avaliação.

**005.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PLENO (MCT)/2012) Julgue o item a seguir, relativos a políticas públicas.

No campo de análise das políticas públicas, essas políticas funcionam como inputs do sistema político.

**006.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO (TCU)/2013) Com relação à construção de agenda, formulação e avaliação de políticas públicas, julgue o item subsequente.

A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões.

**007.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO (TCU)/2015) Julgue o próximo item, relativo à política pública e sua forma de avaliação.

A coleta e a análise de todos os dados disponíveis são requisitos necessários para a construção de indicadores que visem avaliar a qualidade de programas governamentais.

**008.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA DE GESTÃO (TCE-PE)/2017) Com relação a políticas públicas no Brasil, julgue o item seguinte.

A última etapa do ciclo de políticas públicas é a avaliação, que consiste na mensuração de resultados e de impactos com o propósito de compará-los às metas originais.

**009.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/2015) Julgue o item seguinte a respeito de planejamento e avaliação das políticas públicas.

Para simplificar o processo de avaliação dos programas de governo, deve ser único e exclusivo o indicador de desempenho de cada programa.

**010.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/2015) Julgue o item seguinte a respeito de planejamento e avaliação das políticas públicas.

O uso da economicidade como indicador de desempenho visa estabelecer o grau com que o programa atinge as metas e os objetivos traçados.

**011.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (SUFRAMA)/2014) Julgue o item subsequente, relativo às políticas públicas.

A avaliação de uma política pública deve ser realizada após o término de sua implementação, uma vez que não é possível realizar controle parcial.

**012.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA JUDICIÁRIO (TER-PE)/2017) A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas. Nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de construção de agendas consiste em

- a) organizar as demandas sociais.
- b) realizar estudo técnico de soluções para um problema público.
- c) construir alianças políticas.
- d) julgar os efeitos previstos para uma política pública.
- e) designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público.

**013.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA DE GESTÃO (TCE-PE)/2017) No que se refere ao planejamento estratégico e à avaliação das políticas públicas, julgue o item subsequente. De acordo com os princípios da gestão por resultados, a avaliação de resultados de um dado programa inicia-se antes mesmo da execução do programa em questão: o objetivo é garantir que o desenho programático da intervenção atenda integralmente ao que foi planejado.

**014.** (CESPE (CEBRASPE)/TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA (EBSERH)/2018) Acerca de avaliações de políticas públicas e programas governamentais, julgue o item seguinte. A avaliação de um programa deve ser realizada à luz dos contextos sociais pelos quais o programa é implantado.

**015.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE-PI)/2016/ADAPTADA) Em relação às políticas públicas e ao processo de comunicação, julgue o item. A implementação de uma política pública é o momento em que se efetiva a ação e se coloca em prática a decisão política, inexistindo pré-condição para tanto.

**016.** (FGV/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO (DPE-RJ)/ADMINISTRAÇÃO/2014) A formulação da Agenda de Políticas Públicas muda com o tempo. Se o custo dos serviços médicos é um item importante na agenda, por exemplo, as autoridades envolvidas podem considerar seriamente uma variedade de alternativas relacionadas àquele problema, como a regulamentação direta dos custos hospitalares, a introdução de incentivos ao sistema para estimular a regulação de mercado, o pagamento dos custos dos consumidores por meio de um abrangente seguro de saúde nacional, decretar os seguros parciais para casos de catástrofes, a nacionalização do sistema em um esquema de medicina socializada, ou nada fazer a respeito do assunto. A Agenda na formulação de Políticas Públicas pode ser considerada como

- a) a pauta de uma reunião, onde assuntos são pré-determinados e levados a uma análise crítica pelas autoridades e sociedade civil.
- b) o tipo de plano que as autoridades desejam que seja adotado, mesmo que possuam intenções veladas.
- c) o objetivo no qual as políticas públicas devem focar, dado que será a razão de todo o programa de governo, independentemente das mudanças que a sociedade possa sofrer.
- d) a ferramenta que possibilitará, ao governo, determinar as ações que, durante toda a sua gestão, deverão nortear os poderes legislativo, executivo e judiciário.
- e) um alvo, em dado momento, de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades.

**017.** (FGV/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPOG-RO)/2017) As avaliações administrativas combinam diferentes tipos de atividades de monitoramento e avaliação de impacto por parte dos gestores públicos.

As opções a seguir apresentam tipos de avaliação de políticas públicas, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Avaliações de esforços: são tentativas de medir a quantidade de insumos do programa envolvido na política (pessoal, comunicação, transporte etc.) e devem ser calculados em termos dos custos monetários. Seu propósito é estabelecer uma linha de base de dados.
- b) Avaliações de desempenho: determina o que a política pública está produzindo, muitas vezes independentemente dos objetivos definidos, produzindo benchmark (ponto de referência) ou dados de desempenho, que são utilizados como insumos para as avaliações mais abrangentes e profundas.
- c) Avaliações de processo: examinam os métodos organizacionais, incluindo as regras e os procedimentos operacionais, utilizados para executar programas. Seu objetivo normalmente é ver se um processo pode ser simplificado e tornado mais eficiente.
- d) Avaliações de eficiência: tentam avaliar os custos de um programa e julgar se a mesma quantidade e qualidade de produtos poderiam ser alcançadas de forma mais eficiente, ou seja, por um custo menor. Os insumos e produtos são o alicerce desse tipo de avaliação.
- e) Avaliações de adequação de desempenho (ou de eficácia): são realizadas de forma ad hoc por atores como a mídia, partidos políticos, grupos de interesse, líderes comunitários e campanhas de relações públicas ou lobby lançadas por organizações não governamentais. Essas avaliações geralmente são realizadas para oferecer aconselhamento independente.

**018.** (FGV/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPOG-RO)/2017) Avaliar uma política pública pressupõe que exista definição prévia de critérios e padrões, monitorados por intermédio de indicadores.

Em relação ao momento em que se realiza a avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) ex ante – realizada com o intuito de verificar a viabilidade do programa ou projeto e ocorre em momento anterior ao início do mesmo.
  - ( ) ex post – destina-se a investigar em que medida o programa ou projeto atingiu os resultados esperados por seus formuladores
  - ( ) ex tunc – julga se o programa ou projeto deve continuar ou não.
- a) V – F – F.
  - b) F – V – F.
  - c) V – V – F.
  - d) F – F – V.
  - e) F – V – V.



**019.** (FGV/ANALISTA (TJ-SC)/ADMINISTRATIVO/2015) Podemos compreender como Políticas Públicas o conjunto de ações, planos, metas e objetivos traçados pelos governos a fim de alcançar o bem-estar social. Assim, a formulação de Políticas Públicas, bem como a determinação do bem-estar da sociedade, é atribuição do governo e não da sociedade. Entretanto, a sociedade e seus diversos grupos de interesse podem participar de parte do processo de formulação dessas Políticas. A parte do processo em que há participação direta da sociedade e de seus grupos de interesse é:

- a) a formação de agenda;
- b) a formulação de diretrizes;
- c) o processo de tomada de decisão;
- d) a implementação;
- e) a avaliação.

**020.** (VUNESP/ANALISTA DE TECNOLOGIA (SEDUC-SP)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2014) A avaliação sistemática, contínua e eficaz é uma ferramenta gerencial poderosa, fornecendo aos formuladores e gestores de políticas públicas condições para aumentar a eficiência e a efetividade dos

- a) indicativos de auditoria.
- b) materiais e equipamentos propícios.
- c) cargos necessários.
- d) processos estipulados.
- e) recursos aplicados.

**021.** (VUNESP/ASSISTENTE (AMLURB)/GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/2016) Leio o trecho. Art. 1º – Fica criado o Programa de Restrição ao Trânsito de Veículos Automotores no Município de São Paulo (...).

Art. 2º – O Programa ora criado objetiva a melhoria das condições do trânsito, por meio da redução do número de veículos em circulação nas vias públicas, com base no dígito final da placa de licenciamento, ficando proibida a circulação, nos horários fixados (...).

Trata-se de um excerto do Decreto n. 37.085, de 3 de outubro de 1997, que regulamentou a lei que instituía o rodízio de veículos automotores na cidade de São Paulo. Tal decisão do poder público municipal, na época experimental e que se tornou permanente, caracteriza-se como uma política pública

- a) alocativa.
- b) regulatória.
- c) constitutiva.
- d) distributiva.
- e) estabilizadora.

**022.** (VUNESP/ASSISTENTE (AMLURB)/GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/2016) Assinale a alternativa que apresenta uma política pública tipicamente redistributiva, considerando a tipologia e os critérios de Theodore Lowi.

- a) Gratuidade na passagem de transporte coletivo municipal para idosos.
- b) Implantação de praças de atendimento ao cidadão em subprefeituras.
- c) Redução do limite de velocidade em ruas, avenidas e marginais.
- d) Definição de regras de participação da sociedade civil nas políticas públicas.
- e) Programa de reforma agrária em grandes propriedades rurais improdutivas.

**023.** (VUNESP/ASSISTENTE (AMLURB)/GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/2016) Ainda que incomum, a fase do processo de políticas públicas em que o problema é percebido como resolvido, as leis e ações que ativavam a política pública são compreendidas como ineficazes ou o problema perdeu progressivamente importância e saiu da agenda, é definida como:

- a) monitoramento.
- b) insulamento burocrático.
- c) agenda-setting.
- d) formulação de alternativas.
- e) extinção.

**024.** (VUNESP/ASSISTENTE (AMLURB)/GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/2016) A etapa de implementação de políticas públicas necessita de instrumentos, ou seja, meios disponíveis para transformar as intenções políticas em ações concretas. Assinale a alternativa que descreve corretamente um desses instrumentos.

- a) Regulamentação: instrumento regulatório que extingue regras, normas e procedimentos.
- b) Subsídio: instrumento fiscal que onera e desincentiva algumas atividades.
- c) Transferência de renda: instrumento econômico de inibição da prestação direta de serviço público.
- d) Terceirização de serviço público: instrumento administrativo que transfere a execução de algum serviço para uma organização privada.
- e) Impostos e taxas: instrumento fiscal que incentiva ou premia alguma atividade.

**025.** (VUNESP/ANALISTA (PREF SP)/2015) Com relação aos tipos de política pública, é correto afirmar que as políticas redistributivas

- a) concedem benefícios concentrados para algumas categorias de atores e impõem custos concentrados a outras categorias de atores.
- b) geram benefícios específicos para determinados grupos sociais e implicam custos difusos para toda a coletividade.

- c) estabelecem padrões de comportamento para grupos de atores numa arena de baixo conflito entre os diversos grupos sociais.
- d) são políticas que definem competências, jurisdições e regras para a disputa política entre diferentes setores sociais.
- e) têm como objetivo a implantação de um projeto de governo, por meio de programas e ações voltados para toda a sociedade.

**026.** (VUNESP/ANALISTA (PREF SP)/2015) O processo de elaboração de políticas públicas pode ser compreendido como um ciclo, no qual as diferentes fases sequenciais e interdependentes de uma política pública podem ser visualizadas. A fase denominada “formação da agenda” corresponde à definição dos

- a) critérios para a tomada de decisão.
- b) destinatários de uma política pública.
- c) temas ou problemas considerados relevantes.
- d) mecanismos de avaliação a serem aplicados.
- e) instrumentos disponíveis para a implementação.

**027.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO (TCE-SC)/ADMINISTRAÇÃO/2016) Com referência ao planejamento e à avaliação de políticas públicas no Brasil, julgue o item subsequente.

As avaliações informais de programas e projetos de governo carecem de coleta formal de evidências e dependem da experiência do avaliador, ao passo que as avaliações formais baseiam-se em procedimentos sistemáticos que alicerçam a emissão de opinião.

**028.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (CADE)/2014) Julgue o item a seguir, referente à avaliação de políticas públicas.

A avaliação ex-post de políticas públicas, delineada quando a política, o programa ou o projeto já se encontram consolidados ou em fase final, refere-se à avaliação que é concebida sem que haja relação com planejamento ou mesmo com o processo de implementação dessas políticas.

**029.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (TCE-PE)/AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS/2017) No que se refere ao planejamento estratégico e à avaliação das políticas públicas, julgue o item subsequente.

Por meio das avaliações de meio-termo, ou de processo, é possível aplicar correções à fase final da implementação de programas e projetos.

**030.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2013) Com relação à construção de agenda, formulação e avaliação de políticas públicas, julgue o item subsequente.

As avaliações de processo e de impacto abrangem o cálculo do custo-benefício e o do custo-efetividade de determinada política.

**031.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (CADE)/2014) Julgue o item a seguir, referente à avaliação de políticas públicas.

Na análise do custo-benefício de um programa, é essencial que os custos e os benefícios desse programa sejam transformados em unidades monetárias.

**032.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (CADE)/2014) Julgue o item a seguir, referente à avaliação de políticas públicas.

A análise de custo-efetividade de um programa é recomendada sempre que houver dificuldade na estimativa dos benefícios desse programa em valores monetários.

**033.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/2015) Julgue o item seguinte a respeito de planejamento e avaliação das políticas públicas.

A análise custo-efetividade exige a monetarização dos impactos causados pela política pública.

**034.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO (TCE-MG)/ADMINISTRAÇÃO/2018) Assinale a opção que indica a avaliação que busca verificar se determinada política pública responde a um problema bem delimitado e evita a ocorrência de erros de formulação e desenho.

- a) avaliação de resultados
- b) avaliação ex post
- c) avaliação de processos
- d) avaliação ex ante
- e) avaliação de performance

**035.** (CETRO/AUDITOR DE CONTROLE INTERNO (CAMPINAS)/2012) Nas últimas décadas, a avaliação de políticas e programas governamentais assumiu grande relevância para as funções de planejamento e gestão governamentais. A avaliação das políticas públicas pode subsidiar diversos aspectos positivos e são classificadas segundo vários critérios. Considerando o critério quanto ao momento de realização, tem-se as seguintes avaliações:

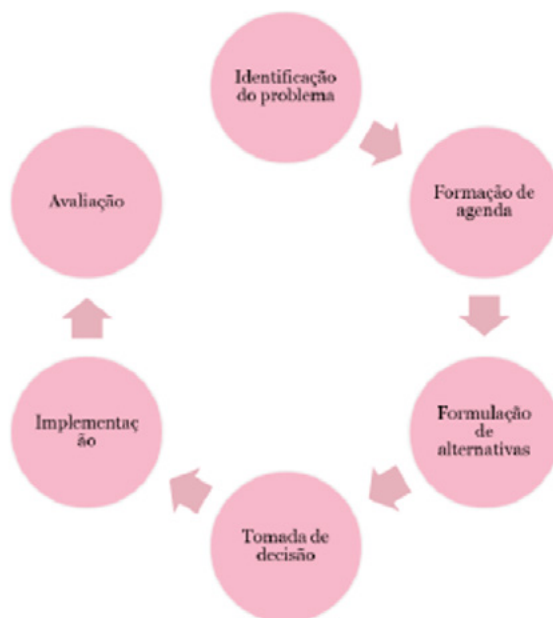
- a) Avaliação ex-ant e Avaliação ex-post.
- b) Avaliação de Processos e Avaliação de Impactos.
- c) Avaliação Formativa e Avaliação Somativa.
- d) Avaliação Mista e Avaliação Participativa.

**036.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018) Abaixo, é apresentada a definição de políticas públicas, trazida por Leonardo Secchi em “Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos” (2013): Uma política pública, independente de sua operacionalização, está vinculada à solução de um problema considerado público: a solução de um problema entendido como coletivamente relevante. É correto concluir que, das alternativas apresentadas a seguir, NÃO é uma política pública:

- a) Programa Universidade para Todos.
- b) Política Nacional de Assistência Social.
- c) Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil.
- d) Proposta Meu Gabinete na Rua.
- e) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

**037.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018) O Ciclo de Políticas Públicas é utilizado como recurso de análise, pois divide o processo de elaboração de uma política pública em fases, permitindo, assim, que sejam observadas separadas ou em conjunto. As fases serão consideradas aqui conforme a figura a seguir:

**Figura 1 – O ciclo de políticas públicas**



*Fonte – Elaboração própria*

Com base na Figura 1, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Entre os atores que mais se preocupam com a etapa de identificação do problema, estão ONGs, partidos e agentes políticos.

- ( ) A etapa de formulação de alternativas busca apresentar soluções para o problema público identificado.
- ( ) O monitoramento da política pública só pode ser utilizado na etapa de formulação de políticas públicas.
- ( ) A avaliação feita antes da implementação da política é chamada ex ante e a avaliação realizada após a implementação da política é chamada pos itinere.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F – V – F – V.
- b) F – F – V – F.
- c) V – F – V – F.
- d) V – V – F – F.
- e) V – V – F – V.

**038.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018) Considere a etapa de implementação de uma política pública e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As abordagens top down e bottom-up são totalmente contraditórias.
- b) A implementação compreende a etapa de produção de resultados da política pública.
- c) O modelo de implementação bottom-up tem como principal ator o burocrata.
- d) O modelo top down apresenta um processo de implementação linear.
- e) No modelo bottom-up, o formato da política pública após tomada de decisão não é definitivo e pode ser modificado pelos que a implementam no dia a dia.

**039.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018) A Avaliação de políticas públicas é uma etapa importante para melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle social sobre a efetividade da ação do Estado. Ramos e Schabbach (2012) colocam que a avaliação permite aos formuladores e gestores o desenho de políticas mais conscientes, com melhores resultados e melhor utilização de recursos. Considerando os critérios necessários para a avaliação de uma política pública, assinale a alternativa que NÃO corresponde aos critérios de avaliação.

- a) Economicidade.
- b) Produtividade.
- c) Eficácia.
- d) Equidade.
- e) Intangibilidade.

**040. (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018)**

Um analista de políticas públicas necessita descobrir se a solução para a situação-problema alcançada por meio de uma política pública aplica-se a outras realidades ou apenas a determinados contextos. Considerando que o analista possui as informações de antes e depois da implementação da política pública e uma grande amostra populacional, qual o tipo de avaliação mais adequado para ele?

- a) Avaliação interna.
- b) Avaliação de impactos.
- c) Avaliação gerencialista.
- d) Avaliação participativa.
- e) Avaliação mista.

**041. (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018)**

Considerando os atores protagonistas envolvidos na elaboração de políticas públicas, assinale a alternativa correta sobre abordagem estadocêntrica e abordagem multicêntrica, respectivamente.

- a) Uma não considera políticas públicas aquelas que derivem do Poder Executivo; e a outra considera apenas aquelas surgidas de pautas de movimentos sociais.
- b) Uma considera políticas públicas tudo que emana do poder estatal; e a outra apenas o que emana do poder privado.
- c) Uma considera políticas públicas tudo o que emana do poder estatal; e a outra considera além do poder estatal, também, mas não somente, o poder privado e organizações não governamentais.
- d) Uma considera políticas públicas tudo o que emana das organizações da sociedade civil; e a outra considera apenas o poder estatal.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

**042. (FGV/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO (DPE RJ)/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2019)**

O Governo do País Alfa, com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais entre os habitantes da comunidade, decide implementar políticas públicas que beneficiem apenas grupos específicos e que sejam custeadas por outros atores, que não os beneficiários. Com base na tipologia proposta por Lowi quanto às classes de políticas públicas, o governo deve realizar políticas:

- a) regulatórias, a exemplo da instituição de regras para segurança alimentar para alimentos básicos;
- b) distributivas, a exemplo da instituição de salário-desemprego para demitidos sem justa causa;



- c) constitutivas, a exemplo da instituição de reforma agrária para terras que não cumprem a função social;
- d) redistributivas, a exemplo das cotas raciais no acesso às universidades;
- e) enunciativas, a exemplo do bolsa-família para indivíduos de baixa renda.

**043.** (FGV/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE RJ)/ADMINISTRATIVA/2019) Existem diversas tipologias para classificar as políticas públicas. Uma das tipologias utiliza o critério de impacto das políticas públicas nos beneficiários.

Considerando esse critério, é correto afirmar que as políticas do sistema previdenciário e a ampliação da geração de energia elétrica são, respectivamente:

- a) constitutiva e redistributiva;
- b) distributiva e regulatória;
- c) constitutiva e regulatória;
- d) redistributiva e distributiva;
- e) redistributiva e regulatória.

**044.** (FGV/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (CGM NITERÓI)/GESTÃO GOVERNAMENTAL/2018) Leia o trecho a seguir.

A política pública financiada pela \_\_\_\_\_, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo \_\_\_\_\_.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- a) sociedade como um todo - distributiva
- b) camada mais rica da sociedade - distributiva
- c) sociedade como um todo - redistributiva
- d) camada mais rica da sociedade - regulatória
- e) sociedade como um todo - regulatória

**045.** (FGV/ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ BA)/ADMINISTRATIVA/2015) O conceito de políticas públicas tem sido discutido por diferentes autores, que coincidem no conceito geral e nas características essenciais. O formato concreto de cada política está vinculado a cada sociedade específica. Sobre as políticas públicas, é correto afirmar que:

- a) constituem um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade;
- b) definem estratégias que apontam para uma única finalidade, que, de alguma forma, atende aos diversos grupos que participam do processo decisório;
- c) o processo de políticas públicas tende a desconsiderar as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto;

- d) o processo de políticas públicas ocorre por meio de uma racionalidade manifesta, que configura ordenação lógica da atuação de cada um dos envolvidos;
- e) os tomadores de decisão no processo de políticas públicas tendem a assumir posturas semelhantes independentemente do ambiente social em que se encontram.

**046.** (FGV/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (TCM SP)/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2015) O processo de planejamento e formulação de políticas públicas pode ser melhor compreendido pelo modelo do ciclo de políticas públicas e suas diferentes etapas.

No ciclo de políticas públicas, a melhor explicação para sua primeira etapa é aquela na qual:

- a) o problema emerge, é representado, definido e tenta-se identificar suas possíveis causas;
- b) a alternativa é definida, pois os principais atores do sistema político-administrativo buscaram soluções para o problema;
- c) o plano estratégico é definido para delinear os cursos de ação, recursos e competências necessários;
- d) o arcabouço legal de suporte é apresentado e aprovado em um processo que envolve o legislativo;
- e) o objetivo é verificar as consequências ou os efeitos da política pública implementada.

**047.** (FGV/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (TCM SP)/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2015) O processo de planejamento e formulação de políticas públicas pode ser melhor compreendido pelo modelo do ciclo de políticas públicas e suas diferentes etapas.

No ciclo de políticas públicas, a melhor explicação para sua primeira etapa é aquela na qual:

- a) o problema emerge, é representado, definido e tenta-se identificar suas possíveis causas;
- b) a alternativa é definida, pois os principais atores do sistema político-administrativo buscaram soluções para o problema;
- c) o plano estratégico é definido para delinear os cursos de ação, recursos e competências necessários;
- d) o arcabouço legal de suporte é apresentado e aprovado em um processo que envolve o legislativo;
- e) o objetivo é verificar as consequências ou os efeitos da política pública implementada.

**048.** (FGV/ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/ANALISTA EM ADMINISTRAÇÃO/2015) Ao discutir os diferentes paradigmas da administração pública, um servidor público mostrou-se favorável àquele no qual as práticas de gestão estão vinculadas às ciências jurídicas e administrativas modernas, sendo o Estado-Nação o único responsável pelo planejamento, organização, implementação e avaliação da ação pública.

O paradigma apontado pelo servidor é aquele denominado:

- a) pluralista;
- b) sistêmico;
- c) gerencialista;

- d) sociopolítico;
- e) estadocêntrico.

**049.** (FGV/AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE (CGU)/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/GERAL/2022) O processo de análise de uma política pública gera informações sobre seu desempenho, necessárias para realizar ajustes ao longo de sua execução, fortalecer o planejamento de programas e imprimir maior efetividade às ações do poder público. A análise do desempenho de uma política pública pode ocorrer por meio de avaliação (ex ante ou ex post) ou de monitoramento – processos distintos que atendem a fins igualmente diversos. O processo de monitoramento consiste em:

- a) acompanhamento, após a implementação, pelo órgão responsável pela política pública;
- b) julgamento, atribuição de valor e mensuração da política pública;
- c) acompanhamento, ao longo da implementação, pelo órgão diretamente responsável pela política pública;
- d) acompanhamento, ao longo da implementação, por órgãos independentes, não diretamente responsáveis pela política pública;
- e) acompanhamento, após a implementação, por órgãos independentes, não diretamente responsáveis pela política pública.

**050.** (FGV/2023/AUDITOR DO ESTADO (CGE SC)/ADMINISTRAÇÃO) O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas. Este é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes.

Relacione as fases do ciclo de políticas públicas com suas respectivas definições.

1. Formação da Agenda

2. Tomada de Decisão

3. Avaliação da política pública

- ( ) Processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática.
- ( ) Conjunto de problemas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.
- ( ) Momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas.

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- a) 3, 1 e 2.
- b) 3, 2 e 1.

- c) 2, 1 e 3.
- d) 1, 3 e 2.
- e) 1, 2 e 3.

**051.** (FGV/2023/AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/GERAL) Diante de acidente aéreo de grande impacto na mídia nacional, um governante percebeu que era chegado o momento de aprovar uma política que fosse mais restritiva em relação às práticas operacionais do setor e que promovesse maior segurança ao tráfego aéreo nacional. Contrariando a maioria das previsões, em um curto espaço de tempo, a ideia foi abraçada pelo governo federal, ganhou espaço na agenda e foi aprovada em poucas semanas. A formulação dessa política ocorreu em função do fenômeno conhecido como

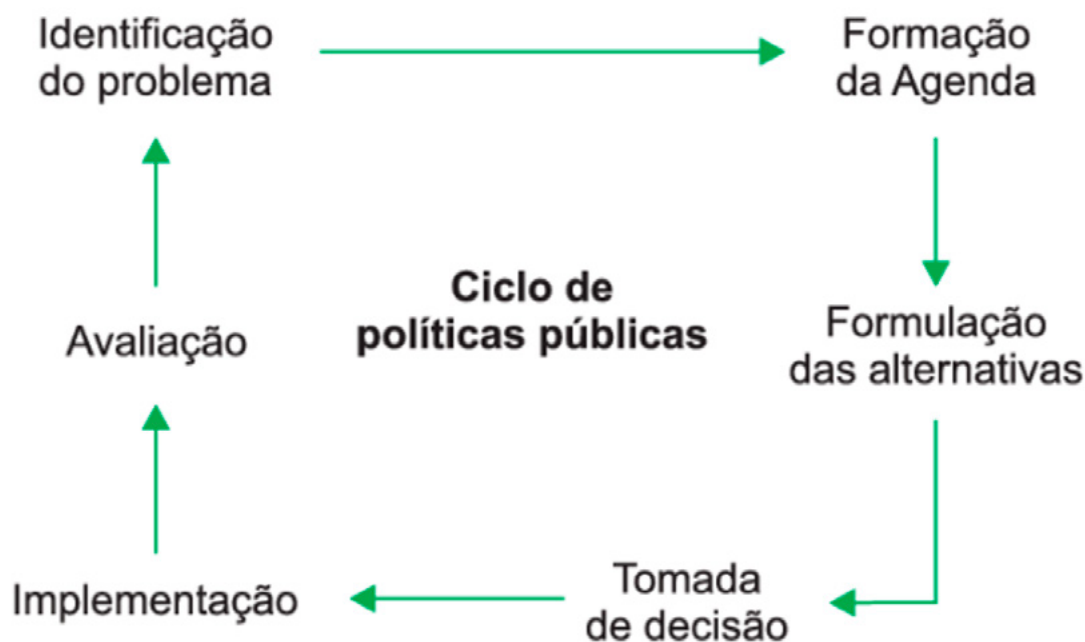
- a) agentes no nível de rua.
- b) avaliação formativa.
- c) janela de oportunidade.
- d) monitoramento a posteriori.
- e) política redistributiva.

**052.** (FGV/2023/ANALISTA (BBTS)/PERFIL INTERNO) A formação de agendas para o delineamento de políticas públicas representa o momento em que problemas e soluções ganham ou perdem atenção da sociedade, visando ao seu enfrentamento.

Segundo a literatura especializada em políticas públicas, assinale a opção que indica a exigência que deve ser evidenciada para que um problema entre na agenda.

- a) As possíveis ações a serem desempenhadas para a sua resolução sejam consideradas factíveis.
- b) As responsabilidades de natureza privada de impacto coletivo estejam relacionadas.
- c) As informações obtidas devem ser exploradas em sua integralidade, de forma que todas as alternativas sejam conhecidas na tomada de decisão.
- d) Os resultados das possíveis soluções visem a garantir um retorno financeiro efetivo aos cofres públicos.
- e) O interesse público seja evidenciado necessariamente por grupos de pressão com capacidade legislativa e eleitos pela sociedade.

**053.** (FGV/2023/TÉCNICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (ALEMA)/CIÊNCIAS SOCIAIS) O estudo das políticas públicas usa modelos na forma de ciclos de etapas sucessivas, de modo a facilitar sua análise e identificar uma possível intervenção, como no exemplo proposto a seguir.



Nesse modelo, a(s) etapa(s)

- a) identificação do problema e formação da Agenda correspondem aos processos de reconhecimento de uma questão social como problema público e de sua legitimação na pauta pública, em determinado momento.
- b) formulação das alternativas consiste na escolha técnico-política dos rumos a seguir, decidindo entre as alternativas formuladas de ação efetiva ou não.
- c) tomada de decisão refere-se à capacidade de oferecer uma solução consistente indicando os encaminhamentos e programas para o problema social diagnosticado.
- d) implementação contribui para os esforços de efetivação da ação governamental, mediante a verificação da pertinência, viabilidade e eficácia potencial de um programa.
- e) avaliação identifica o conjunto de assuntos e problemas que os gestores públicos e a comunidade política entendem como mais relevantes em um dado momento.

**054.** (FGV/2023/ANALISTA TÉCNICO/AGENERSA) Políticas públicas são as ações e os programas desenvolvidos pelo Estado para colocar em prática direitos positivados na Constituição Federal de 1998 ou em leis, de modo a garantir o bem-estar da população.

Acerca das políticas públicas, assinale a opção que apresenta o tipo de avaliação que é realizada de forma simultânea à implementação do programa.

- a) Somativa.
- b) Formativa.
- c) Ex-ante.
- d) Ex-post.
- e) De impacto.

**055.** (FGV/2023/TÉCNICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (ALEMA)/CIÊNCIAS SOCIAIS) Para Paulo Jannuzzi, o processo de avaliação de políticas públicas tem como finalidade aprimorar a gestão das intervenções buscando maior eficiência, eficácia e efetividade. A esse respeito, estabeleça a correspondência entre as dimensões listadas a seguir e suas respectivas definições.

1. Eficiência

2. Eficácia

3. Efetividade

- ( ) Dimensão relacionada à verificação dos efeitos de médio e longo prazo sobre os beneficiários e a sociedade, atribuíveis direta ou indiretamente a um programa.
- ( ) Dimensão relacionada ao custo para alcançar os resultados de um programa, podendo ser medida por indicadores de custeio da produção dos resultados.
- ( ) Dimensão relacionada ao cumprimento dos objetivos explicitados em um programa, pressupondo análise de cobertura e grau de focalização do público-alvo alcançado, entre outros.

Assinale a opção que mostra a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 1 – 2 – 3.

b) 2 – 3 – 1.

c) 3 – 1 – 2.

d) 1 – 3 – 2.

e) 3 – 2 – 1.

**056.** (FGV/2023/AUDITOR DO ESTADO (CGE SC)/ADMINISTRAÇÃO) Pesquisas internacionais indicam que o fim da impunidade é uma medida necessária para acabar com o círculo vicioso de corrupção nas esferas privada e pública. Recentemente, promotores do Ministério Público Federal elaboraram as “10 Medidas Contra a Corrupção”, uma proposta para endurecer o sistema punitivo de crimes contra a Administração Pública, a criminalização do caixa 2 nas campanhas eleitorais, a punição contra juízes e promotores que cometerem ilícitos, entre outras medidas.

Sobre os fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas, analise os itens a seguir.

I – A independência funcional perante os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário permite que o Ministério Público possa servir como guardião do correto funcionamento da Administração Pública e da Justiça.

II – A mídia exerce papel de controle sobre a esfera política e a atuação da Administração Pública, realizando jornalismo investigativo, denunciando corrupção e apontando as melhores práticas.

III – Implícita na visão weberiana está a interpretação de que o trabalho do burocrata deve ter suma discricionariedade, de forma a evitar corrupção, favoritismos ou desvirtuamentos dos interesses coletivos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, apenas.

**057.** (CESGRANRIO/2007/ADMINISTRADOR/TCE-RO) Uma política pública que tem sido proposta principalmente em situações que envolvam infrações praticadas por menores é a justiça restaurativa, definida como aquela em que a(o):

- a) vítima estabelece a pena e determina como deve ser cumprida a partir de seu senso de justiça.
- b) responsabilidade do delito é atribuída ao infrator, que deve ser castigado conforme o crime praticado.
- c) comunidade reavê o direito de praticar a justiça por meio de audiências públicas.
- d) família da vítima exerce seu direito de apelar pela redução da maioria penal.
- e) infrator tem a obrigação moral de aceitar a responsabilidade pelo ato e por atenuar as consequências.



## GABARITO

<b>1.</b>	c	<b>20.</b>	e	<b>39.</b>	e
<b>2.</b>	b	<b>21.</b>	b	<b>40.</b>	b
<b>3.</b>	a	<b>22.</b>	e	<b>41.</b>	c
<b>4.</b>	C	<b>23.</b>	e	<b>42.</b>	d
<b>5.</b>	E	<b>24.</b>	d	<b>43.</b>	d
<b>6.</b>	C	<b>25.</b>	a	<b>44.</b>	a
<b>7.</b>	E	<b>26.</b>	c	<b>45.</b>	a
<b>8.</b>	C	<b>27.</b>	C	<b>46.</b>	a
<b>9.</b>	E	<b>28.</b>	C	<b>47.</b>	a
<b>10.</b>	E	<b>29.</b>	C	<b>48.</b>	e
<b>11.</b>	E	<b>30.</b>	E	<b>49.</b>	c
<b>12.</b>	a	<b>31.</b>	C	<b>50.</b>	a
<b>13.</b>	E	<b>32.</b>	C	<b>51.</b>	c
<b>14.</b>	C	<b>33.</b>	E	<b>52.</b>	a
<b>15.</b>	E	<b>34.</b>	d	<b>53.</b>	a
<b>16.</b>	e	<b>35.</b>	a	<b>54.</b>	b
<b>17.</b>	e	<b>36.</b>	d	<b>55.</b>	c
<b>18.</b>	c	<b>37.</b>	d	<b>56.</b>	b
<b>19.</b>	a	<b>38.</b>	a	<b>57.</b>	e

## GABARITO COMENTADO

**001.** (FGV/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE AL)2018) Determinado município decidiu mudar radicalmente sua política de IPTU. Por essa nova política, a partir do ano de 2019, todos os imóveis avaliados em até 200 mil reais terão isenção de IPTU, e aqueles com valores superiores a 1 milhão de reais serão tributados em dobro, garantindo a manutenção do valor arrecadado e o financiamento das políticas urbanas.

O caso apresentado, segundo a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, é um exemplo de política

- a) constitutiva.
- b) regulatória.
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) intervencionista.



Segundo Theodore J. Lowi<sup>27</sup>, temos quatro tipos de políticas públicas:

**Políticas distributivas:** aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade (categorias de pessoas, localidades, regiões, grupos sociais, etc.) mediante recursos provenientes da coletividade como um todo. Podem relacionar-se ao exercício de direitos, ou não. Podem ser assistencialistas, ou não. Podem ser clientelistas, ou não. Ex.: implementação de hospitais e escolas, construção de pontes e estradas, revitalização de áreas urbanas, salário-desemprego, benefícios de prestação continuada, programas de renda mínima, subsídios a empreendimentos econômicos, etc.

**Políticas redistributivas:** aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos. São conflituosas e nem sempre virtuosas. Ex.: reforma agrária, distribuição de royalties do petróleo, política de transferência de recursos inter-regionais, política tributária, etc.

**Políticas regulatórias:** aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos. Seus custos e benefícios podem ser disseminados equilibradamente ou podem privilegiar interesses restritos, a depender dos recursos de poder dos atores abarcados. Elas podem variar de regulamentações simples e operacionais

---

<sup>27</sup> LOWI, T. J. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice.** Public Administration Review, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul/ago. 1972.

a regulações complexas, de grande abrangência. Ex.: Código de Trânsito, Lei de Eficiência Energética, Código Florestal, Legislação Trabalhista, etc.

**Políticas constitutivas ou estruturadoras:** aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre as quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas. Ex.: regras constitucionais diversas, regimentos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional, etc.

Agora, observe que o município realizou uma redistribuição, considerando a renda daqueles que ganham “muito mais” em relação àqueles que ganham “muito menos”! Daí o nosso gabarito ser a **letra C**.

**Letra c.**

---

**002.** (FGV/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPOG RO)/2017) Correlacione as tipologias listadas a seguir aos seus respectivos conceitos.

1. Consistem na distribuição de recursos a determinados segmentos da sociedade ou a regiões específicas e, em geral, demandam controle social por meio de conselhos ou de outras formas de participação popular. Não implica em custos diretos (ou diretamente percebidos) para a parcela da sociedade não beneficiada.
2. Destinam-se à definição das “regras do jogo” político, em termos de estrutura e modo de acesso ao poder, bem como as formas de negociação política.
3. Tem o intuito de redistribuir renda e direitos, por meio do deslocamento de recursos das camadas mais privilegiadas financeiramente para as menos (ou economicamente ativas para inativas). Impõem perdas concretas para determinados grupos sociais e ganhos incertos para outros.
4. Normatizam o funcionamento de serviços públicos ou a oferta de recursos públicos. São concretizadas por meio de decretos, portarias, ordens e proibições. As normas produzidas podem tratar a comunidade de forma isonômica ou, por vezes, atender a interesses mais restritos.

- ☐ Políticas Distributivas
- ☐ Políticas Redistributivas
- ☐ Políticas Constitutivas
- ☐ Políticas Regulatórias

Assinale a opção que mostra corretamente a correlação, de cima para baixo.

- a) 1, 2, 3 e 4.
- b) 1, 3, 2 e 4.
- c) 1, 4, 3 e 2.
- d) 1, 2, 4 e 3.
- e) 1, 3, 4 e 2.



Mais uma questão sobre a tipologia de Lowi!

**Políticas distributivas:** aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade (categorias de pessoas, localidades, regiões, grupos sociais, etc.) mediante recursos provenientes da coletividade como um todo. Podem relacionar-se ao exercício de direitos, ou não. Podem ser assistencialistas, ou não. Podem ser clientelistas, ou não.

❖ Implementação de hospitais e escolas, construção de pontes e estradas, revitalização de áreas urbanas, salário-desemprego, benefícios de prestação continuada, programas de renda mínima, subsídios a empreendimentos econômicos, etc.

**Políticas redistributivas:** aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos. São conflituosas e nem sempre virtuosas.

❖ Reforma agrária, distribuição de royalties do petróleo, política de transferência de recursos inter-regionais, política tributária, etc.

**Políticas regulatórias:** aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos. Seus custos e benefícios podem ser disseminados equilibradamente ou podem privilegiar interesses restritos, a depender dos recursos de poder dos atores abarcados. Elas podem variar de regulamentações simples e operacionais a regulações complexas, de grande abrangência.

❖ Código de Trânsito, Lei de Eficiência Energética, Código Florestal, Legislação Trabalhista, etc.

**Políticas constitutivas ou estruturadoras:** aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre as quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas.

❖ Regras constitucionais diversas, regimentos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional, etc.

Logo, nossa correlação é:

**Políticas Distributivas - 1.**

**Políticas Redistributivas - 3.**

**Políticas Constitutivas - 2.**

**Políticas Regulatórias - 4.**

**Letra b.**

**003.** (FGV/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPOG RO)/2017) A literatura aponta as principais etapas ou fases para o processo de formulação de políticas públicas.

1. Identificação do problema
2. Construção da agenda
3. Formulação de alternativas (políticas públicas)
4. Tomada de decisão
5. Implementação
6. Avaliação

Assinale a opção que descreve como ficou conhecida essa dinâmica.

- a) Ciclo de políticas públicas.
- b) Manual de políticas públicas.
- c) Problema público.
- d) Diagnóstico situacional.
- e) Decisão política.



Questão que faz você chorar de emoção na hora da prova!

O **processo, elaboração ou ciclo de políticas públicas** contempla os seguintes momentos:



**Letra a.**

**004.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (SUFRAMA)/2014) Julgue o item subsecutivo, relativo às políticas públicas.

Ao planejar uma política pública, devem estar claros seu objeto e seus mecanismos de planejamento e de avaliação.



Vamos resolver a questão apenas tomando como base um conceito de políticas públicas<sup>28</sup> (grifei):

*Sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da **definição de objetivos e estratégias** de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.*

**Certo.**

**005.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PLENO (MCT)/2012) Julgue o item a seguir, relativos a políticas públicas.

No campo de análise das políticas públicas, essas políticas funcionam como inputs do sistema político.



As políticas públicas **são outputs (e não inputs)**, resultantes da atividade política. Os *inputs* (entradas) são as demandas.

**Errado.**

**006.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO (TCU)/2013) Com relação à construção de agenda, formulação e avaliação de políticas públicas, julgue o item subsequente.

A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões.



Avaliar uma política pública é examinar seu processo de implementação, a fim de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. Assim, essa avaliação compreende a definição de critérios, indicadores e padrões.

**Critérios são mecanismos que servem como base para escolhas e julgamentos. Indicadores são artifícios que podem ser criados para medir *input* (entrada), *output* (saída) e *outcome* (resultado). Por fim, os padrões dão referências para a formulação dos indicadores.**

**Certo.**

<sup>28</sup> SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

**007.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO (TCU)/2015) Julgue o próximo item, relativo à política pública e sua forma de avaliação.

A coleta e a análise de todos os dados disponíveis são requisitos necessários para a construção de indicadores que visem avaliar a qualidade de programas governamentais.



*Captou o erro? Quem pretende sair utilizando **todos** os dados, acaba não medindo nada!*

**Errado.**

---

**008.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA DE GESTÃO (TCE-PE)/2017) Com relação a políticas públicas no Brasil, julgue o item seguinte.

A última etapa do ciclo de políticas públicas é a avaliação, que consiste na mensuração de resultados e de impactos com o propósito de compará-los às metas originais.



Afirmção que está bem coerente com o que vimos até aqui. A avaliação consiste na mensuração e análise dos efeitos produzidos ou a serem produzidos na sociedade pelas políticas públicas. Ela **confronta os resultados alcançados com os objetivos e metas previamente estabelecidos.**

**Certo.**

---

**009.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/2015) Julgue o item seguinte a respeito de planejamento e avaliação das políticas públicas.

Para simplificar o processo de avaliação dos programas de governo, deve ser único e exclusivo o indicador de desempenho de cada programa.



É claro que não! **Em termos de avaliação, o que se quer medir é que vai determinar quais critérios, indicadores e padrões podem ser utilizados.**

No entanto, é importante que se diga que o contrário também não é verdade, ou seja, não podemos utilizar indicadores em números ilimitados, caso contrário, a efetividade da medição fica comprometida.

Em suma, os indicadores devem ser utilizados na medida do contexto, e não de forma única ou ilimitada. Nada de “quanto mais melhor!”.

**Errado.**

---



**010.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/2015) Julgue o item seguinte a respeito de planejamento e avaliação das políticas públicas.

O uso da economicidade como indicador de desempenho visa estabelecer o grau com que o programa atinge as metas e os objetivos traçados.



O grau com que o programa atinge as metas e os objetivos traçados se relaciona com **indicador de eficácia, e não economicidade.**

A economicidade está alinhada ao conceito de obtenção e uso de recursos com o menor ônus possível.

**Errado.**

---

**011.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (SUFRAMA)/2014) Julgue o item subsecutivo, relativo às políticas públicas.

A avaliação de uma política pública deve ser realizada após o término de sua implementação, uma vez que não é possível realizar controle parcial.



*Será mesmo que não, depois de tudo que vimos aqui nessa aula?*

Conforme o momento em que a avaliação acontece, podemos ter a avaliação *ex ante*, avaliação de meio-termo e avaliação *ex post*, ou seja, **antes, durante e após!**

**Errado.**

---

**012.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA JUDICIÁRIO (TER-PE)/2017) A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas. Nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de construção de agendas consiste em

- a) organizar as demandas sociais.
- b) realizar estudo técnico de soluções para um problema público.
- c) construir alianças políticas.
- d) julgar os efeitos previstos para uma política pública.
- e) designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público.



No tocante ao ciclo da política pública, o primeiro momento é o da agenda ou da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público.

Na sua acepção mais simples, a noção de “inclusão na agenda” designa o estudo e a explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir status de “problema público”, transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia. Frequentemente, a inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas. Ou seja, **a etapa de construção de agendas consiste em organizar as demandas sociais.**

Uma agenda de políticas públicas é uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse. Dada essa quantidade de interesses coexistentes, não há como negar também a existência de várias “agendas”. Essas outras “agendas”, na verdade, pertencem a grupos de atores e se referem, por exemplo, a questões que preocupam diversos atores políticos e sociais, ou que dizem respeito à sociedade como um todo, não se restringindo a este ou aquele governo, como por exemplo, “agenda do Estado” ou “agenda da sociedade”. Essa última pode ser visualizada em temas como desigualdade social, violência, meio ambiente.

**Letra a.**

---

**013.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA DE GESTÃO (TCE-PE)/2017) No que se refere ao planejamento estratégico e à avaliação das políticas públicas, julgue o item subsequente. De acordo com os princípios da gestão por resultados, a avaliação de resultados de um dado programa inicia-se antes mesmo da execução do programa em questão: o objetivo é garantir que o desenho programático da intervenção atenda integralmente ao que foi planejado.



Como avaliar o resultado de algo que ainda nem começou? Logo, não há como medir os resultados antes do início da ação respectiva. Em um programa teremos as entradas (inputs), a transformação e os resultados (outputs). O processo de acompanhamento e monitoramento poderá ocorrer durante a execução. Já o processo de avaliação dos resultados ocorrerá após a entrega do produto ou serviço (outputs).

**Errado.**

---

**014.** (CESPE (CEBRASPE)/TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA (EBSERH)/2018) Acerca de avaliações de políticas públicas e programas governamentais, julgue o item seguinte. A avaliação de um programa deve ser realizada à luz dos contextos sociais pelos quais o programa é implantado.



De fato, são determinantes para as políticas públicas a estrutura social da sociedade, ou seja, os fatos sociais. A avaliação começa pelo usuário, e não pelo programa em si.

E, lembre-se: a avaliação exige, apenas, algo a ser avaliado, mesmo sendo apenas algo “no papel”, algo apenas planejado.

**Certo.**

---

**015.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE-PI)/2016/ADAPTADA) Em relação às políticas públicas e ao processo de comunicação, julgue o item.

A implementação de uma política pública é o momento em que se efetiva a ação e se coloca em prática a decisão política, inexistindo pré-condição para tanto.



A implementação de uma política pública não ocorre no vácuo. Ela é influenciada por uma série de fatores, como a disponibilidade de recursos, a capacidade institucional e a receptividade da sociedade. Esses fatores podem dificultar ou facilitar a implementação da política.

**Errado.**

---

**016.** (FGV/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO (DPE-RJ)/ADMINISTRAÇÃO/2014) A formulação da Agenda de Políticas Públicas muda com o tempo. Se o custo dos serviços médicos é um item importante na agenda, por exemplo, as autoridades envolvidas podem considerar seriamente uma variedade de alternativas relacionadas àquele problema, como a regulamentação direta dos custos hospitalares, a introdução de incentivos ao sistema para estimular a regulação de mercado, o pagamento dos custos dos consumidores por meio de um abrangente seguro de saúde nacional, decretar os seguros parciais para casos de catástrofes, a nacionalização do sistema em um esquema de medicina socializada, ou nada fazer a respeito do assunto. A Agenda na formulação de Políticas Públicas pode ser considerada como

- a) a pauta de uma reunião, onde assuntos são pré-determinados e levados a uma análise crítica pelas autoridades e sociedade civil.
- b) o tipo de plano que as autoridades desejam que seja adotado, mesmo que possuam intenções veladas.
- c) o objetivo no qual as políticas públicas devem focar, dado que será a razão de todo o programa de governo, independentemente das mudanças que a sociedade possa sofrer.
- d) a ferramenta que possibilitará, ao governo, determinar as ações que, durante toda a sua gestão, deverão nortear os poderes legislativo, executivo e judiciário.
- e) um alvo, em dado momento, de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades.



O primeiro ponto numa política pública se refere ao momento da agenda ou da **inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades**, do poder

público. Na sua acepção mais simples, a noção de “inclusão na agenda” designa o estudo e a explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir status de “problema público”, transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia.

Uma agenda de políticas públicas é uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse.

Rua (2009)<sup>29</sup> leciona que para um “estado de coisas” tornar-se um problema político, passando a figurar como um item da agenda governamental, é necessário que apresente pelo menos uma das seguintes características:

- mobilize ação política: seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja ação de atores individuais estrategicamente situados;
- constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de maneira que o ônus de não dar uma resposta ao problema seja maior que o ônus de ignorá-lo; e
- constitua uma situação de oportunidade, ou seja, uma situação na qual algum ator relevante perceba vantagens, a serem obtidas com o tratamento daquele problema.

**Letra e.**

-----

**017.** (FGV/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPOG-RO)/2017) As avaliações administrativas combinam diferentes tipos de atividades de monitoramento e avaliação de impacto por parte dos gestores públicos.

As opções a seguir apresentam tipos de avaliação de políticas públicas, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Avaliações de esforços: são tentativas de medir a quantidade de insumos do programa envolvido na política (pessoal, comunicação, transporte etc.) e devem ser calculados em termos dos custos monetários. Seu propósito é estabelecer uma linha de base de dados.
- b) Avaliações de desempenho: determina o que a política pública está produzindo, muitas vezes independentemente dos objetivos definidos, produzindo benchmark (ponto de referência) ou dados de desempenho, que são utilizados como insumos para as avaliações mais abrangentes e profundas.
- c) Avaliações de processo: examinam os métodos organizacionais, incluindo as regras e os procedimentos operacionais, utilizados para executar programas. Seu objetivo normalmente é ver se um processo pode ser simplificado e tornado mais eficiente.

---

<sup>29</sup> RUA, M. G. Políticas públicas. Brasília: CAPES-UAB, 2009.

- d) **Avaliações de eficiência:** tentam avaliar os custos de um programa e julgar se a mesma quantidade e qualidade de produtos poderiam ser alcançadas de forma mais eficiente, ou seja, por um custo menor. Os insumos e produtos são o alicerce desse tipo de avaliação.
- e) **Avaliações de adequação de desempenho (ou de eficácia):** são realizadas de forma ad hoc por atores como a mídia, partidos políticos, grupos de interesse, líderes comunitários e campanhas de relações públicas ou lobby lançadas por organizações não governamentais. Essas avaliações geralmente são realizadas para oferecer aconselhamento independente.



Segundo a literatura, existem diversos tipos de avaliações administrativas, que combinam diferentes tipos de atividades de monitoramento e avaliação de impacto por parte dos gestores públicos:

- a) **Avaliações de esforços:** são tentativas de medir a quantidade de insumos do programa envolvido na política (pessoal, comunicação, transporte etc.) devem ser calculados em termos dos custos monetários. Seu propósito é estabelecer uma linha de base de dados que pode ser usada para outras avaliações de eficiência ou qualidade de entrega do serviço.
- b) **Avaliações de desempenho:** examinam os produtos do programa, em vez de insumos, o número de leitos hospitalares ou vagas em escolas, por exemplo. Seu principal objetivo é simplesmente de terminar o que a política pública está produzindo, muitas vezes independentemente dos objetivos definidos. Esse tipo de avaliação produz benchmark (ponto de referência) ou dados de desempenho, que são utilizados como insumos para as avaliações mais abrangentes e profundas.
- c) **Avaliações de processo:** examinam os métodos organizacionais, incluindo as regras e procedimentos operacionais, utilizados para executar programas. Seu objetivo normalmente é ver se um processo pode ser simplificado e tornado mais eficiente.
- d) **Avaliações de eficiência:** tentam avaliar os custos de um programa e julgar se a mesma quantidade e qualidade de produtos poderiam ser alcançadas de forma mais eficiente, ou seja, por um custo menor. Os insumos e produtos são o alicerce desse tipo de avaliação.
- e) **Avaliações de adequação de desempenho (ou de eficácia):** comparam o desempenho de um determinado programa aos seus objetivos propostos para determinar se o programa está atingindo suas metas e/ou se as metas precisam ser ajustadas em função do cumprimento do programa. Esse também é o tipo de avaliação mais difícil de realizar. As necessidades de informação são imensas e o nível de sofisticação exigido para conduzir o processo é mais alto do que o que há geralmente disponível no governo.

Note que a alternativa E está incorreta, trocando a definição de **avaliações de adequação de desempenho (ou de eficácia)** por um outro tipo de avaliação, denominado **avaliação Lobby**.

**Letra e.**

**018.** (FGV/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPOG-RO)/2017) Avaliar uma política pública pressupõe que exista definição prévia de critérios e padrões, monitorados por intermédio de indicadores.

Em relação ao momento em que se realiza a avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) ex ante – realizada com o intuito de verificar a viabilidade do programa ou projeto e ocorre em momento anterior ao início do mesmo.
- ( ) ex post – destina-se a investigar em que medida o programa ou projeto atingiu os resultados esperados por seus formuladores
- ( ) ex tunc – julga se o programa ou projeto deve continuar ou não.

- a) V - F - F.
- b) F - V - F.
- c) V - V - F.
- d) F - F - V.
- e) F - V - V.



Conforme o momento em que a avaliação acontece, podemos ter a avaliação *ex ante*, avaliação de meio-termo e avaliação *ex post*.

**Avaliação ex ante:** é uma concepção holística, iniciando no momento em que se define o problema ou a necessidade que justifica uma política pública, um programa ou um projeto. Ocorre antes de se decidir como será feita uma intervenção, e não antes de a implementação, de fato, tornar-se realidade.

**Avaliação, meio-termo ou intermediária:** refere-se estritamente ao momento do tempo em que é realizada a avaliação e, portanto, ao estágio da intervenção que é submetido à avaliação. Compreende as avaliações intermediárias ou de meio-termo quando se trata de intervenções do tipo “atividade” (bens e serviços de produção ou prestação continuada) e as avaliações finais, de efeitos e de impactos.

**Avaliação ex post:** em se tratando de uma perspectiva generalizada, refere-se, primeiramente, à avaliação que é concebida sem relação com o planejamento e nem mesmo com o processo de implementação, sendo adotada quando a política pública, o programa ou o projeto se encontra consolidado ou em fase final.

Note que apenas as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras, já que não temos uma avaliação do tipo *ex tunc* construída, simplesmente, para verificar se o programa deve ou não continuar.

**Letra c.**

**019.** (FGV/ANALISTA (TJ-SC)/ADMINISTRATIVO/2015) Podemos compreender como Políticas Públicas o conjunto de ações, planos, metas e objetivos traçados pelos governos a fim de alcançar o bem-estar social. Assim, a formulação de Políticas Públicas, bem como a determinação do bem-estar da sociedade, é atribuição do governo e não da sociedade. Entretanto, a sociedade e seus diversos grupos de interesse podem participar de parte do processo de formulação dessas Políticas. A parte do processo em que há participação direta da sociedade e de seus grupos de interesse é:

- a) a formação de agenda;
- b) a formulação de diretrizes;
- c) o processo de tomada de decisão;
- d) a implementação;
- e) a avaliação.



Quanto à etapa da **formação da agenda**, essa é a etapa que considera, de forma mais abrangente, diversos atores.

É impossível para os atores públicos concentrarem suas atenções e atenderem a todos os problemas existentes em uma sociedade, dado que estes são abundantes e os recursos necessários para solucioná-los, escassos.

Por isso, é necessário que se estabeleçam quais questões serão tratadas pelo governo. Tal processo envolve a emergência, o reconhecimento e a definição das questões que serão tratadas e, como consequência, quais serão deixadas de lado. E isso, é claro, não poderia ser realizado sem a participação da sociedade diretamente interessada.

**Letra a.**

**020.** (VUNESP/ANALISTA DE TECNOLOGIA (SEDUC-SP)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2014) A avaliação sistemática, contínua e eficaz é uma ferramenta gerencial poderosa, fornecendo aos formuladores e gestores de políticas públicas condições para aumentar a eficiência e a efetividade dos

- a) indicativos de auditoria.
- b) materiais e equipamentos propícios.
- c) cargos necessários.
- d) processos estipulados.
- e) recursos aplicados.



A questão está colocada no contexto da avaliação de programas e projetos de políticas públicas e a necessidade crucial e urgente de se obter maior eficiência e maior impacto nos **investimentos** governamentais em programas sociais.



Observe o texto adiante, de Frederico Lustosa da Costa e José Cezar Castanhar<sup>30</sup>, professores da FGV, de onde a questão foi retirada:

A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma **melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados**, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz. Independentemente da conjuntura de crise, a avaliação de desempenho sempre teve importância no setor público. Na medida em que os serviços públicos não têm um mercado consumidor competitivo que possa servir como medida da qualidade e eficácia de sua prestação, sobretudo pelo comportamento da demanda, o Estado é obrigado a proceder à avaliação regular de seus programas e atividades.

Logo, a resposta é a **letra E**.

**Letra e.**

**021.** (VUNESP/ASSISTENTE (AMLURB)/GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/2016) Leio o trecho.

Art. 1º – Fica criado o Programa de Restrição ao Trânsito de Veículos Automotores no Município de São Paulo (...).

Art. 2º – O Programa ora criado objetiva a melhoria das condições do trânsito, por meio da redução do número de veículos em circulação nas vias públicas, com base no dígito final da placa de licenciamento, ficando proibida a circulação, nos horários fixados (...).

Trata-se de um excerto do Decreto n. 37.085, de 3 de outubro de 1997, que regulamentou a lei que instituía o rodízio de veículos automotores na cidade de São Paulo. Tal decisão do poder público municipal, na época experimental e que se tornou permanente, caracteriza-se como uma política pública

- a) alocativa.
- b) regulatória.
- c) constitutiva.
- d) distributiva.
- e) estabilizadora.



Políticas **regulatórias** são aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos.

<sup>30</sup> Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Artigo apresentada no 22º Encontro Anual da Anpad, Foz do Iguaçu, de 27 a 30-9-1998.

Seus custos e benefícios podem ser disseminados equilibradamente ou podem privilegiar interesses restritos, a depender dos recursos de poder dos atores abarcados.

Elas podem variar de regulamentações simples e operacionais a regulações complexas, de grande abrangência. Ex.: Código de Trânsito, Lei de Eficiência Energética, Código Florestal, Legislação Trabalhista, etc.

Sobre a **letra A**, uma política com **função alocativa** relaciona-se à alocação de recursos por parte do governo a fim de oferecer bens públicos, bens semipúblicos ou meritórios, desenvolvimento etc.

Sobre a **letra C**, **políticas constitutivas** são aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre as quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas.

Sobre a **letra D**, uma política com **função distributiva** é a redistribuição de rendas realizada através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais.

Sobre a **letra E**, uma política com **função estabilizadora** é a aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos.

**Letra b.**

---

**022.** (VUNESP/ASSISTENTE (AMLURB)/GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/2016) Assinale a alternativa que apresenta uma política pública tipicamente redistributiva, considerando a tipologia e os critérios de Theodore Lowi.

- a) Gratuidade na passagem de transporte coletivo municipal para idosos.
- b) Implantação de praças de atendimento ao cidadão em subprefeituras.
- c) Redução do limite de velocidade em ruas, avenidas e marginais.
- d) Definição de regras de participação da sociedade civil nas políticas públicas.
- e) Programa de reforma agrária em grandes propriedades rurais improdutivas.



Como sabemos, a abordagem das arenas, desenvolvida por Theodore J. Lowi<sup>31</sup>, é uma tipologia que distingue quatro tipos de políticas públicas:

**Políticas distributivas:** aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade (categorias de pessoas, localidades, regiões, grupos sociais, etc.) mediante recursos provenientes da coletividade como um todo. Podem relacionar-se ao exercício de direitos, ou não. Podem ser assistencialistas, ou não. Podem ser clientelistas, ou não.

<sup>31</sup> LOWI, T. J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. Public Administration Review, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul/ago. 1972.

Implementação de hospitais e escolas, construção de pontes e estradas, revitalização de áreas urbanas, salário-desemprego, benefícios de prestação continuada, programas de renda mínima, subsídios a empreendimentos econômicos, etc.

**Políticas redistributivas:** aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos. São conflituosas e nem sempre virtuosas.

Reforma agrária, distribuição de royalties do petróleo, política de transferência de recursos inter-regionais, política tributária, etc.

**Políticas regulatórias:** aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos. Seus custos e benefícios podem ser disseminados equilibradamente ou podem privilegiar interesses restritos, a depender dos recursos de poder dos atores abarcados. Elas podem variar de regulamentações simples e operacionais a regulações complexas, de grande abrangência.

Código de Trânsito, Lei de Eficiência Energética, Código Florestal, Legislação Trabalhista, etc.

**Políticas constitutivas ou estruturadoras:** aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre as quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas.

Regras constitucionais diversas, regimentos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional, etc.

Analisando as alternativas, podemos fazer as seguintes correlações:

- a) DISTRIBUTIVA.
- b) DISTRIBUTIVA.
- c) REGULATÓRIA.
- d) REGULATÓRIA.
- e) REDISTRIBUTIVAS.

**Letra e.**

---

**023.** (VUNESP/ASSISTENTE (AMLURB)/GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/2016) Ainda que incomum, a fase do processo de políticas públicas em que o problema é percebido como resolvido, as leis e ações que ativavam a política pública são compreendidas como ineficazes ou o problema perdeu progressivamente importância e saiu da agenda, é definida como:

- a) monitoramento.
- b) insulamento burocrático.

- c) agenda-setting.
- d) formulação de alternativas.
- e) extinção.



Mais uma questão que se baseia na literatura de Secchi (2011)<sup>32</sup>. Segundo o autor, o ciclo de políticas públicas (policy cycle) possui sete fases no processo:

- Identificação do problema;
- Formação da agenda;
- Formulação de alternativas;
- Tomada de decisão;
- Implementação;
- Avaliação; e
- Extinção.

Na **identificação do problema**, o problema se considera como a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é, e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública.

O seguinte passo é a **formação da agenda**. A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes.

Na terceira etapa, ou seja, na **formulação de alternativas**, é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos.

Já a **tomada de decisão** representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas.

A **implementação** da política pública busca visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de política pública (saúde, educação, habitação, saneamento, políticas de gestão, etc.).

A **avaliação** é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como, sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática.

Por fim, a última etapa, a **extinção** da política, origina-se com base em três causas: o problema que originou a política é percebido como resolvido; os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; ou o problema perdeu importância. É nesta fase que faz uma reflexão sobre os limites das políticas públicas, seu esgotamento e necessidade de substituição por novas políticas.

**Letra e.**

<sup>32</sup> SECCHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

**024.** (VUNESP/ASSISTENTE (AMLURB)/GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/2016) A etapa de implementação de políticas públicas necessita de instrumentos, ou seja, meios disponíveis para transformar as intenções políticas em ações concretas. Assinale a alternativa que descreve corretamente um desses instrumentos.

- a) Regulamentação: instrumento regulatório que extingue regras, normas e procedimentos.
- b) Subsídio: instrumento fiscal que onera e desincentiva algumas atividades.
- c) Transferência de renda: instrumento econômico de inibição da prestação direta de serviço público.
- d) Terceirização de serviço público: instrumento administrativo que transfere a execução de algum serviço para uma organização privada.
- e) Impostos e taxas: instrumento fiscal que incentiva ou premia alguma atividade.



Segundo Sechi (2016)<sup>33</sup>, após o diagnóstico e a definição do problema público a ser enfrentado, passa-se a analisar as alternativas de solução e descobrir qual delas é a mais apropriada. Soluções podem ser genéricas ou também chamadas de instrumentos de política pública, possuem variações e estão à disposição da administração pública para enfrentar problemas públicos

O autor apresenta alguns desses instrumentos:

**Regulamentação** – Proibir algo. Detalhar legislação. Elaborar regras mais claras e precisas. Determinar preços, quantidades, padrões de informação (rótulos obrigatórios). Aumentar penalidade por infração. Ampliar público suscetível à punição ou recompensa. Melhorar recompensa por bom comportamento.

**Desregulamentação** – Liberalizar algo. Simplificar legislação. Extinguir regras e processos ineficientes (desburocratização). Liberalizar preços, quantidades e padrões de informação. Diminuir penalidade por infração. Restringir público suscetível à punição ou recompensa. Diminuir recompensa por bom comportamento.

**Aplicação da lei** – Treinar ou aumentar o número da força de fiscalização. Criar unidade especializada ou envolver a população nos esforços de fiscalização. Aumentar ou diminuir a frequência e o rigor da punição. Aumentar ou diminuir a frequência das recompensas. Aumentar ou diminuir a abrangência do público-alvo da fiscalização. Facilitar ou dificultar as chances de os infratores recorrerem das punições. Facilitar ou dificultar o regime de recompensa. Criar sinalizadores automáticos (fire alarms).

**Impostos e taxas** – Criar ou abolir um imposto ou taxa. Alterar a alíquota. Alterar a base de cálculo. Alterar a abrangência do público pagante. Melhorar os mecanismos de coleta de um imposto ou taxa.

<sup>33</sup> SECCHI, L. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage, 2016.

**Empréstimo, subsídios e incentivos fiscais** – Criar ou abolir um empréstimo, subsídio ou incentivo fiscal. Alterar o valor ou percentual. Alterar a base de cálculo do incentivo. Alterar a abrangência dos beneficiários. Melhorar os mecanismos de fornecimento do empréstimo, subsídio ou incentivo fiscal.

**Prestação direta de serviço público** – Criar um novo serviço, obra ou órgão público. Expandir um serviço, obra ou órgão existente. Aumentar o orçamento público destinado ao serviço, obra ou órgão. Focar a atuação dos serviços ou órgãos públicos. Juntar serviços, obras e órgãos em unidade centralizada. Melhorar o acesso público ao serviço, obra ou órgão público.

**Privatização, terceirização e mercantilização de serviço público** – Vender propriedade pública. Repassar prestação de serviço para entidade privada, mantendo a provisão pública. Manter a prestação de serviço por ente público cobrando provisão privada (mensalidade, anuidade, taxa). Repassar a prestação de serviço para entidade privada e tornar a provisão privada. Criar ou ampliar parceria público-privada. Criar ou ampliar mecanismo de vales (vouchers).

**Informação ao público** – Divulgar benefícios, prejuízos, riscos e certezas. Divulgar rankings. Padronizar formatação da informação. Simplificar e customizar apresentação da informação. Produzir e publicizar informação. Determinar transparência de informação. Dar assistência técnica. Capacitar.

**Campanha e Mobilização** – Sensibilizar e alterar valores socialmente aceitos. Realizar mutirões. Articular manifestações. Articular campanhas e mobilização com outros atores.

**Seguros governamentais** – Instituir ou extinguir seguros governamentais (contra catástrofes, imprevistos). Expandir ou restringir público beneficiário dos seguros. Aumentar ou diminuir valor do prêmio do seguro. Facilitar ou dificultar recuperação da indenização do seguro. Obrigar, desobrigar e subsidiar seguros.

**Transferência de renda** – Criar ou abolir bolsas. Alterar o valor ou percentual das bolsas. Alterar a base de cálculo das bolsas. Alterar a abrangência dos beneficiários. Melhorar os mecanismos de fornecimento das bolsas.

**Discriminação seletiva positiva** – Criar ou abolir uma discriminação seletiva de bolsas (cotas). Alterar o percentual das cotas. Alterar a base discriminatória. Alterar a abrangência do público beneficiário. Melhorar mecanismos de distinção do público beneficiário.

**Prêmios e concursos** – Criar rankings, prêmios e concursos. Aumentar os benefícios aos vencedores. Ampliar o número ou a proporção de vencedores. Ampliar a abrangência.

**Certificados e selos** – Criar ou detalhar mecanismo de registro ou licença. Ampliar o número ou proporção de organizações certificadas. Ampliar a abrangência ou benefícios dos certificados ou selos.

Assim, sabemos que todas as alternativas apresentam esses instrumentos, mas suas conceituações são equivocadas em quatro delas. Vejamos:

- a) *Regulamentação: instrumento regulatório que ~~extingue~~ (CRIA) regras, normas e procedimentos.*
- b) *Subsídio: instrumento fiscal que ~~onera~~ (DESONERA) e desincentiva (INCENTIVA) algumas atividades.*
- c) *Transferência de renda: instrumento econômico de inibição (EXECUÇÃO) da prestação direta de serviço público.*
- d) Terceirização de serviço público: instrumento administrativo que transfere a execução de algum serviço para uma organização privada.**
- e) *Impostos e taxas: instrumento fiscal que ~~incentiva ou premia~~ (ONERA) alguma atividade.*

**Letra d.**

**025.** (VUNESP/ANALISTA (PREF SP)/2015) Com relação aos tipos de política pública, é correto afirmar que as políticas redistributivas

- a) concedem benefícios concentrados para algumas categorias de atores e impõem custos concentrados a outras categorias de atores.
- b) geram benefícios específicos para determinados grupos sociais e implicam custos difusos para toda a coletividade.
- c) estabelecem padrões de comportamento para grupos de atores numa arena de baixo conflito entre os diversos grupos sociais.
- d) são políticas que definem competências, jurisdições e regras para a disputa política entre diferentes setores sociais.
- e) têm como objetivo a implantação de um projeto de governo, por meio de programas e ações voltados para toda a sociedade.



Políticas **redistributivas** são aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos. Ou seja, concedem benefícios concentrados para algumas categorias de atores e impõem custos concentrados a outras categorias de atores.

**Letra a.**

**026.** (VUNESP/ANALISTA (PREF SP)/2015) O processo de elaboração de políticas públicas pode ser compreendido como um ciclo, no qual as diferentes fases sequenciais e interdependentes de uma política pública podem ser visualizadas. A fase denominada “formação da agenda” corresponde à definição dos

- a) critérios para a tomada de decisão.
- b) destinatários de uma política pública.



- c) temas ou problemas considerados relevantes.
- d) mecanismos de avaliação a serem aplicados.
- e) instrumentos disponíveis para a implementação.



Segundo Secchi (2011)<sup>34</sup>, o ciclo de políticas públicas (policy cycle) possui sete fases no processo:

- Na **identificação do problema**, o problema se considera como a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é, e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública.
- O seguinte passo é a **formação da agenda**. A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes.
- Na terceira etapa, ou seja, na **formulação de alternativas**, é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos.
- Já a **tomada de decisão** representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas.
- A **implementação** da política pública busca visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de política pública (saúde, educação, habitação, saneamento, políticas de gestão, etc.).
- A **avaliação** é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como, sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática.
- Por fim, a última etapa, a **extinção** da política, origina-se com base em três causas: o problema que originou a política é percebido como resolvido; os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; ou o problema perdeu importância. É nesta fase que faz uma reflexão sobre os limites das políticas públicas, seu esgotamento e necessidade de substituição por novas políticas.

Assim, temos:

- a) **FORMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS.**
- b) **IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA.**
- c) **FORMAÇÃO DA AGENDA.**
- d) **AVALIAÇÃO.**
- e) **IMPLEMENTAÇÃO.**

**Letra c.**

<sup>34</sup> SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

**027.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO (TCE-SC)/ADMINISTRAÇÃO/2016) Com referência ao planejamento e à avaliação de políticas públicas no Brasil, julgue o item subsequente.

As avaliações informais de programas e projetos de governo carecem de coleta formal de evidências e dependem da experiência do avaliador, ao passo que as avaliações formais baseiam-se em procedimentos sistemáticos que alicerçam a emissão de opinião.



**A avaliação formal é a análise planejada na realidade**, baseado em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informação sobre seu conteúdo, estrutura, processo, produtos, qualidade efeitos e/ou impactos. Essa é a diferença para **a avaliação informal, que carece de procedimentos sistemáticos e de coleta formal de evidências.**

**Certo.**

**028.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (CADE)/2014) Julgue o item a seguir, referente à avaliação de políticas públicas.

A avaliação *ex-post* de políticas públicas, delineada quando a política, o programa ou o projeto já se encontram consolidados ou em fase final, refere-se à avaliação que é concebida sem que haja relação com planejamento ou mesmo com o processo de implementação dessas políticas.



A avaliação *ex ante* tem início no momento em que se define o problema ou a necessidade que justifica uma política pública, um programa ou um projeto. A avaliação meio-termo ocorre concomitantemente ao desenvolvimento da política, programa ou projeto. Já **a avaliação *ex post* é concebida sem relação com o planejamento e nem mesmo com o processo de implementação, sendo adotada quando a política pública, o programa ou o projeto se encontra consolidado ou em fase final.**

**Certo.**

**029.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (TCE-PE)/AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS/2017) No que se refere ao planejamento estratégico e à avaliação das políticas públicas, julgue o item subsequente.

Por meio das avaliações de meio-termo, ou de processo, é possível aplicar correções à fase final da implementação de programas e projetos.



Em suma, as avaliações de meio-termo permitem a avaliação do que se identificou até o momento e o que se espera alcançar no final.

A partir dessa comparação deve-se fazer uma avaliação buscando identificar se as ações implementadas estão gerando os impactos esperados, ou se são necessárias correções de rumo para que os objetivos sejam alcançados ao final da implementação do projeto.

**Certo.**

---

**030.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2013) Com relação à construção de agenda, formulação e avaliação de políticas públicas, julgue o item subsequente.

As avaliações de processo e de impacto abrangem o cálculo do custo-benefício e o do custo-efetividade de determinada política.



Como vimos, as avaliações custo-benefício e custo-efetividade são do tipo *ex ante*, ou seja, ocorrem antes de se decidir como será feita uma intervenção. Possuem natureza formativa, estimativa.

A avaliação custo-benefício corresponde à estimação dos benefícios tangíveis e intangíveis de um programa e os custos de sua realização. A avaliação custo-efetividade considera somente os custos na estimativa. Como se vê, **são avaliações com critérios de eficiência (custos), e não com critérios de eficácia.**

Logo, podemos dizer que o cálculo do custo-benefício e o do custo-efetividade de determinada política podem assumir o tipo de **avaliações de processo, mas não de impacto.**

Avaliação de processo significa o conjunto de ações destinadas a produzir um bem ou serviço ou a desencadear alguma mudança numa dada realidade. Avaliação de impactos, por sua vez, trata-se de avaliação de um ou mais resultados de médio ou longo prazo, definidos como “impactos”, ou seja, consequências dos resultados imediatos.

**Errado.**

---

**031.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (CADE)/2014) Julgue o item a seguir, referente à avaliação de políticas públicas.



É exatamente isso! Sabemos que, do ponto de vista ético, existem custos que são imensuráveis. Por exemplo, qual o custo da violência ou da miséria? Ainda assim, avaliações trabalham com mensuração, ou seja, medida de algo. Daí a importância de se transformar em medidas custos como o da violência ou da miséria, como por exemplo, custos de medidas de mitigação no enfrentamento desses problemas.

Por fim, lembramos de que a avaliação custo-benefício corresponde à estimação dos benefícios tangíveis e intangíveis de um programa e os custos de sua realização.

**Certo.**

---

**032.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (CADE)/2014) Julgue o item a seguir, referente à avaliação de políticas públicas.

A análise de custo-efetividade de um programa é recomendada sempre que houver dificuldade na estimativa dos benefícios desse programa em valores monetários.



A análise custo-efetividade é uma variante da análise custo-benefício. Isso porque enquanto a custo benefício considera, além dos custos, a estimativa dos benefícios tangíveis e intangíveis de um programa, **a análise custo-efetividade considera somente os custos, mas não os benefícios.**

**Certo.**

**033.** (CESPE (CEBRASPE)/AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/2015) Julgue o item seguinte a respeito de planejamento e avaliação das políticas públicas.

A análise custo-efetividade exige a monetarização dos impactos causados pela política pública.



Na avaliação ou análise custo-efetividade, somente os custos são estimados em unidades monetárias. Os impactos causados, ou seja, **quaisquer resultados são expressos de alguma outra forma quantitativa, mas não monetarizada.**

Vamos relembrar o exemplo da aula:

Em um programa de distribuição de renda a famílias com crianças carentes, o custo-efetividade pode ser expresso da seguinte forma: *“cada R\$ 1.000,00 dispendidos pelo programa aumentam os níveis de escolaridade, na média, em 1 ano para cada 100 crianças”.*

**Errado.**

**034.** (CESPE (CEBRASPE)/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO (TCE-MG)/ADMINISTRAÇÃO/2018) Assinale a opção que indica a avaliação que busca verificar se determinada política pública responde a um problema bem delimitado e evita a ocorrência de erros de formulação e desenho.

- a) avaliação de resultados
- b) avaliação ex post
- c) avaliação de processos
- d) avaliação ex ante
- e) avaliação de performance



Como vimos, a avaliação ex ante inicia-se no momento em que se define o problema ou a necessidade que justifica uma política pública, um programa ou um projeto. **Ocorre antes de se decidir como será feita uma intervenção**, e não antes de a implementação, de fato, tornar-se realidade.

**Sobre a letra A**, a avaliação de resultados tem por objeto os resultados, também chamados de “*outputs*”, significando bens ou serviços de um programa ou projeto que são necessários para que seus objetivos finais sejam alcançados.

**Sobre a letra B**, a avaliação ex post refere-se, em especial, à avaliação que é concebida sem relação com o planejamento e nem mesmo com o processo de implementação, sendo adotada quando a política pública, o programa ou o projeto se encontra consolidado ou em fase final.

**Sobre a letra C**, a avaliação de processos envolve o conjunto de ações destinadas a produzir um bem ou serviço ou a desencadear alguma mudança numa dada realidade.

**Sobre a letra E**, a avaliação de performance refere-se ao mesmo conceito amplo de avaliação de desempenho.

**Letra d.**

(CETRO/AUDITOR DE CONTROLE INTERNO (CAMPINAS)/2012) Nas últimas décadas, a avaliação de políticas e programas governamentais assumiu grande relevância para as funções de planejamento e gestão governamentais. A avaliação das políticas públicas pode subsidiar diversos aspectos positivos e são classificadas segundo vários critérios. Considerando o critério quanto ao momento de realização, tem-se as seguintes avaliações:

- a) Avaliação ex-ante e Avaliação ex-post.
- b) Avaliação de Processos e Avaliação de Impactos.
- c) Avaliação Formativa e Avaliação Somativa.
- d) Avaliação Mista e Avaliação Participativa.



Segundo Cohen e Franco (2000)<sup>35</sup>, as avaliações quanto ao tempo de sua realização podem ser:

- Avaliação ex-ante: realizada ao começar o projeto, antecipando fatores considerados no processo decisório.
- Avaliação ex-post: ocorre quando projeto está em execução ou já foi concluído, sendo que decisões são tomadas com base nos resultados alcançados.

**Letra a.**

<sup>35</sup> COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de Projetos Sociais. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

- 035.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018)  
Abaixo, é apresentada a definição de políticas públicas, trazida por Leonardo Secchi em “Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos” (2013): Uma política pública, independente de sua operacionalização, está vinculada à solução de um problema considerado público: a solução de um problema entendido como coletivamente relevante. É correto concluir que, das alternativas apresentadas a seguir, NÃO é uma política pública:
- Programa Universidade para Todos.
  - Política Nacional de Assistência Social.
  - Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil.
  - Proposta Meu Gabinete na Rua.
  - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.



Vimos que política pública, em seu sentido mais estrito, é o que o governo escolhe **fazer ou não fazer**. Percebe-se, claramente, que a “Proposta Meu Gabinete na Rua” é uma ação política isolada, desse ou daquele candidato.

As demais alternativas são exemplos de políticas públicas, ou seja, uma demanda iniciou o processo de elaboração de uma política que resultou nos programas ou políticas citados:

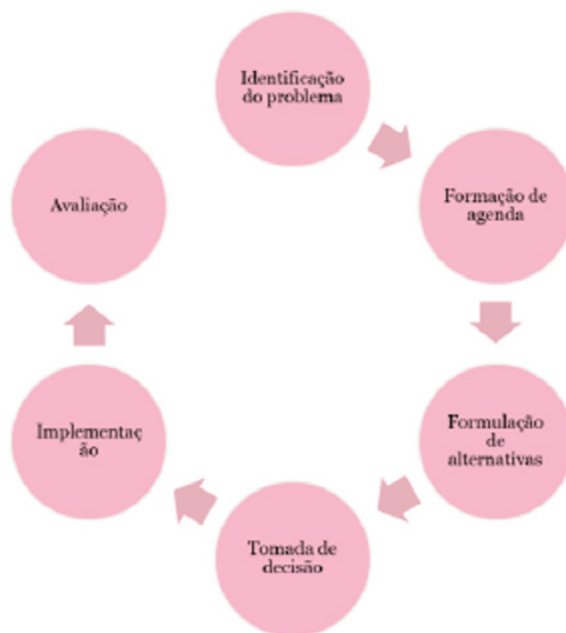
- Programa Universidade para Todos.
- Política Nacional de Assistência Social.
- Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil.
- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

**Letra d.**

---

- 036.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018)  
O Ciclo de Políticas Públicas é utilizado como recurso de análise, pois divide o processo de elaboração de uma política pública em fases, permitindo, assim, que sejam observadas separadas ou em conjunto. As fases serão consideradas aqui conforme a figura a seguir:

**Figura 1 – O ciclo de políticas públicas**



Fonte – Elaboração própria

Com base na Figura 1, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Entre os atores que mais se preocupam com a etapa de identificação do problema, estão ONGs, partidos e agentes políticos.
- ( ) A etapa de formulação de alternativas busca apresentar soluções para o problema público identificado.
- ( ) O monitoramento da política pública só pode ser utilizado na etapa de formulação de políticas públicas.
- ( ) A avaliação feita antes da implementação da política é chamada ex ante e a avaliação realizada após a implementação da política é chamada pos itinere.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F – V – F – V.
- b) F – F – V – F.
- c) V – F – V – F.
- d) V – V – F – F.
- e) V – V – F – V.



Análise das assertivas:

(VERDADEIRA) Como Sabemos, a lista de problemas sociais é imensa, concorda? Assim, ainda que inúmeras necessidades sejam reconhecidas, só serão prioridades do poder público se



forem incluídas nas agendas de políticas públicas. Vale destacar que as ONGs, partidos e agentes políticos possuem a sua razão de existir na análises de problemas públicos.

(VERDADEIRA) Em suma, a fase de formulação de uma política pública refere-se ao processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público, incluindo-se a identificação de restrições técnicas e políticas à ação do Estado.

(FALSA) Via de regra, um monitoramento exige parâmetros especificados, definição de critérios, etc. Daí, o correto é dizer que o monitoramento (avaliação) ocorre, comumente, após a implementação, e não durante a formulação.

(FALSA) O termo utilizado é *in itinere*, ou seja, durante. *Pos itinere* é um termo desconhecido na área.

**Letra d.**

**037.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018) Considere a etapa de implementação de uma política pública e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As abordagens top down e bottom-up são totalmente contraditórias.
- b) A implementação compreende a etapa de produção de resultados da política pública.
- c) O modelo de implementação bottom-up tem como principal ator o burocrata.
- d) O modelo top down apresenta um processo de implementação linear.
- e) No modelo bottom-up, o formato da política pública após tomada de decisão não é definitivo e pode ser modificado pelos que a implementam no dia a dia.



Perceba que o erro está em dizer que são totalmente contraditórias. Existem os modelos híbridos (interativos), com características de ambas as abordagens. Ou seja, é possível aplicar elementos das duas filosofias ao mesmo tempo.

No modelo **interativo-iterativo**, não há um fluxo único nem da formulação para a implementação (modelo top-down), nem desta em direção à formulação (modelo bottom-up). Em lugar disso, haveria um processo complexo, de idas e vindas, entre as diversas fases do ciclo, dando origem a várias etapas de decisão, que iriam sendo reformuladas conforme as reações dos diversos atores à agenda que se formou, ao curso assumido pelas decisões e aos impactos da implementação.

**Sobre a letra B**, a fase de implementação de políticas públicas é constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública.

**Sobre a letra C**, o modelo top-down (de cima para baixo, iterativo) estabelece que formulação e implementação são etapas rigorosamente separadas e diferenciadas, seja porque envolve atores diferentes, seja porque envolve distintos graus de autoridade e de complexidade. Neste modelo, os políticos formulam e decidem, e comandam os burocratas, que executam as suas decisões, implementando a política.

**Sobre a letra D**, no modelo top down, as decisões e o controle ocorrem de cima para baixo, considerando a colaboração de quem tem a visão geral, mais holística do problema. Daí a ideia de linearidade, qualidade do que se apresenta claro e diretamente.

**Sobre a letra E**, o modelo bottom-up é de baixo para cima, concebido a partir da base, das percepções das demandas e das experiências de resolução dos problemas desenvolvidos pelos atores situados nos escalões inferiores da Administração.

**Letra a.**

-----

**038.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018) A Avaliação de políticas públicas é uma etapa importante para melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle social sobre a efetividade da ação do Estado. Ramos e Schabbach (2012) colocam que a avaliação permite aos formuladores e gestores o desenho de políticas mais conscientes, com melhores resultados e melhor utilização de recursos. Considerando os critérios necessários para a avaliação de uma política pública, assinale a alternativa que NÃO corresponde aos critérios de avaliação.

- a) Economicidade.
- b) Produtividade.
- c) Eficácia.
- d) Equidade.
- e) Intangibilidade.



Em estudo sobre os aspectos conceituais de avaliação de políticas públicas abrangendo vasta bibliografia, Silva et al. (2016)<sup>36</sup> identificaram que os critérios de avaliação mais comuns seriam: (1) eficiência; (2) eficiência alocativa; (3) eficiência econômica; (4) eficiência administrativa; (5) eficácia; (6) impacto (ou efetividade); (7) efetividade social; (8) efetividade institucional; (9) sustentabilidade; (10) análise custo-efetividade; (11) satisfação do beneficiário; (12) equidade; (13) insumos (inputs); (14) carga de trabalho (workload); (15) resultados (outputs); (16) custos (costs); (17) qualidade e oportunidade dos serviços (service quality and timeliness); (18) economicidade e (19) produtividade.

<sup>36</sup> SILVA, Mauricio Corrêa; SILVA, Romildo de Araújo; SILVA, José Dionísio Gomes. Análise e Avaliação de Políticas Públicas: Aspectos Conceituais. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal, n. 61, p. 1434-1444 (2016).

Importante destacar que o próprio conceito de intangibilidade está em sentido contrário ao conceito de indicador. **Um indicador deve ser tangível (algo que se consegue mensurar),** e não intangível.

**Letra e.**

-----

**039.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018)  
Um analista de políticas públicas necessita descobrir se a solução para a situação-problema alcançada por meio de uma política pública aplica-se a outras realidades ou apenas a determinados contextos. Considerando que o analista possui as informações de antes e depois da implementação da política pública e uma grande amostra populacional, qual o tipo de avaliação mais adequado para ele?

- a) Avaliação interna.
- b) Avaliação de impactos.
- c) Avaliação gerencialista.
- d) Avaliação participativa.
- e) Avaliação mista.



Note que a ideia de impactos está associada à efetividade. A efetividade está vinculada ao grau de satisfação ou ainda ao valor agregado, a transformação produzida no contexto em geral.

Ora, se o analista possui as informações de antes e depois da implementação da política pública e uma grande amostra populacional, significa que ele tem ideia do quanto a política pública transformou a realidade. Com isso, efetividade na veia!

**Letra b.**

-----

**040.** (FUNDATEC/ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG RS)/2018)  
Considerando os atores protagonistas envolvidos na elaboração de políticas públicas, assinale a alternativa correta sobre abordagem estadocêntrica e abordagem multicêntrica, respectivamente.

- a) Uma não considera políticas públicas aquelas que derivem do Poder Executivo; e a outra considera apenas aquelas surgidas de pautas de movimentos sociais.
- b) Uma considera políticas públicas tudo que emana do poder estatal; e a outra apenas o que emana do poder privado.
- c) Uma considera políticas públicas tudo o que emana do poder estatal; e a outra considera além do poder estatal, também, mas não somente, o poder privado e organizações não governamentais.

- d) Uma considera políticas públicas tudo o que emana das organizações da sociedade civil; e a outra considera apenas o poder estatal.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.



A abordagem **estatista ou estadocêntrica** considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Segundo esta concepção, o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do formulador. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal.

Já para a abordagem **multicêntrica** o importante não é quem formula a política, que pode ser qualquer um, mas a origem do problema a ser enfrentado, esta é a sua caracterização fundamental. Assim uma política recebe o adjetivo de “pública” se o problema que tenta enfrentar é público. Considera, portanto, organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, juntamente com atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.

Agora, analisando as alternativas:

- a) **Nada a ver!**
- b) **Vamos com calma: a multicêntrica considera todos no mesmo balaio!**
- c) **Aí, sim!**
- d) **Mesma ideia incorreta da letra B!**
- e) Errada.

**Letra c.**

**041.** (FGV/TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO (DPE RJ)/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/2019)

O Governo do País Alfa, com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais entre os habitantes da comunidade, decide implementar políticas públicas que beneficiem apenas grupos específicos e que sejam custeadas por outros atores, que não os beneficiários.

Com base na tipologia proposta por Lowi quanto às classes de políticas públicas, o governo deve realizar políticas:

- a) regulatórias, a exemplo da instituição de regras para segurança alimentar para alimentos básicos;
- b) distributivas, a exemplo da instituição de salário-desemprego para demitidos sem justa causa;
- c) constitutivas, a exemplo da instituição de reforma agrária para terras que não cumprem a função social;
- d) redistributivas, a exemplo das cotas raciais no acesso às universidades;
- e) enunciativas, a exemplo do bolsa-família para indivíduos de baixa renda.



Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos.

- **POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS:** decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. Políticas públicas que favorecem o clientelismo e o patrimonialismo, por exemplo, seriam exemplos de políticas distributivas.
- **POLÍTICAS REGULATÓRIAS:** aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos. Seus custos e benefícios podem ser disseminados equilibradamente ou podem privilegiar interesses restritos, a depender dos recursos de poder dos atores abarcados. Ex.: código de trânsito, código florestal, legislação trabalhista etc.
- **POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS:** aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos. São conflituosas e nem sempre virtuosas. Ex.: as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário, a reforma agrária, bolsa família etc.
- **POLÍTICAS CONSTITUTIVAS:** aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre os quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas. Ex.: regras constitucionais diversas, regimentos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional etc.

Conforme o enunciado da questão, o Governo do País Alfa decidiu implementar políticas públicas que beneficiem apenas grupos específicos e que sejam custeadas por outros atores, que não os beneficiários. Trata-se, portanto, das chamadas **POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS**, pois serão utilizados recursos oriundos de outros grupos específicos, que não os beneficiados.

**Letra d.**

**042.** (FGV/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MPE RJ)/ADMINISTRATIVA/2019) Existem diversas tipologias para classificar as políticas públicas. Uma das tipologias utiliza o critério de impacto das políticas públicas nos beneficiários.

Considerando esse critério, é correto afirmar que as políticas do sistema previdenciário e a ampliação da geração de energia elétrica são, respectivamente:

- a) constitutiva e redistributiva;
- b) distributiva e regulatória;
- c) constitutiva e regulatória;
- d) redistributiva e distributiva;
- e) redistributiva e regulatória.



Mais uma questão que trata da classificação de Lowi!

No primeiro caso - políticas do sistema previdenciário -, temos uma política **REDISTRIBUTIVA**, uma vez que atingem grandes grupos sociais, são universais (ou quase isso) e transferem dinheiro ou recurso, ainda que indiretamente, de um grande número de indivíduos para outro grande grupo.

Segundo Theodor Lowi, as políticas redistributivas

envolvem relações entre amplas categorias de indivíduos, atingindo grandes agregados sociais; trata-se de políticas claramente definidas enquanto tais, através de programas de intervenção, e priorizando o investimento público em relação a grupos sociais específicos.

No segundo caso - ampliação da geração de energia elétrica - temos uma política **DISTRIBUTIVA**, já que a ampliação da geração de energia beneficia, mesmo que um grande grupo, uma parcela pequena da população - neste caso, a região beneficiada.

Em suma, políticas públicas **distributivas** atendem pontualmente grupos sociais mais específicos. É o caso de ampliar a geração de energia para uma determinada região do país/estado/município.

**Letra d.**

**043.** (FGV/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (CGM NITERÓI)/GESTÃO GOVERNAMENTAL/2018) Leia o trecho a seguir.

A política pública financiada pela \_\_\_\_\_, que visa distribuir gratuitamente aparelhos auditivos para crianças com deficiência auditiva grave, é do tipo \_\_\_\_\_.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- a) sociedade como um todo - distributiva
- b) camada mais rica da sociedade - distributiva
- c) sociedade como um todo - redistributiva
- d) camada mais rica da sociedade - regulatória
- e) sociedade como um todo - regulatória



Perceba que estamos falando de uma política que visa equilibrar as condições de vida de um grupo específico de pessoas. Logo, política pública **DISTRIBUTIVA**.

E como sabemos, esse tipo de política destina financiamento de um grande grupo para uma parcela pequena da população.

**Letra a.**

**044.** (FGV/ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ BA)/ADMINISTRATIVA)/2015) O conceito de políticas públicas tem sido discutido por diferentes autores, que coincidem no conceito geral e nas características essenciais. O formato concreto de cada política está vinculado a cada sociedade específica. Sobre as políticas públicas, é correto afirmar que:

- a) constituem um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade;
- b) definem estratégias que apontam para uma única finalidade, que, de alguma forma, atende aos diversos grupos que participam do processo decisório;
- c) o processo de políticas públicas tende a desconsiderar as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto;
- d) o processo de políticas públicas ocorre por meio de uma racionalidade manifesta, que configura ordenação lógica da atuação de cada um dos envolvidos;
- e) os tomadores de decisão no processo de políticas públicas tendem a assumir posturas semelhantes independentemente do ambiente social em que se encontram.



O gabarito trouxe, na íntegra, o conceito de políticas públicas proposto por Saravia (2006)<sup>37</sup>, que define políticas públicas como “*um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade*”.

Em outras palavras, é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de **OBJETIVOS** e **ESTRATÉGIAS** de atuação e da **ALOCÇÃO DOS RECURSOS** necessários para atingir esses objetivos estabelecidos.

**Sobre a letra B**, as políticas públicas definem estratégias que apontam para **DIVERSOS FINS**, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

**Sobre a letra C**, o próprio processo das políticas públicas é uma forma de **LIDAR COM AS INCERTEZAS** e com um **AMBIENTE EM CONSTANTE MUDANÇA**.

**Sobre a letra D**, o processo de política pública **NÃO POSSUI** uma racionalidade manifesta, porque não é uma ordenação tranquila, na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado.

**Sobre a letra E**, **NÃO É POSSÍVEL** desconsiderar a realidade social (ambiental). Não existe uma racionalidade manifesta (perfeita).

**Letra a.**

<sup>37</sup> SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas. Coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006.



**045.** (FGV/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (TCM SP)/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2015) O processo de planejamento e formulação de políticas públicas pode ser melhor compreendido pelo modelo do ciclo de políticas públicas e suas diferentes etapas.

No ciclo de políticas públicas, a melhor explicação para sua primeira etapa é aquela na qual:

- a) o problema emerge, é representado, definido e tenta-se identificar suas possíveis causas;
- b) a alternativa é definida, pois os principais atores do sistema político-administrativo buscaram soluções para o problema;
- c) o plano estratégico é definido para delinear os cursos de ação, recursos e competências necessários;
- d) o arcabouço legal de suporte é apresentado e aprovado em um processo que envolve o legislativo;
- e) o objetivo é verificar as consequências ou os efeitos da política pública implementada.



O objetivo das políticas públicas busca, sobretudo, resolver os problemas da sociedade e promover o bem-estar social. Para tal, é necessário primeiro identificar os problemas e suas possíveis causas.

Convém destacar que as outras alternativas se anulam por si só. Mas, é importante destacar que as fases do ciclo de políticas públicas podem variar, a depender do autor considerado:

- Secchi: (1) **Identificação do problema**; (2) Formação da agenda; (3) Formulação de alternativas; (4) Tomada de decisão; (5) Implementação; (6) Avaliação; e (7) Extinção.
- Saraiva: (1) Formação da Agenda; (2) Elaboração; (3) Formulação (Tomada de Decisão); (4) Implementação; (5) Execução; (6) Acompanhamento; e (7) Avaliação.
- Maria das Graças Rua: (1) Formação da agenda; (2) Formação das alternativas e tomada de decisão; (3) Implementação; (4) Monitoramento; e (5) Avaliação.
- Procopiuck: (1) Iniciação; (2) Estimação; (3) Seleção; (4) Implementação; (5) Avaliação; e (6) Conclusão.
- Souza: (1) Definição de agenda; (2) Identificação de alternativas; (3) Avaliação das opções; (4) Seleção das opções; (5) Implementação; e (6) Avaliação.
- Howlett e Ramesh: (1) Construção da agenda; (2) Formulação da política; (3) Tomada de decisão; (4) Implementação; e (5) Avaliação.

**Letra a.**

**046.** (FGV/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (TCM SP)/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2015) O processo de planejamento e formulação de políticas públicas pode ser melhor compreendido pelo modelo do ciclo de políticas públicas e suas diferentes etapas.

No ciclo de políticas públicas, a melhor explicação para sua primeira etapa é aquela na qual:

- a) o problema emerge, é representado, definido e tenta-se identificar suas possíveis causas;
- b) a alternativa é definida, pois os principais atores do sistema político-administrativo buscaram soluções para o problema;
- c) o plano estratégico é definido para delinear os cursos de ação, recursos e competências necessários;
- d) o arcabouço legal de suporte é apresentado e aprovado em um processo que envolve o legislativo;
- e) o objetivo é verificar as consequências ou os efeitos da política pública implementada.



O objetivo das políticas públicas busca, sobretudo, resolver os problemas da sociedade e promover o bem-estar social. Para tal, é necessário primeiro identificar os problemas e suas possíveis causas.

Convém destacar que as outras alternativas se anulam por si só. Mas, é importante destacar que as fases do ciclo de políticas públicas podem variar, a depender do autor considerado:

- Secchi: (1) **Identificação do problema**; (2) Formação da agenda; (3) Formulação de alternativas; (4) Tomada de decisão; (5) Implementação; (6) Avaliação; e (7) Extinção.
- Saraiva: (1) Formação da Agenda; (2) Elaboração; (3) Formulação (Tomada de Decisão); (4) Implementação; (5) Execução; (6) Acompanhamento; e (7) Avaliação.
- Maria das Graças Rua: (1) Formação da agenda; (2) Formação das alternativas e tomada de decisão; (3) Implementação; (4) Monitoramento; e (5) Avaliação.
- Procopiuck: (1) Iniciação; (2) Estimação; (3) Seleção; (4) Implementação; (5) Avaliação; e (6) Conclusão.
- Souza: (1) Definição de agenda; (2) Identificação de alternativas; (3) Avaliação das opções; (4) Seleção das opções; (5) Implementação; e (6) Avaliação.
- Howlett e Ramesh: (1) Construção da agenda; (2) Formulação da política; (3) Tomada de decisão; (4) Implementação; e (5) Avaliação.

**Letra a.**

---

**047.** (FGV/ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/ANALISTA EM ADMINISTRAÇÃO/2015)

Ao discutir os diferentes paradigmas da administração pública, um servidor público mostrou-se favorável àquele no qual as práticas de gestão estão vinculadas às ciências jurídicas e administrativas modernas, sendo o Estado-Nação o único responsável pelo planejamento, organização, implementação e avaliação da ação pública.

O paradigma apontado pelo servidor é aquele denominado:

- a) pluralista;
- b) sistêmico;

- c) gerencialista;
- d) sociopolítico;
- e) estadocêntrico.



Vale a pena lembrar:

- Abordagem **ESTATISTA (OU ESTADOCÊNTRICA)**: a política pública é emanada apenas pelo ator estatal. Ou seja, é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante. O poder imperativo do Estado é a característica básica dessa perspectiva.
- Abordagem **MULTICÊNTRICA (OU POLICÊNTRICA)**: admite-se o protagonismo de organizações privadas, não governamentais, na constituição das políticas públicas. É reconhecida a existência de vários centros de decisão no processo de formulação da política, sendo tal abordagem ancorada em teorias como a da governança pública, da coprodução do bem público e das redes de políticas públicas.

Logo, o Estado-Nação o único responsável pelo planejamento, organização, implementação e avaliação da ação pública caracteriza a abordagem **estadocêntrica**!

**Letra e.**

---

**048.** (FGV/AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE (CGU)/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/GERAL/2022) O processo de análise de uma política pública gera informações sobre seu desempenho, necessárias para realizar ajustes ao longo de sua execução, fortalecer o planejamento de programas e imprimir maior efetividade às ações do poder público. A análise do desempenho de uma política pública pode ocorrer por meio de avaliação (ex ante ou ex post) ou de monitoramento – processos distintos que atendem a fins igualmente diversos. O processo de monitoramento consiste em:

- a) acompanhamento, após a implementação, pelo órgão responsável pela política pública;
- b) julgamento, atribuição de valor e mensuração da política pública;
- c) acompanhamento, ao longo da implementação, pelo órgão diretamente responsável pela política pública;
- d) acompanhamento, ao longo da implementação, por órgãos independentes, não diretamente responsáveis pela política pública;
- e) acompanhamento, após a implementação, por órgãos independentes, não diretamente responsáveis pela política pública.



Note que o enunciado afirma que a análise do desempenho de uma política pública pode ocorrer por meio de avaliação (ex ante ou ex post) ou de monitoramento – **processos distintos que atendem a fins igualmente diversos.**

Segundo o “Guia prático de análise ex post”<sup>38</sup>, existem diferenças entre o MONITORAMENTO e a AVALIAÇÃO:

- O **MONITORAMENTO** é um processo **contínuo ao longo da implementação**, realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública;
- A **AVALIAÇÃO** deve ser um processo objetivo de exame e diagnóstico da política pública, conduzido preferencialmente por outros órgãos independentes.

A letra C, portanto, é o nosso gabarito.

Sobre as demais alternativas:

- a) Errada. O monitoramento acontece **ao longo** da implementação.
- b) Errada. Relaciona-se com o processo de avaliação.
- d) Errada. Como vimos, no monitoramento o acompanhamento é feito pelo próprio órgão responsável pela política pública.
- e) Errada. Vide comentários das letras A e D.

**Letra c.**

**049.** (FGV/2023/AUDITOR DO ESTADO (CGE SC)/ADMINISTRAÇÃO) O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas. Este é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes.

Relacione as fases do ciclo de políticas públicas com suas respectivas definições.

1. Formação da Agenda

2. Tomada de Decisão

3. Avaliação da política pública

- ( ) Processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática.
- ( ) Conjunto de problemas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.
- ( ) Momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas.

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- a) 3, 1 e 2.
- b) 3, 2 e 1.

<sup>38</sup> Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

- c) 2, 1 e 3.
- d) 1, 3 e 2.
- e) 1, 2 e 3.



Vamos ficar ligado, tá? A banca optou aqui pela classificação do autor Leonardo Secchi<sup>39</sup>:



Por isso, nosso gabarito é a letra A:

(3. Avaliação da política pública) Processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática.

(1. Formação da Agenda) Conjunto de problemas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.

(2. Tomada de Decisão) Momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas.

**Letra a.**

**050.** (FGV/2023/AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/GERAL) Diante de acidente aéreo de grande impacto na mídia nacional, um governante percebeu que era chegado o momento de aprovar uma política que fosse mais restritiva em relação às práticas operacionais do setor e que promovesse maior segurança ao tráfego aéreo nacional. Contrariando a maioria das previsões, em um curto espaço de tempo, a ideia foi abraçada pelo governo federal, ganhou espaço na agenda e foi aprovada em poucas semanas.

<sup>39</sup> SECCHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

A formulação dessa política ocorreu em função do fenômeno conhecido como

- a) agentes no nível de rua.
- b) avaliação formativa.
- c) janela de oportunidade.
- d) monitoramento a posteriori.
- e) política redistributiva.



Opa, como vimos, a interação dos fluxos o Modelo de Fluxos Múltiplos é chamada de **janela de oportunidade**. Nosso gabarito é a letra C.

A janela de oportunidade refere-se a um momento específico em que as condições políticas, econômicas, sociais ou institucionais se tornam favoráveis para a implementação de uma determinada política ou decisão.

Nesse caso, o acidente aéreo de grande impacto na mídia nacional desencadeou uma demanda por maior segurança no tráfego aéreo e estimulou um senso de urgência na formulação de uma política mais restritiva.

A política foi formulada em resposta a essa janela de oportunidade, aproveitando o momento em que a opinião pública estava sensibilizada e havia uma pressão para uma ação realizada pelo governante.

A rápida aprovação da política também pode ser atribuída ao contexto específico da janela de oportunidade, uma vez que a percepção de urgência gerou um maior consenso e apoio político, facilitando o processo de aprovação em poucas semanas.

Agora, vamos analisar as demais alternativas:

- a) Agentes no nível de rua referem-se à atuação de pessoas em nível local ou comunitário, geralmente em atividades de caráter mais informal, como movimentos sociais ou grupos de base, que buscam influenciar a formulação das políticas públicas.
- b) A avaliação formativa é uma abordagem de avaliação que ocorre durante o processo de implementação de uma política ou programa, com foco na melhoria contínua e na obtenção de feedback para ajustes e adaptações durante o desenvolvimento da política.
- d) O monitoramento a posteriori refere-se à avaliação e acompanhamento do desempenho de uma política ou programa após sua implementação, com o objetivo de verificar se os resultados estão sendo alcançados e identificar possíveis ajustes ou melhorias.
- e) A política redistributiva diz respeito a medidas e ações que visam distribuir de forma mais igualitária os recursos, oportunidades e benefícios na sociedade, reduzindo desigualdades e promovendo a justiça social.

**Letra c.**

**051.** (FGV/2023/ANALISTA (BBTS)/PERFIL INTERNO) A formação de agendas para o delineamento de políticas públicas representa o momento em que problemas e soluções ganham ou perdem atenção da sociedade, visando ao seu enfrentamento.

Segundo a literatura especializada em políticas públicas, assinale a opção que indica a exigência que deve ser evidenciada para que um problema entre na agenda.

- a) As possíveis ações a serem desempenhadas para a sua resolução sejam consideradas factíveis.
- b) As responsabilidades de natureza privada de impacto coletivo estejam relacionadas.
- c) As informações obtidas devem ser exploradas em sua integralidade, de forma que todas as alternativas sejam conhecidas na tomada de decisão.
- d) Os resultados das possíveis soluções visem a garantir um retorno financeiro efetivo aos cofres públicos.
- e) O interesse público seja evidenciado necessariamente por grupos de pressão com capacidade legislativa e eleitos pela sociedade.



Segundo o que vimos, uma das exigências que deve ser evidenciada para que um problema entre na agenda é que ele (o problema) seja considerado relevante e ganhe atenção da sociedade e dos formuladores de políticas públicas, é necessário que existam meios viáveis e recursos disponíveis para que a ação proposta seja realizada de forma prática e concreta. Isso chamamos de **resolubilidade**.

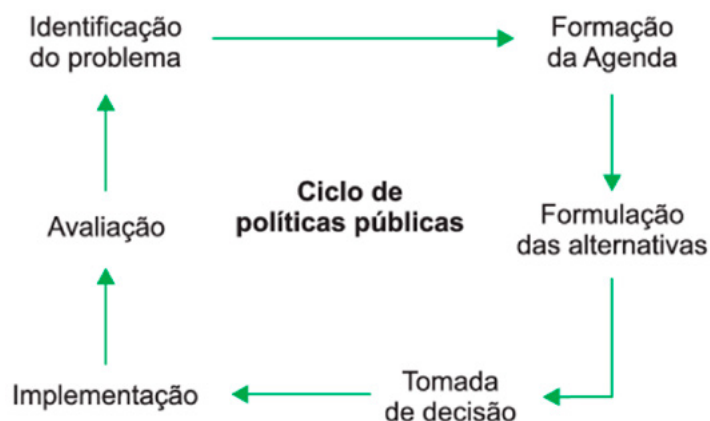
Vamos analisar as demais alternativas

- b) O papel das responsabilidades públicas é que deve ser enfatizado.
- c) Nem todas as informações obtidas devem ser exploradas em sua integralidade, assim como nem sempre todas as alternativas serão conhecidas na tomada de decisão.
- d) O objetivo não é, necessariamente, retorno financeiro aos cofres públicos. Muitas vezes há dispêndios financeiros para que o problema seja resolvido.
- e) A entrada de um problema na agenda não depende exclusivamente desses grupos, mas também da avaliação da viabilidade da ação proposta. Além disso, há outros atores envolvidos.

**Letra a.**

**052.** (FGV/2023/TÉCNICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (ALEMA)/CIÊNCIAS SOCIAIS) O estudo das políticas públicas usa modelos na forma de ciclos de etapas sucessivas, de modo a facilitar sua análise e identificar uma possível intervenção, como no exemplo proposto a seguir.





Nesse modelo, a(s) etapa(s)

- a) identificação do problema e formação da Agenda correspondem aos processos de reconhecimento de uma questão social como problema público e de sua legitimação na pauta pública, em determinado momento.
- b) formulação das alternativas consiste na escolha técnico-política dos rumos a seguir, decidindo entre as alternativas formuladas de ação efetiva ou não.
- c) tomada de decisão refere-se à capacidade de oferecer uma solução consistente indicando os encaminhamentos e programas para o problema social diagnosticado.
- d) implementação contribui para os esforços de efetivação da ação governamental, mediante a verificação da pertinência, viabilidade e eficácia potencial de um programa.
- e) avaliação identifica o conjunto de assuntos e problemas que os gestores públicos e a comunidade política entendem como mais relevantes em um dado momento.



A questão aborda a classificação das etapas segundo Leonardo Secchi. *Vamos rever?*



A etapa de identificação do problema se refere ao momento em que determinado assunto ou questão é reconhecido como um problema que requer atenção e ação por parte das autoridades e formuladores de políticas públicas. Isso implica em identificar a existência do problema, suas causas e impactos na sociedade.

A formação da agenda, por sua vez, está relacionada ao reconhecimento público desse problema e sua inclusão na pauta de discussões e debates da sociedade e do governo. Nessa etapa, o problema ganha visibilidade e passa a ser considerado como uma prioridade a ser abordada e solucionada.

Por isso, nosso gabarito é a letra A.

Vamos analisar as demais alternativas incorretas:

b) **Errada.** A formulação das alternativas corresponde à etapa em que são elaboradas diferentes propostas de ações ou políticas para lidar com o problema identificado.

c) **Errada.** A tomada de decisão se refere ao momento em que as autoridades e formuladores de políticas públicas escolhem entre as alternativas formuladas, decidindo quais ações serão efetivamente implementadas.

d) **Errada.** A implementação é a fase em que as políticas e ações definidas na etapa anterior são colocadas em prática.

e) **Errada.** A avaliação (alternativa E) refere-se à análise dos resultados e impactos das políticas implementadas.

**Letra a.**

**053.** (FGV/2023/ANALISTA TÉCNICO/AGENERSA) Políticas públicas são as ações e os programas desenvolvidos pelo Estado para colocar em prática direitos positivados na Constituição Federal de 1998 ou em leis, de modo a garantir o bem-estar da população.

Acerca das políticas públicas, assinale a opção que apresenta o tipo de avaliação que é realizada de forma simultânea à implementação do programa.

- a) Somativa.
- b) Formativa.
- c) Ex-ante.
- d) Ex-post.
- e) De impacto.



Como vimos, o autor Leonardo Secchi (queridinho da banca FGV) destaca os seguintes tipos de avaliação de políticas públicas:

- **Avaliação ex-ante:** ocorre **antes** da implementação, normalmente durante o próprio processo de formulação, quando o tomador de decisão faz projeções, predições ou conjecturas das diferentes alternativas propostas.

- **Avaliação in itinere ou formativa:** é o chamado monitoramento, que ocorre **durante** o próprio processo de implementação.
- **Avaliação ex-post ou somativa:** ocorre **depois** do processo de implementação. Nesse momento, normalmente, define-se a continuidade, a reestruturação ou a extinção de uma política pública.

Por isso, nosso gabarito é a letra B.

**Letra b.**

---

**054.** (FGV/2023/TÉCNICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (ALEMA)/CIÊNCIAS SOCIAIS) Para Paulo Jannuzzi, o processo de avaliação de políticas públicas tem como finalidade aprimorar a gestão das intervenções buscando maior eficiência, eficácia e efetividade. A esse respeito, estabeleça a correspondência entre as dimensões listadas a seguir e suas respectivas definições.

1. Eficiência

2. Eficácia

3. Efetividade

- ( ) Dimensão relacionada à verificação dos efeitos de médio e longo prazo sobre os beneficiários e a sociedade, atribuíveis direta ou indiretamente a um programa.
- ( ) Dimensão relacionada ao custo para alcançar os resultados de um programa, podendo ser medida por indicadores de custeio da produção dos resultados.
- ( ) Dimensão relacionada ao cumprimento dos objetivos explicitados em um programa, pressupondo análise de cobertura e grau de focalização do público-alvo alcançado, entre outros.

Assinale a opção que mostra a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 1 – 2 – 3.

b) 2 – 3 – 1.

c) 3 – 1 – 2.

d) 1 – 3 – 2.

e) 3 – 2 – 1.



A eficiência refere-se à relação entre os recursos investidos e os resultados obtidos, buscando fazer mais com menos recursos, garantindo uma gestão financeira adequada.

A eficácia está relacionada à capacidade de um programa alcançar seus objetivos e metas estabelecidos, considerando a cobertura e focalização no público-alvo.

Já a efetividade avalia os impactos e resultados gerados por um programa, analisando seus efeitos de médio e longo prazo na sociedade e nos beneficiários.

Portanto, a relação correta entre as dimensões e suas definições é:

3. Efetividade

1. Eficiência

2. Eficácia

**Letra c.**

-----

**055.** (FGV/2023/AUDITOR DO ESTADO (CGE SC)/ADMINISTRAÇÃO) Pesquisas internacionais indicam que o fim da impunidade é uma medida necessária para acabar com o círculo vicioso de corrupção nas esferas privada e pública. Recentemente, promotores do Ministério Público Federal elaboraram as “10 Medidas Contra a Corrupção”, uma proposta para endurecer o sistema punitivo de crimes contra a Administração Pública, a criminalização do caixa 2 nas campanhas eleitorais, a punição contra juízes e promotores que cometerem ilícitos, entre outras medidas.

Sobre os fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas, analise os itens a seguir.

I – A independência funcional perante os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário permite que o Ministério Público possa servir como guardião do correto funcionamento da Administração Pública e da Justiça.

II – A mídia exerce papel de controle sobre a esfera política e a atuação da Administração Pública, realizando jornalismo investigativo, denunciando corrupção e apontando as melhores práticas.

III – Implícita na visão weberiana está a interpretação de que o trabalho do burocrata deve ter suma discricionariedade, de forma a evitar corrupção, favoritismos ou desvirtuamentos dos interesses coletivos.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) III, apenas.

e) I, apenas.



Vamos analisar cada uma das afirmações:

I – **Essa afirmação está correta**, pois a independência funcional do Ministério Público é um fator importante na luta contra a corrupção. A independência permite que os membros do Ministério Público atuem de forma imparcial e sem interferências políticas, podendo investigar e processar casos de corrupção de forma independente e eficiente.

II – **Essa afirmação também está correta.** A mídia desempenha um papel fundamental na denúncia da corrupção e no controle da atuação do poder público. Através do jornalismo investigativo, a mídia expõe casos de corrupção, levando à conscientização da sociedade e pressionando por medidas de combate à corrupção. Além disso, ao apontar as melhores práticas e trazer à tona as irregularidades, a mídia contribui para a discussão pública e para a cobrança de uma gestão pública mais eficiente e transparente.

III – **Essa afirmação está incorreta.** A visão weberiana da burocracia defende a adoção de regras e procedimentos formais, bem como a adoção de critérios técnicos na tomada de decisões, como forma de evitar a corrupção e garantir a imparcialidade no serviço público. A discricionariedade, nesse contexto, é limitada e deve estar subordinada a critérios objetivos e ao cumprimento das normas estabelecidas.

**Letra b.**

**056.** (CESGRANRIO/2007/ADMINISTRADOR/TCE-RO) Uma política pública que tem sido proposta principalmente em situações que envolvam infrações praticadas por menores é a justiça restaurativa, definida como aquela em que a(o):

- a) vítima estabelece a pena e determina como deve ser cumprida a partir de seu senso de justiça.
- b) responsabilidade do delito é atribuída ao infrator, que deve ser castigado conforme o crime praticado.
- c) comunidade reavê o direito de praticar a justiça por meio de audiências públicas.
- d) família da vítima exerce seu direito de apelar pela redução da maioria penal.
- e) infrator tem a obrigação moral de aceitar a responsabilidade pelo ato e por atenuar as consequências.



**O gabarito é a letra E.**

É claro que não existe uma resposta única ao crime que seja ideal para todos os casos. Cada resposta tem suas vantagens e desvantagens, e a melhor resposta a ser adotada depende de uma série de fatores, como o tipo de crime, as características do criminoso e as necessidades da vítima.

Algumas dessas respostas incluem os tipos:

- **Retributiva:** baseada na ideia de que o criminoso deve ser punido pelo seu crime (punição). A punição é vista como uma forma de justiça, de compensação pela vítima e de prevenção de novos crimes.
- **Distributiva:** baseada na ideia de que o criminoso deve ser reeducado para que não volte a cometer crimes (reeducação). A reeducação é vista como uma forma de reintegrar o criminoso à sociedade e de prevenir novos crimes.

- **Restaurativa:** baseada na ideia de que o crime é um dano que afeta a vítima, o criminoso e a comunidade (reparação). A reparação do dano é vista como uma forma de restaurar as relações entre as partes envolvidas e de prevenir novos crimes.

**Letra e.**

-----

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

